

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC - SP**

CLÁUDIA LÚCIA DA SILVA

**ESTUDOS SOBRE POPULAÇÃO ADULTA EM SITUAÇÃO
DE RUA: CAMPO PARA UMA COMUNIDADE EPISTÊMICA?**

MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

**SÃO PAULO
2012**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC - SP**

CLÁUDIA LÚCIA DA SILVA

**ESTUDOS SOBRE POPULAÇÃO ADULTA EM SITUAÇÃO
DE RUA: CAMPO PARA UMA COMUNIDADE EPISTÊMICA?**

MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social, sob a orientação da Profa. Dra. Aldaíza Sposati.

SÃO PAULO

2012

Errata

Página	Linha	Onde se lê	Leia-se
18	19	antes de morar	antes de viver
21	6	para moradores de rua segmentando-os	para as pessoas que vivem nas ruas segmentando-as
25	26	população adulta de rua	população adulta em situação de rua
30	Quadro 02	Brasília – DF	BRASÍLIA – DF
30	Quadro 02	Belo Horizonte - 2007 1º Encontro do Movimento Nacional da População de Rua: princípios, bandeiras de luta e logomarca	Belo Horizonte - 2007 Encontro do Movimento Nacional da População de Rua: princípios, bandeiras de luta e logomarca
30	Quadro 02	Belo Horizonte - 2008 2º Encontro do Movimento Nacional da População de Rua: princípios, bandeiras de luta e logomarca	Belo Horizonte - 2008 Encontro do Movimento Nacional da População de Rua: princípios, bandeiras de luta e logomarca
32	3	e elas dirigidas	a elas dirigidas
60	13	se faz Comunitária	se faz Comunitária”
60	22	às pessoas que moram nas ruas	às pessoas que vivem nas ruas
60	24	Para nomear as pessoas que vivem nas ruas	Para nomeá-las
61	3	“(...) sua presença passou a	“(...) sua presença passou a
61	4	(...)” (p.238).	(...)” (p.238).
61	18	gerações”	gerações”
61	21	de Rua e da Comunidade dos Sofredores” (p. 109).	de Rua e da Comunidade dos Sofredores” (p. 109).
63	21	levará um	que levará um
65	11	estudado pela	estudado a
65	12	Assistência Social	assistência social
66	1	à vida laboral	ao trabalho
66	3	de rua foi	de rua que foi
66	5	profundidade	maior ênfase
66	15	eixo III	eixo III
66	16	“ex-moradores de rua”	“ex-moradores de rua”
74	1	3 - Conteúdos de análise do Serviço Social sobre a população adulta	3 - CONTEÚDOS DE ANÁLISE DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE A POPULAÇÃO ADULTA
74	2	em situação de rua, 1993-2010	EM SITUAÇÃO DE RUA, 1993-2010
85	25	O conjunto das produções revela ainda a	excluir
85	26	importância da... pesquisadores e de	excluir
85	27	resultados de estudos...em situação	excluir
85	28	de rua. Sposati (2007, p. 19)...coloca que	excluir
85	29	(...) o quadro referencial...permitiria criar	excluir
85	30	comunidades científicas...projetos de	excluir
85	31	intercâmbio nacional, além...assinalados. A	excluir
85	32	constituição em rede...de pesquisa é	excluir
85	33	fundamental para... intercâmbio de ideias,	excluir
85	34	resultados, questões.	excluir

SILVA, Cláudia Lúcia da.

Estudos sobre população adulta em situação de rua: campo para uma comunidade epistêmica? / Cláudia Lucia da Silva; Orientadora: Profa. Dra. Aldaíza Sposati. São Paulo: PUCSP, 2012.

Dissertação (Mestrado - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social. Área de concentração: Serviço Social, Políticas Sociais e Movimentos Sociais) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

1. População adulta em situação de rua. 2. Comunidade epistêmica. 3. Produção do conhecimento.

CLÁUDIA LÚCIA DA SILVA

**ESTUDOS SOBRE POPULAÇÃO ADULTA EM SITUAÇÃO
DE RUA: CAMPO PARA UMA COMUNIDADE EPISTÊMICA?**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social, sob a orientação da Profa. Dra. Aldaíza Sposati.

Aprovado em:

Banca Examinadora

DEDICATÓRIA

A todas as pessoas que se propuseram a estudar e pesquisar a população em situação de rua, em especial a esta população que, permitindo o acesso a suas histórias, possibilitou novas descobertas e aprendizagem.

E a Fernanda da Silva, ou tão carinhosamente “Fê”. Sem você, “irmãe”, a construção e a realização de mais um sonho não seria possível. Obrigada por tanto amor!

AGRADECIMENTOS

A **Deus**, pois creio ser Ele o provedor de toda a energia que viabiliza nossa “passagem” por este plano.

A **Luiz Galvão da Silva**, “papai”, e **Maria das Dores da Silva**, “mãe”, por sempre estarem do meu lado, transmitindo-me paz, tranquilidade, serenidade e confiança nos momentos difíceis, nos quais se fizeram presentes o silêncio e a angústia. Acima de tudo, papai, obrigada por tanto amor e cuidado, e pelo exemplo de humildade e honestidade, no verdadeiro sentido da palavra. O senhor é o meu porto seguro!

Às irmãs **Ana**, **Cristina** e **Fernanda**, por se referirem a mim como um exemplo de empenho e dedicação e, principalmente, por compreenderem as minhas faltas nos momentos importantes de suas vidas.

Aos sobrinhos **Vitor Luiz**, **Felipe Augusto** e **Gabriel**, o “Bi”, por, mesmo sem entenderem o que é um processo acadêmico, compreenderam minha correria no dia-a-dia e a dificuldade que tive em expressar todo o meu carinho, em especial, nesses últimos dois anos. A titia os ama e os recompensará por toda a ausência.

À orientadora **Aldaíza Sposati**, grande mestra, grande pesquisadora. Poder ter a sua presença neste processo de minha trajetória acadêmica e profissional se traduz em uma imensa satisfação ao concluí-lo, no qual sua imensurável competência se fez presente. A você, meu eterno agradecimento e respeito e minha admiração sempre!

Às **professoras** do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUCSP, em especial a **Maria Lúcia Martinelli** e a **Maria Carmelita Yazbek** agradeço o ensinado, o apreendido, o vivido e o construído durante esses dois anos.

Aos **amigos** e **amigas**, mestres, mestrandos(as), doutores(as) e doutorandos(as), os quais não citarei os nomes para não correr o risco de, no momento, me faltar a memória. Agradeço pelas construções coletivas que me possibilitaram, ao longo desses dois anos, construir respostas a muitas indagações por meio da troca de experiências e do diálogo maduro. Que a distância não separe nossos corações!

Aos *amigos e amigas militantes* do **Núcleo Assistente Social é Pra Lutar!**, por tudo que vivemos e ainda viveremos na busca por uma sociedade mais justa e igualitária.

À **CAPES**, pelo apoio e o financiamento do mestrado.

Por fim, a **todas as pessoas** que encontrei durante estes dois anos de estudo, pois todas as experiências vividas neste tempo foram a minha complementação humana da formação do mestrado.

Muito obrigada!

“Sem o esforço da busca é impossível a alegria do encontro...”

Goethe

Estejamos certos, o fundo das coisas não é tão pobre, tão monótono, tão descolorido quanto supomos. Os tipos são apenas freios, as leis são apenas diques, opostos em vão ao transbordamento de diferenças revolucionárias, internas, nas quais se elaboram secretamente as leis e os tipos de amanhã, e que, apesar da disciplina química e vital, apesar da razão e da mecânica celeste, acabam um dia, como os homens de uma nação, derrubando todas as barreiras e fazendo dos próprios cacos um instrumento de diversidade superior.

G. Tarde, 1979.

RESUMO

Essa dissertação procurou identificar iniciativas de investigação e produção de conhecimentos sobre a população adulta em situação de rua como indicação para constituição de uma comunidade epistêmica sobre a temática. Tomou-se por base a produção de teses e dissertações de Pós-Graduação inscritas no Banco de Dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, no período de 1993 a 2010. Nele foram encontradas 117 dissertações de mestrado e 22 teses de doutorado, totalizando 139 trabalhos sobre o tema população adulta de rua. Destes, 27 trabalhos (19,5%) são da área de Serviço Social, produzidos no período de 1993 a 2010, sendo 24 dissertações de mestrado e três teses de doutorado. O conjunto das produções revela o predomínio de estudos voltados para a preocupação em caracterizar o fenômeno, dando visibilidade ao processo de exclusão, bem como os serviços oferecidos a essa população nos espaços pesquisados. O estudo revela a preocupação dos autores em registrar os vínculos do fenômeno, as mudanças ocorridas no mundo do trabalho e o processo de globalização vigente. Identificaram-se concentrações de produção sobre o tema em universidades, o que pode ser incentivo de movimentos de intercâmbio a gerar uma comunidade epistêmica sobre o tema.

PALAVRAS-CHAVE:

População adulta em situação de rua, comunidade epistêmica, produção do conhecimento.

ABSTRACT

This study aims to identify initiatives for the research and production of knowledge about the adult population living on the streets as a guide for the creation of an epistemic community on that issue. This research was based on the production of dissertations and post-graduation theses entered in the database of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES in Portuguese), from the period between 1993 and 2010. There could be found 117 dissertations and 22 doctor theses, totaling 139 papers on the topic adult population living on the streets. Out of these, 27 studies (19.5%) came from the Social Service branch, produced in the period from 1993 to 2010, which were divided into 24 dissertations and three doctor theses. This set of works reveals the predominance of studies aiming to characterize this phenomenon and to give more visibility to the process of exclusion, as well as services offered to this population in the areas surveyed. This study reveals the concern of the authors to register the bonds between people created by this phenomenon, the changes in the labor force and the globalization process undergoing today. The most productions on this subject were done in universities, which can motivate a movement of exchange to generate an epistemic community on that subject.

KEYWORDS:

Adult population living on the streets, epistemic community, production of knowledge.

LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS

Quadro 01 - Evolução da abordagem da população adulta em situação de rua em alguns países.

Quadro 02 - Iniciativas brasileiras contemporâneas de caracterização urbana da população em situação de rua.

Quadro 03 - Produção em teses e dissertações em universidades brasileiras sobre o tema população adulta em situação de rua no período de 1993 a 2010.

Quadro 04: Apresentação Geral das teses e dissertações em universidades brasileiras na área de Serviço Social do Banco de Teses e Dissertações da CAPES, sobre população adulta em situação de rua, 1993 a 2010.

Quadro 05 - Terminologias utilizadas nas produções de teses e dissertações em universidades brasileiras sobre população adulta em situação de rua, 1993-2010.

Gráfico 01 - Distribuição das produções de teses e dissertações em universidades brasileiras por ano de produção, 1993 a 2010.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Produção em teses e dissertações em universidades brasileiras sobre a população adulta em situação de rua por ano, 1993 a 2010.

Tabela 02 - Produção em teses e dissertações em universidades brasileiras sobre a população adulta em situação de rua por área do conhecimento, 1993 a 2010.

Tabela 03 - Produção em teses e dissertações em universidades brasileiras sobre a população adulta em situação de rua por estado, 1993 a 2010.

Tabela 04- Número de teses e dissertações em universidades brasileiras sobre população adulta em situação de rua, Banco de Teses e Dissertações da CAPES, de 1993 a 2010, em relação ao ano de produção e área do conhecimento Serviço Social.

Tabela 05 - Caracterização das instituições de ensino onde foram produzidas as teses e dissertações sobre a população adulta em situação de rua, 1993 a 2010.

Tabela 06 - Eixos em relação ao objeto de pesquisa dos autores do Serviço Social das teses e dissertações em universidades brasileiras sobre população adulta em situação de rua, 1993 a 2010.

Tabela 07 - Eixos em relação aos temas recorrentes dos autores utilizados nas teses e dissertações em universidades brasileiras sobre população adulta em situação de rua.

Tabela 08 - Quantificação das citações e reflexões, das áreas do conhecimento e da nacionalidade dos autores utilizados na elaboração das teses e dissertações, 1993 a 2010.

LISTA DE SIGLAS

FJP - Fundação João Pinheiro (Escola de Governo)

FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz

IUPERJ - Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro

PUCCAMP - Pontifícia Universidade Católica de Campinas

PUCMG - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

PUCSP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PUCRJ - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

PUCRS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

UnB - Universidade de Brasília

USP - Universidade de São Paulo

UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UNESP - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho / Pr. Prudente

UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas

UECE - Universidade Estadual do Ceará

UENF - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

UFBA - Universidade Federal da Bahia

UFGO - Universidade Federal de Goiás

UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

UFPA - Universidade Federal do Pará

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFF - Universidade Federal Fluminense

UGF - Universidade Gama Filho

UnG - Universidade Guarulhos

UMSP - Universidade Metodista de São Paulo

UPM - Universidade Presbiteriana Mackenzie

UNIFACS - Universidade Salvador

USM - Universidade São Marcos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1 A PRODUÇÃO DE TESES E DISSERTAÇÕES EM UNIVERSIDADES BRASILEIRAS SOBRE POPULAÇÃO ADULTA EM SITUAÇÃO DE RUA NO PERÍODO DE 1993 A 2010.....	25
1.1 Referências históricas em relação ao contexto internacional e brasileiro sobre a população de rua.....	26
1.2 A produção em teses e dissertações em universidades brasileiras sobre o tema população adulta em situação de rua no período de 1993 a 2010.....	35
2 A PRODUÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL EM UNIVERSIDADES BRASILEIRAS SOBRE POPULAÇÃO ADULTA EM SITUAÇÃO DE RUA, 1993-2010.....	56
2.1 Nomenclatura e significado da população em situação de rua.....	60
2.2 Objeto e objetivos das produções sobre população adulta em situação de rua.	64
2.3 Tendências temáticas e teóricas das referências.....	67
3 CONTEÚDOS DE ANÁLISE DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE A POPULAÇÃO ADULTA EM SITUAÇÃO DE RUA, 1993-2010.....	74
3.1 A atenção à população adulta em situação de rua: assistência social, trabalho, família, saúde.....	75
3.2 O conhecimento em Serviço Social: espaço de interlocução entre os sujeitos.....	80
3.3 O trabalho junto à população adulta em situação de rua: desafios e possibilidades.....	82
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	86
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	91
APÊNDICE A.....	97

INTRODUÇÃO

"(...) A pesquisa por si só não resolverá o problema da exclusão social no mundo, mas permitirá aos governantes e cidadãos encontrarem soluções adequadas para determinada realidade. Antes de resolver um problema é preciso conhecê-lo bem." (2004)¹.

Introduzo esta dissertação partindo da frase de Urbano Zilles², que tem muitos significados, dentre os quais, *a busca pelo conhecimento*, pois, desde a minha inserção no Programa de Iniciação Científica da Universidade de Taubaté em 2006, as pesquisas sobre o tema “população de rua” fazem parte das minhas reflexões, da minha vida profissional e acadêmica, enfim, da minha constante busca e sede de conhecimento.

Até mesmo porque este estudo tem a pretensão de identificar possíveis núcleos de investigação com potencial de constituir uma comunidade epistêmica entre os analistas da temática “população adulta em situação de rua”³ e, se possível, entre universidades brasileiras⁴ que se destacam nesse tema.

Toma-se por base a produção de teses e dissertações de Pós-Graduação inscritas no Banco de Dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, no período de 1993 a 2010, a fim de verificar a direção com que essa população adulta vem sendo estudada e examinar a contribuição de estudos brasileiros.

O Banco de Dados da CAPES disponibiliza as produções a partir de 1987. Porém, os primeiros trabalhos realizados são na temática “criança e adolescente de

¹ ZILLES, Urbano. “Apresentação”. In: BULLA, L. C.; MENDES, J. M. R.; PRATES, J. C. (orgs.). As múltiplas formas de exclusão social. Porto Alegre: Federação Internacional de Universidades Católicas: EDIPUCRS, 2004, p. 13.

² Urbano Zilles é doutor em Teologia e professor titular da PUCRS. Em 2004 ocupava o cargo de Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da PUCRS.

³ Convém reforçar que esta pesquisa se ocupou da população adulta de rua. Em primeiro levantamento, sem distinção da faixa etária, foram localizadas aproximadamente 162 dissertações e 26 teses num total de 188 trabalhos, mas incluíam crianças e adolescentes em situação de rua.

⁴ O levantamento circunscrito a universidades brasileiras não significa que uma comunidade epistêmica só se constitua por universidades de um país, mas nesta dissertação foi utilizado o recorte para as universidades brasileiras como um primeiro passo de identificação de pesquisadores.

rua”. O primeiro trabalho com população adulta foi produzido em 1993, o que justifica a escolha do período de 1993 a 2010.

No âmbito da sociologia política, verifica-se a introdução de uma abordagem pelo conceito de *comunidade epistêmica*, para dar conta da complexidade do processo de implementação de políticas públicas. A comunidade epistêmica não é composta exclusivamente de cientistas, o que a diferencia da comunidade científica propriamente dita, com seu consenso paradigmático intersubjetivo, na linha proposta por Thomas Khun (CARVALHEIRO, 1999). Segundo Carvalheiro (1999, p. 10):

A comunidade epistêmica, nessa formulação, é composta por profissionais, inclusive cientistas, mas também por políticos, empresários, banqueiros, administradores, entre outros, que trabalham com um bem fundamental: o *conhecimento como instrumento de implementação de políticas*. Os membros de uma comunidade epistêmica compartilham valores e têm um projeto político fundado nesses valores. Compartilham, ainda, maneiras de conhecer, padrões de raciocínio e compromissos com a produção e aplicação do conhecimento.

Em Beraldo e Oliveira (2010), tem-se a discussão em relação à atuação das comunidades epistêmicas no contexto do mundo globalizado. Segundo as autoras, “(...) aceitar a ideia de que atores não-governamentais participam da formulação de políticas requer entendimento de que o Estado não tem poder absoluto sobre a produção das políticas (...)” (2010, p. 116).

Para Lopes (2006, p.144), o conceito de comunidades epistêmicas está associado à “(...) concepção de política como produção para além do Estado, sem, no entanto, desconsiderar o Estado como atuante no processo”.

Beraldo e Oliveira colocam em seu artigo que a autora Inoue (2003) explica que o termo “comunidades epistêmicas” foi colocado em pauta por Peter Haas, mais especificamente no Plano de Ação do Mediterrâneo, cuja finalidade foi combater a poluição marinha no Mar Mediterrâneo. A autora esclarece que, segundo Haas:

(...) uma *comunidade epistêmica* é uma rede de profissionais com reconhecida especialização e competência num domínio particular e com uma afirmação de autoridade sobre conhecimento politicamente (*policy*) relevante naquele domínio ou área. Embora uma comunidade possa consistir de profissionais de várias disciplinas e origens, esses compartilham (1) um conjunto comum de crenças normativas e de princípios, que provê uma "rationale" de base valorativa para ação

social dos membros da comunidade; (2) crenças causais, ou seja, aceitam as mesmas relações causais para problemas, que são derivadas de suas análises de práticas, gerando, ou contribuindo para um conjunto central de problemas no seu domínio e que servem, então, como base para elucidação de múltiplos laços entre ações políticas possíveis e resultados desejáveis; (3) noções compartilhadas de validação, isto é, critérios intersubjetivos, internamente definidos para avaliar e validar conhecimento no domínio de sua especialidade; (4) um empreendimento político (*policy*) comum, isto é, um conjunto de práticas comuns associadas com um conjunto de problemas para os quais sua competência profissional é dirigida, presumivelmente resultante da convicção de que o bem-estar humano será aumentado como uma consequência dessas práticas. (INOUE, 2003, p. 83. In: BERALDO e OLIVEIRA, 2010, p. 118-119).

A partir da leitura de Lopes (2006), pode-se ressaltar que as comunidades epistêmicas não são constituídas exclusivamente por especialistas no assunto. Segundo o autor:

No caso particular das políticas de currículo, os integrantes de uma comunidade epistêmica global são consultores internacionais, atuantes no governo e/ou nas agências de fomento, produtores de livros ou documentos que analisam a situação educacional dos países e propõem soluções, empresários que discutem questões relativas aos conhecimentos da escola. Todos esses sujeitos organizam seminários, conferências, publicações e difundem na mídia ideias relativas às políticas de currículo. O Relatório Delors (2001), produzido pela Unesco com a participação de representantes de diferentes países, visando a apresentar orientações para as políticas educacionais no mundo globalizado, é apenas um dos exemplos dessas produções (p. 145).

Pode-se observar que as comunidades epistêmicas estão sendo adotadas como objeto de estudo em diversas áreas, como por exemplo, ambientais, saúde, política, relações internacionais, movimentos sociais, educação, etc.

Nessa dissertação, busco examinar a possibilidade de contribuir com o debate sobre o tema “população adulta em situação de rua”, a fim de constituir uma comunidade epistêmica sobre o tema a partir daqueles que têm se dedicado e sistematizado o exame da questão.

Porém, antes de iniciar a preocupação temática propriamente dita, entendo que seja necessário apresentar algumas considerações quanto ao tema “população adulta em situação de rua”.

A sociedade globalizada reproduz processos sociais excludentes ou padrões de inserção precária a diversos segmentos da população mundial. No Brasil, esses

processos são mais acirrados pela desigualdade expressa pela concentração de riquezas nas mãos de poucos, não se observando a diminuição do “sacrifício” coletivo pela partilha dessas riquezas.

A presença da população em situação de rua se torna visível nos grandes centros urbanos. O espaço central da cidade e da rua para aqueles que nela vivem se caracteriza como um lugar (ou um não-lugar⁵) de possibilidades e expectativas, porém distantes daquelas que a dignidade humana requer. Viver na rua é uma condição social marcada pela ausência de direitos, pela total ausência de mínimos necessários para sobrevivência e a dignidade. Segundo Castel (1997, p. 180):

(...) O processo de rualização é muito mais complexo. O habitar a rua é resultado de um conjunto de condicionantes econômicos, sociais, psicológicos e culturais, que exclui as pessoas do convívio social ou que não as deixa inserir-se, não permitindo que estabeleçam “relações de utilidade social, relações de interdependência com o conjunto da sociedade”.

Para Escorel (2002, p.126), “(...) a população que mora nas ruas, fora algumas raras exceções, provém das famílias de trabalhadores pobres. Existem alguns poucos que provém da classe média alta, das elites, mas a maioria vem das classes trabalhadoras pobres (...)”. Antes de morar nas ruas, as condições de vida dessas pessoas já era de extrema vulnerabilidade⁶.

As famílias de trabalhadores pobres possuem condições de vida atravessadas por todo tipo de vulnerabilidades. Segundo Escorel (2002, p. 126-127), todas essas vulnerabilidades podem ser divididas em:

- **Habitacional:** local de moradia (onde e como), saneamento básico, áreas de risco, violência, etc.;

- **Econômica:** chefe da família desempregado ou subempregado com baixo rendimento e membros familiares extensos;

⁵ Definição elaborada por Marc Augé (1994) para explicar como a supermodernidade, por intermédio da tecnologia e da informação, vai transformando os lugares em não-lugares, pois as referências, os vínculos, a memória, os laços ganham dimensões virtual, efêmera e instável.

⁶ Segundo a PNAS - Política Nacional de Assistência Social - 2004, entende-se por vulnerabilidade a perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade, ciclos de vida, identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual, exclusão da pobreza, uso de substâncias psicoativas, diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, etc.

- **Violência e/ou discriminação:** acidentes de trânsito, homicídios, repressão policial, discriminados na hora de conseguir um emprego, etc.;
- **Consumo:** baixo poder de consumo tanto de bens públicos, como, por exemplo, saúde, educação, assistência social, e bens materiais, como, essencialmente, a comida;
- **Afetiva:** vínculos familiares rompidos, conflitos de valores, como, por exemplo, diferença de religião, gravidez precoce, homossexualidade, dependência química, morte de um ente querido, doenças físicas e/ou mentais.

A rua, como “não-lugar”, também pode ser entendida como habitada por pessoas “fora do lugar”, que subvertem o lugar estabelecido pela ordem da vida domesticada, do cotidiano estruturado por meio das regras e horários do trabalho e da família.

A situação de viver na rua é caracterizada por traços de mobilidade que surgem da ausência de moradia fixa em virtude das transformações no âmbito da família e do trabalho, e essa condição leva à exclusão do acesso às políticas públicas e sociais que têm por base o endereço.

Esse segmento da população registra uma diversidade de trajetórias e perfis, caracterizando uma heterogeneidade, por vezes negada pela sociedade ou por algumas práticas sociais.

A população de rua está em uma situação de violação de direitos, na maioria das vezes, com os vínculos familiares rompidos, sendo esse, muitas vezes, o motivo que a afastou da vivência de casa e fez com que fosse para a rua. Esse imperativo (re)afirma a trajetória de exclusão por que passa aquele que vive na rua e faz com que não seja garantido um direito fundamental que lhe é negado pela situação de rua em que vive. Segundo Cassio Giorgetti (In: GIORGETTI 2007, p. 5):

Moradores de rua não brotam do chão como árvores em um parque ou plantas em um jardim. Por trás de cada um deles, em que pesem as mais complexas situações de vulnerabilidade, há, invariável e incondicionalmente, uma história. Aquele homem ou aquela mulher sujos, maltrapilhos, mal-cheirosos, alcoolizados, que o senhor ou a senhora observam estirados nos canteiros das grandes avenidas ou nos bancos das praças, tiveram, algum dia, trabalho, família, projetos de vida...

Analisar a problemática da população em situação de rua requer o importante desafio de entender as causas e as determinações que levam a utilizar a rua como espaço de vivência. Conhecer o que já foi produzido sobre o tema auxilia a entender esse fenômeno como global e não necessariamente apenas de um contexto urbano.

A partir dos anos 90, a população de rua começou a se tornar uma questão de estudo. Para Sposati (2009, p. 06), *“(...) se trata de um fenômeno recentemente estudado no contexto mundial (...) a questão passa a ser notória a partir da década de 80, ocupando espaço no debate social, político e acadêmico nos anos 90”*. Existe certa convergência entre a discussão da exclusão social e a população em situação de rua como manifestação de exclusão. Segundo Sposati (2009b, p. 306):

Gilberto Clavel, sociólogo francês, militante e profissional que trabalhou em bairros de periferia, em 1998, lança o livro *La société d'exclusion*. No texto, ele refere sua tese de doutorado de 1979, sobre a exclusão social, e resgata o movimento que demarca a precariedade de vida dos povos de países subdesenvolvidos denominando-os Quarto Mundo, como inaugural ao registro do novo sentido contemporâneo de exclusão social. (...) Em 1965, Jules Klanfer publica, em Paris, o livro *L'exclusion sociale*, pela Edition Science et Service, como denúncia da precariedade das condições de trabalhadores vivendo como um subproletariado sob indignos modos de vida. A referência foi a de um movimento voltado para apoio às situações de infortúnio (Movement Aide à Toute Détresse - AT - Quarto Mundo).

Esse movimento, com ação desde a década de 50, já havia construído a noção de Quarto Mundo em referência aos países cuja maioria da população vivia na precariedade, sob múltiplas dimensões. Interessante notar que essa concepção faz referência a coletividades e não ao indivíduo como excluído (CLAVEL, 2004, apud SPOSATI, 2009b, p. 307).

O surgimento, a problematização da exclusão, é que vai trazer também a discussão da população em situação de rua. Tem-se como exemplo o movimento da Igreja Católica “O Grito dos Excluídos” e a população em situação de rua dentro deste movimento de excluídos.

A população em situação de rua, seja no Brasil ou em outros países, sofre processos de marginalização, não tem acesso aos suportes de sociabilidade, enfrenta condições precárias de trabalho e inserção, possuem sucessivos processos de perdas e de rompimento dos vínculos familiares.

A análise dos resultados obtidos em levantamento bibliográfico⁷ realizado em 2007 com a finalidade de selecionar as pesquisas já realizadas no âmbito nacional sobre o tema morador de rua revelou que este tema é estudado mais intensamente a partir da década de 90⁸.

Desde então, foram elaboradas definições para conceituar quem vive na rua e da rua, criando vários “tipos” para moradores de rua segmentando-os segundo diferentes fases do ciclo de vida, como criança e adolescente, população adulta e velhice. Segundo Giorgetti (2006, p. 42):

(...) os moradores de rua (denominados pelos acadêmicos durante muitos anos de mendigos) eram incluídos automaticamente na categoria *lumpen*, que encobria a diversidade dessa população. Essa nomenclatura foi considerada durante anos apropriada, pois continha o potencial de revelar por si o grau de miséria em que se encontravam as pessoas às quais ela se aplicava, dispensando informações adicionais que permitissem uma melhor caracterização dessa população. Todos esses fatores explicam o número reduzido de pesquisas sobre esse fenômeno urbano.

Neste levantamento foi possível perceber que, em sua maioria, os trabalhos localizados abordavam temas relacionados à saúde pública (alcoolismo, drogadição, HIV/AIDS, psiquiatria), às condições de uso atual do espaço público, à efetivação de políticas públicas, ao olhar da população frente ao morador de rua e à estrutura que associa os moradores de rua a estereótipos que atribuem características por vezes equivocadas, como por exemplo o uso dos termos “mendigo”, “indigente” e “pedinte” às pessoas em situação de rua.

Esses fatores fazem com que a pessoa em situação de rua reitere seu papel de exclusão do processo de acumulação capitalista e acabe por fazer da rua sua morada, espaço em que dia após dia se (re)criam estratégias de sobrevivência.

⁷ Esse levantamento bibliográfico é fruto da pesquisa “Moradores de rua, políticas sociais e direitos: encruzilhadas na supermodernidade”, vinculada ao Programa de Iniciação Científica PIC - UNITAU em 2007, e ao Programa de Iniciação Científica da FAPESP em 2008, como atividade do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas de Práxis Contemporâneas - NIPPC, vinculado ao Instituto Básico de Humanidades da Universidade de Taubaté, sob a orientação do Prof. Dr. Carlos Alberto Máximo Pimenta. O levantamento teve como base os sites do Domínio Público e Scielo.

⁸ No final da década de 80, as organizações e reivindicações das pessoas em situação de rua começaram a ganhar visibilidade, e foi com o imenso movimento popular característico da redemocratização brasileira que o termo “população de rua” ou “morador de rua” começou a ser utilizado.

Segundo Sposati (1995, p. 185):

As pesquisas e as reflexões mostram que, por mais degradada que seja a condição de vida da população, ela nos diz que tem coragem de enfrentar a vida, seja até pela tática da alienação consentida. Mesmo que se mantenham vivos com um pouco de álcool ou com droga, o exemplo que aqui nós temos é de coragem.

A discussão sobre essa população tem sido fragmentada, o que impede a sua unidade e visibilidade como cidadão e, conseqüentemente, como parte do contexto geral da população de uma cidade. Nesse aspecto, Sposati chama a atenção para a destituição das condições humanas por que passa esta população e os fatores que proporcionaram a sua multiplicação.

Designações fragmentadas nos impedem de enxergar que os “personagens” das ruas do meio urbano mundial, muito mais do que figuras isoladas constituem sim, uma população que é parte do total da população de uma cidade ou de um país. Constatação perversa, mas real, quanto à significativa destituição das condições humanas que se amplia desde o final do século XX e cresce neste terceiro milênio (SPOSATI, 2009, p. 4).

É neste contexto de transformações, em especial no mundo do trabalho, que essa destituição afeta as dimensões da condição humana e leva a processos de exclusão social, que é o tema deste estudo.

Pretende-se identificar possíveis núcleos de investigação com potencial de virem a compor intencionalmente uma comunidade epistêmica sobre a temática “população adulta em situação de rua” entre universidades brasileiras, a partir da produção de teses e dissertações de Pós-Graduação do Banco de Dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, no período de 1993 a 2010.

De maneira específica, pretende-se identificar e analisar a incidência e distribuição por áreas de conhecimento, unidades de ensino e regiões, das teses e dissertações produzidas sobre o tema “população adulta em situação de rua” no período entre 1993 e 2010; bem como identificar as tendências destas produções por área de conhecimento. Por fim, pretende-se analisar os desdobramentos conceituais, objetos e referencial teórico dos trabalhos do Serviço Social.

Esta pesquisa teve como base o Banco de Teses e Dissertações da CAPES⁹, seguindo os próprios critérios do Banco para pesquisa dos materiais, sendo: a) Busca pela expressão exata; b) Assunto¹⁰: população em situação de rua, população de rua, homem de rua, morador de rua, moradores de rua e pessoa em situação de rua; c) Nível: mestrado e doutorado.

Não utilizei o Banco para pesquisar os itens disponíveis de instituição e nível/ano base, devido ao meu interesse ter sido o de conhecer todas as produções sobre o tema “população em situação de rua”, independentemente, a princípio, de ano e área do conhecimento.

Foram encontradas no total 117 dissertações de mestrado e 22 teses de doutorado, totalizando 139 trabalhos, com o tema população adulta em situação de rua. Os trabalhos com criança e adolescente não foram incorporados nesta pesquisa.

Optou-se, a princípio, por classificar os trabalhos por ano e não por ordem alfabética dos autores, como consta no Banco de Teses e Dissertações da CAPES para assim, possuir uma visão cronológica dos anos em que foram produzidos os materiais e o período em que menos/mais se produziu sobre o tema.

A base deste estudo é a planilha identificada como Quadro 03, que contém: ano, autor, título, orientador, área do conhecimento, nível (mestrado/doutorado) e universidade, e que apresenta os 139 trabalhos localizados.

O destaque dos trabalhos da área de Serviço Social, um total de 27 (19,43% do total dos trabalhos), também seguiu idêntica classificação. Para efeito de análise, a cada trabalho foi conferido um número dado de acordo com a ordem cronológica do ano de realização das produções, utilizado para sua referência, quando necessário no processo de análise.

A segunda aproximação analítica constituiu-se no exame do conteúdo dos trabalhos na área de Serviço Social.

Diante do exposto, convido o leitor a percorrer comigo o produto dessa caminhada, que busca revelar a produção da reflexão sobre a população adulta em situação de rua pelos trabalhos de acadêmicos brasileiros.

⁹ Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. Endereço eletrônico: <http://www.capes.gov.br/servicos/banco-de-teses>.

¹⁰ Devido à multiplicidade de denominações interpretativas à população em situação de rua, a busca dos temas dos trabalhos foi ampliada para as seis denominações que diante das leituras já realizadas são as mais utilizadas no meio acadêmico.

O capítulo primeiro desta dissertação “*A produção de teses e dissertações em universidades brasileiras sobre população adulta em situação de rua no período de 1993 a 2010*” se ocupa de algumas referências históricas em relação ao contexto internacional e brasileiro sobre o tema população em situação de rua e a caracterização dos 139 estudos localizados e já realizados sobre o tema no período de 1993 a 2010.

O capítulo segundo, intitulado “*A produção de teses e dissertações do Serviço Social em universidades brasileiras sobre população adulta em situação de rua no período de 1993 a 2010*”, trata da apresentação das 27 produções do Serviço Social produzidas no período de 1993 a 2010, dos quais 24 são dissertações de mestrado e três são teses de doutorado.

Em seguida, no capítulo terceiro, “*Conteúdos de análise do Serviço Social sobre população adulta em situação de rua*”, são analisados os conteúdos apresentados no capítulo segundo, sobre a população adulta em situação de rua, que expressam a realidade construída por, e entre, os assistentes sociais.

Por fim, seguem-se as considerações finais dessa dissertação.

1 - A PRODUÇÃO DE TESES E DISSERTAÇÕES EM UNIVERSIDADES BRASILEIRAS SOBRE POPULAÇÃO ADULTA EM SITUAÇÃO DE RUA NO PERÍODO DE 1993 A 2010.

(...) o conhecimento da realidade não é apenas a simples transposição dessa realidade para o pensamento, pelo contrário, consiste na reflexão crítica que se dá a partir de um conhecimento acumulado e que irá gerar uma síntese, o concreto pensado (QUIROGA, 1991 apud LIMA; MIOTO, 2007, p. 40).

Vive-se um contexto mundial permeado por conflitos, por ações preconceituosas, por diversos tipos de violência, falta de solidariedade, respeito e inversão de valores.

A “vida” deixa de ser propriamente o foco das relações e ganha espaço a banalização e o desrespeito às diferenças.

Qualquer movimento de junção de saberes que propicie espaços para diálogo, para reflexão e para troca de experiências é essencial para a transformação desse quadro, dando espaço à inclusão e equidade. Thivierge e Varón (2004, p. 15), ao se referirem aos processos de exclusão social, colocam que:

É preciso, no entanto, que tenhamos clareza de que a complexidade desses processos e o tamanho do desafio exigem a produção de um conhecimento múltiplo e interdisciplinar, fundamentando na investigação, mas que, para além da descoberta de dados e significados, possa apontar caminhos, alternativas, propostas que sejam exequíveis (...) a Academia é o espaço, por excelência, onde esses processos podem consubstanciar-se, não como único locus possível, mas como elemento estimulador, articulador e elaborador.

Ao refletir sobre o tema “população adulta de rua”, compartilho com a visão dos autores de que a Academia é espaço fundamental para a construção de saberes e busca de respostas que contribuem para a solução desta problemática vivenciada por uma população “ainda não vista” pela sociedade, mas que possui histórias de vida que marcam suas trajetórias em uma cidade, em um país, em um mundo.

1.1 - Referências históricas em relação ao contexto internacional e brasileiro sobre a população de rua.

Neste capítulo de abertura, antes de mostrar o contexto dos levantamentos e estudos já realizados sobre o tema, apresento a síntese de algumas referências históricas em relação ao contexto internacional e brasileiro, tendo como base o artigo de Sposati (2009, p. 4-13).

1.1.1 - Iniciativas internacionais contemporâneas de caracterização urbana da população em situação de rua.

Para compreender e visualizar melhor a evolução na abordagem em diversos países do tema “população adulta em situação de rua”, acompanhe a linha do tempo apresentada no Quadro 01, na página seguinte.

Como se pode perceber nesta linha do tempo, no início dos anos 90 ocorre o reconhecimento da presença de uma população em situação de rua em grandes capitais europeias, a começar por Paris.

A ONU¹¹ declarou, em 1987, o Ano Internacional dos Desabrigados. Com isso houve a crescente discussão e a reflexão por parte de agentes de várias organizações que trabalhavam com indivíduos em precárias condições de vida.

A partir deste contexto, houve, conforme observa-se, o surgimento da Federação Europeia de Organização Nacional do Trabalho com os sem-teto - FEANISA e o surgimento do primeiro relatório, em 1992, descrevendo, contornos dessa situação.

Segundo Sposati (2009, p. 4-5):

Na cidade de Nova York, no fim da década de 70, aparecia grande quantidade de pessoas dormindo nas ruas e em locais públicos como parques e terminais de transportes. À época não existia o direito ao abrigo e os poucos espaços destinados para esse fim eram precários. Um dos símbolos dessa situação era o Abrigo Municipal na East Third Street, no Bowery.

¹¹ A Organização das Nações Unidas, também conhecida pela sigla ONU, é uma organização internacional formada por países que se reuniram voluntariamente para trabalhar pela paz e o desenvolvimento mundiais. Disponível em: <http://www.onu.org.br/conheca-a-onu/conheca-a-onu>.

Quadro 01 - Evolução da abordagem da população adulta em situação de rua em alguns países.

	EUA	INTERNACIONAL	FRANÇA / PARIS	INGLATERRA	CANADÁ	LISBOA
1979	Estado de Nova York aprova decreto de Callahan.					
1981	Direito de acolhida destinado exclusivamente aos homens.					
1983	Extensão do direito ao abrigo para mulheres e famílias.					
1987		ONU declara o Ano Internacional dos Desabrigados.				
1989		Federação Europeia de Organização Nacional do Trabalho com os sem-teto (FEANISA).				
1991	Censo revela cerca de 200 mil homeless (sem-teto).		Plano Urbano de Paris e estudos sobre a população sem-teto. Conseil National de l'Information Statistique (CNIS) na França assume a realização de um programa estatístico de âmbito nacional.	Censo	Censo	
1992		FEANISA primeiro relatório descrevendo contornos da situação dos sem-teto;				
1993	Restrição ao direito do abrigo e criação da Homeless Coalization					
1994			Contagem de população em situação de rua CNIS/INED, três grupos: sem-teto stricto sensu, os que vivem em famílias substitutas e os que vivem em casas pobres.			
1995			Método de amostragem da população sem-teto e primeira enquete-piloto em Paris pelo Instituto Nacional de Estudos Demográficos (INED) da França.			
2000						Estudo dos Centros de Acolhimento.
2001			INSEE. Primeira enquete francesa de âmbito nacional sobre sem-teto.			

Fonte: Artigo de Sposati (2009, p. 4-13).

Em 1991, segundo Vieira, Bezerra e Rosa (1992, p.48), foi registrado, somente nos Estados Unidos, a existência de cerca de 200 mil *homeless*¹². *Na linha do tempo, observa-se que* outro estudo de referência foi realizado na cidade de Lisboa em 2000, a partir de Centros de Acolhimento. Para Sposati (2009), esse conjunto de referências busca mostrar que se trata de um fenômeno recentemente estudado no contexto mundial.

1.1.2 - Iniciativas brasileiras contemporâneas de caracterização urbana da população em situação de rua.

Em relação às iniciativas brasileiras, tem-se a construção histórica apresentada na página seguinte no Quadro 02, com base no artigo de Sposati (2009, p. 4-13). Percebe-se que as cidades de São Paulo e Belo Horizonte possuem maior destaque nas iniciativas contemporâneas de caracterização sobre a população em situação de rua.

A cidade de São Paulo foi pioneira nas iniciativas de ações voltadas a esta população desde meados da década de 50, pois a Igreja Católica sempre foi uma presença importante junto ao povo empobrecido ou em estado de miséria.

A partir dos anos 90, as ações do Executivo e do Legislativo na cidade de São Paulo passam a dar visibilidade à necessidade de se conhecer mais a respeito dessa população que utiliza a rua como espaço de sobrevivência e criar mecanismos para atendimento. No ano de 2004, na cidade de São Paulo, ocorreu uma barbárie que ficou conhecida como chacina da Praça da Sé. Este episódio causou a morte de sete moradores de rua, seguido de outros atos semelhantes em vários pontos do país¹³.

Diante deste contexto crescente de violência em São Paulo, um grupo de pessoas começa a expressar de várias formas a necessidade de se firmar de forma organizada como movimento social. Isso pode ser observado no Quadro 02, com o surgimento de pesquisas e levantamentos sobre a população em situação de rua e do 1º Encontro Nacional da População em Situação de Rua.

¹² A palavra *homeless* (em inglês) abrange a situação dos “sem endereço”.

¹³ Trecho retirado da história do Movimento Nacional da População de Rua MNPR. Disponível em: http://www.falarua.org/index.php?option=com_content&view=article&id=70&Itemid=88. Acesso em: 25 fev 2012.

Quadro 02 - Iniciativas brasileiras contemporâneas de caracterização urbana da população em situação de rua.

SÃO PAULO	
INICIATIVAS DA IGREJA	
1950	Início do trabalho específico com a população em situação de rua pela Organização do Auxílio Fraternal - OAF.
1974	Associação dos Voluntários pela Integração dos Migrantes (AVIM), abrigo destinado ao migrante e desabrigado. Iniciativa do Pe. Alberto Zabiaz.
1977	Instalação da Pastoral do Povo de Rua pelo arcebispo D. Paulo Evaristo Arns.
1993	Fórum Nacional de Estudos sobre População de Rua, constituído pela Fraternidade das Oblatas de São Bento. Surgimento dos trabalhos de articulação da Pastoral.
INICIATIVAS DA PREFEITURA	
1989	Criação dos centros de serviços para a população em situação de rua.
1990	Reconhecimento pela Prefeitura do trabalho dos catadores de papel das ruas pelo Decreto Municipal nº 28.649/89.
1991	Primeiro levantamento da população em situação de rua da área central da cidade de São Paulo, uma parceria entre a Prefeitura de São Paulo e ONGs da cidade, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Bem-Estar Social.
1992	Encontro Internacional paralelo à Cúpula Mundial do Meio Ambiente, marco do debate sobre a população em situação de rua no Brasil, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Bem-Estar Social.
2000	Primeiro Censo da população em situação de rua realizado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE, sob contrato da Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura.
2003	Contagem da população em situação de rua da cidade de São Paulo, realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE, sob contrato da Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura.
2004	Assinatura do Primeiro Protocolo de Intenções Intersecretarial entre as Secretarias de Assistência Social, Saúde, Habitação e Trabalho, sendo previstas ações para o atendimento das pessoas em situação de rua. Criação do Projeto "A gente na rua", da Secretaria da Saúde, no qual pessoas em situação de rua são capacitadas e contratadas como agentes comunitários de saúde para atuarem nas ruas.
2009	Segundo Censo da População em Situação de Rua realizado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE, sob contrato da Secretaria Municipal de Assistência Social Prefeitura.
2009 2010	Pesquisa Socioantropológica Trajetória de Vida da População atendida nos serviços de acolhimento para adultos em situação de rua no município de São Paulo, realizada pelo CERU - Centro de Estudos Rurais e Urbanos da USP e Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social da Prefeitura de São Paulo.
INICIATIVAS DO LEGISLATIVO	
1972	Criação, pelo Governo do Estado de São Paulo (Decreto 52.897), da Central de Triagem e Encaminhamento, órgão pertencente à Coordenadoria dos estabelecimentos Sociais do Estado, da Secretaria de Promoção Social.
1991	Instituído o dia 10 de maio como o Dia de Luta da População em Situação de Rua da cidade de São Paulo.
1997	Lei municipal nº 12.316/97 ¹⁴ estabeleceu os direitos da população em situação de rua. Seu decreto regulamentador nº 40.232/01 exige que todo o governo da cidade proceda, durante seu mandato, a contagem/censo da população em situação de rua.

¹⁴ Lei de autoria da ex-vereadora Aldaíza Sposati. Vereadora da cidade de São Paulo (1993-2004), Secretaria Municipal de Assistência Social da cidade de São Paulo (2002-2004).

Quadro 02 - Continuação.

OUTROS ESTADOS	
RECIFE - PE	
2005	Realizada contagem da população em situação de rua em Recife.
Brasília - DF	
2001	1º Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis e 1ª Marcha do Povo da Rua.
2005	1º Encontro Nacional da População em Situação de Rua.
2009	2º Encontro Nacional da População em Situação de Rua.
BELO HORIZONTE - MG	
1998	Primeira contagem da população em situação de rua.
2001	Pastoral Nacional do Povo da Rua ¹⁵ .
2004	Realização do III Festival Lixo e Cidadania em setembro em Belo Horizonte.
2005	Segunda contagem da população em situação de rua.
2007	1º Encontro do Movimento Nacional da População de Rua: princípios, bandeiras de luta e logomarca.
2008	2º Encontro do Movimento Nacional da População de Rua: princípios, bandeiras de luta e logomarca.
PORTO ALEGRE - RS	
2007	Contagem da população em situação de rua em Porto Alegre. Parceria com a Prefeitura e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
NACIONAL	
2005	Aprovação da Lei Federal nº 11.258/05 de 30/12/05, que alterou o texto da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) nº 8.742/93, incluindo a atenção à população em situação de rua.
2005	Criação do Movimento Nacional da População de Rua MNPR, por ocasião do IV Festival Lixo e Cidadania em Belo Horizonte.
2006	Criação do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) para definir a Política Nacional de Atenção à População em Situação de Rua e a aprovação da Lei Federal nº 11.258/05, por ocasião do I Encontro Nacional da População em Situação de Rua realizado em Brasília.
2008	Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua realizada por Meta Instituto de Pesquisa de Opinião, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação e Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
2008	Política Nacional de Inclusão Social da População em Situação de Rua resultante do Grupo de Trabalho criado em 2006.

Fonte: Construção própria com base no artigo de Sposati (2009, p.4-13).

¹⁵ Com sede em Belo Horizonte (Minas Gerais), a pastoral tem abrangência nacional, estando efetivamente presente em algumas cidades das regiões Sul, Sudeste e Nordeste. Atualmente ela integra a Comissão Episcopal para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). O monsenhor Júlio Lancellotti é o responsável pelo Vicariato Episcopal do Povo de Rua (Pastoral do Povo de Rua) da Arquidiocese de São Paulo. Texto disponível em: <http://www.oarcanjo.net/site/index.php/noticias/moradores-de-rua-e-catadores-de-materiais-reciclaveis-recebem-apoio-de-pastoral>. Acesso em: 25 fev. 2012.

Observa-se ainda que, tendo como exemplo a trajetória vivida pelo conjunto dos catadores, pessoas em situação de rua de Belo Horizonte movimentaram-se e convidaram para participar do 4º Festival Lixo e Cidadania, realizado em setembro de 2005, outras pessoas também em situação de rua do Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e Cuiabá.

Um encontro entre elas durante o festival possibilitou o lançamento do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), como expressão dessa participação organizada em várias cidades brasileiras¹⁶.

Sabe-se que o Censo Populacional, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), não leva em conta essa parcela da população, pois parte do domicílio como unidade básica de análise e deixa de incluir, portanto, os moradores que não possuem endereço fixo.

Segundo Sposati (2009, p.3-4), *“Eis aqui uma nova noção que a contagem da população em situação de rua permite. Trata-se da identificação de um coletivo, um segmento da população, e não um indivíduo, ou alguns indivíduos (...)”*.

A obra de Vieira, Bezerra e Rosa é considerada a mais importante nos estudos sobre a população de rua no Brasil. O livro *“População de Rua: quem é, como vive, como é vista”*, organizado por essas autoras em 1992, resulta de uma pesquisa promovida pela Prefeitura de São Paulo (na gestão de Luiza Erundina), ocasião na qual foi realizada a primeira contagem da população de rua, em maio de 1991.

Este livro fornece alguns elementos etnográficos e, sobretudo, informações sobre a localização dos “pontos de pernoite” (o tipo de locais considerados para a contagem da população).

Nessa publicação, as pessoas em situação de rua são vistas como parte da classe trabalhadora desempregada e como cidadãos desrespeitados em seus direitos sociais. Se o valor epistemológico dessa obra salta aos olhos, seu valor político é ainda mais importante.

É a partir desse estudo e do Encontro Internacional de 1992 que o coletivo de organizações sociais passa a dar passos importantes para visibilidade e atenção à população de rua. A Câmara Municipal da cidade de São Paulo vai abrigar discussões contínuas que tencionam por além da instituição do Dia de Luta do Povo

¹⁶ Idem 13.

da Rua, construindo o conteúdo da Lei Municipal nº 12.316/97. Abriram-se também espaços para as entidades que assistiam a essas pessoas poderem participar da reflexão sobre as políticas sociais e elas dirigidas.

A presente dissertação aprofunda-se na análise de textos de especialistas na temática da pessoa em situação de rua, como Camila Giorgetti (2006) em *“Moradores de rua: uma questão social?”*, que desenvolve os conceitos sociológicos de marginalidade, exclusão social e desigualdade nos quais situa o problema no debate acadêmico e discute as especificidades do tema morador de rua, mostrando seu processo ao longo dos anos; e em (2007) *“Poder e Contrapoder: imprensa e morador de rua em São Paulo e Paris”* onde Camila Giorgetti aborda com profundidade o morador de rua e a batalha por sua visibilidade na sociedade, no Estado, na academia e na mídia.

Aldaíza Sposati (1995) in ROSA, C. M. M. (Org.). *“População de rua: Brasil-Canadá”* e no artigo *“O caminho do reconhecimento de direitos da população em situação de rua: de indivíduo a população”* (2009).

Silva (2009) em *“Trabalho e população em situação de rua no Brasil”* no qual oferece contribuições sobre as relações entre as mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil tanto para a compreensão do fenômeno e das características das pessoas atingidas por ele como para a definição de estratégias para seu enfrentamento.

Rosa (2005) em *“Vidas de rua”* que apresenta uma reflexão sobre a conjuntura econômica das décadas de 1970 e 1980 que deixou uma parcela significativa de trabalhadores fora do mercado de trabalho e aumentou a precariedade das condições de trabalho, o que levou ao surgimento de inúmeros problemas na vida dos trabalhadores, como por exemplo, as situações de extrema dificuldade material, o rompimento de vínculos afetivos, a ameaça cotidiana da violência policial e das ruas, o tráfico de drogas, a ausência de direitos e o abandono institucional.

Baseia-se também na leitura da Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, realizada no período de agosto de 2007 a março de 2008, fruto de um acordo de cooperação assinado entre a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e o Ministério do Desenvolvimento

Social e Combate à Fome (MDS). O Instituto Meta, selecionado por meio de licitação pública, foi o responsável pela execução da pesquisa.

Incluiu-se o Relatório do 1º Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua, realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), pela Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação e pela Secretaria Nacional de Assistência Social, em 2006. Segundo as autoras Vieira, Bezerra e Rosa (1992), na primeira contagem realizada em 1991, a cidade de São Paulo registrava 329 pontos de pernoite com 3.392 pessoas nas regiões centrais da cidade.

Após esse primeiro levantamento, houve a realização de outros que, segundo Sposati (2009), permitiram a caracterização da população em situação de rua em dois grandes grupos: população infanto-juvenil nas ruas, ou meninos e meninas de rua, ou seja, com menos de 18 anos; e adultos e idosos em situação de rua.

A partir dos resultados obtidos no 1º Encontro Nacional da População em Situação de Rua realizado em setembro de 2005, em Brasília e do Grupo de Trabalho Intersetorial criado em 2006 pelo Presidente da República, decidiu-se realizar a contagem nacional da população em situação de rua.

A Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua abrangeu um conjunto de 71 cidades brasileiras com população superior a 300 mil habitantes. As capitais São Paulo, Belo Horizonte e Recife não foram pesquisadas, pois haviam realizado pesquisas semelhantes em anos recentes, e nem Porto Alegre, que solicitou sua exclusão da amostra por estar conduzindo uma pesquisa de iniciativa municipal simultaneamente ao estudo contratado pelo MDS.

Essa pesquisa identificou 31.922 pessoas em situação de rua¹⁷, sendo que 8.782 (27,5%) foram abordadas em serviços socioassistenciais e 23.140 (72,5%) nas ruas. Em São Paulo, conforme contagem realizada em 2003, existiam 10.394 pessoas em situação de rua. Em Belo Horizonte, segundo pesquisa realizada em 2005, registraram-se 1.157 pessoas adultas em situação de rua.

Em Recife, no mesmo ano, foram registradas 1.164 pessoas adultas em situação de rua. Em Porto Alegre, conforme pesquisa realizada em 2007, registraram-se 1.203 pessoas adultas em situação de rua.

¹⁷ Embora expressivo, enfatiza-se que esse contingente não deve ser tomado como o total de população vivendo em situação de rua no país, pois a pesquisa foi conduzida em um conjunto de municípios brasileiros e não em sua totalidade.

Diante das pesquisas apresentadas, de acordo com Sposati (2009), pode-se afirmar que existem cerca de 50 mil pessoas em situação de rua no Brasil em seus principais centros urbanos. Para Sposati (2009, p.13), “(...) *se torna urgente um pacto federativo entre governos municipais, estaduais e federal para que essa situação de presença da população em situação de rua nos centros urbanos possa ser revertida.*”

A LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social - aprovada pelo Congresso Nacional em 1993, regulamentou os artigos 293 e 204 da Constituição Federal (1988), “reconhecendo a Assistência Social como política pública, direito do cidadão e dever do Estado, além de garantir a universalização dos direitos sociais”.

Por meio da Lei 11.258/05, de 30 de dezembro de 2005, a LOAS recebeu alteração para a inclusão da obrigatoriedade da formulação de programas de amparo à população em situação de rua, o que é reafirmado na nova lei 12.435/11, de 06 de julho de 2011.

No Sistema Único de Assistência Social - SUAS, estão previstos programas¹⁸ do Governo Federal que contemplem o perfil das pessoas em situação de rua. A efetivação do SUAS, pelo Governo Federal, atende à demanda de trabalhadores sociais e da sociedade civil organizada para dar concretude ao que propõe a LOAS, ao referir ações articuladas às populações com altos níveis de vulnerabilidade social.

Esta dissertação registra ainda que a Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua (maio de 2008), é fruto das reflexões e debates do Grupo de Trabalho Interministerial para Elaboração da Política Nacional de Inclusão Social da População em Situação de Rua, instituído pelo Decreto s/nº, de 25 de outubro de 2006, e composto por vários ministérios, dentre eles o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e o Ministério da Saúde, contando ainda com a participação de representantes do Movimento Nacional de População de Rua (MNPR), da Pastoral do Povo da Rua e do Colegiado Nacional dos Gestores Municipais da Assistência Social (CONGEMAS), representando a sociedade civil organizada.

A Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua é um esforço de estabelecer diretrizes e rumos para que essas pessoas possam se (re)integrar às suas redes familiares e comunitárias, com acesso pleno dos direitos

¹⁸ Esses programas devem respeitar as diferenças regionais e especificidades locais.

garantidos aos cidadãos brasileiros. Uma das ações estratégicas desta Política diz respeito à saúde e traz como uma de suas propostas a:

Garantia da atenção integral à saúde das pessoas em situação de rua e adequação das ações e serviços existentes, assegurando a equidade e o acesso universal no âmbito do SUS - Sistema Único de Saúde, com dispositivos de cuidados interdisciplinares e multiprofissionais (BRASIL, 2008, p. 20).

Em 2009, o Censo da População em Situação de Rua da Cidade de São Paulo realizado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE para a Prefeitura de São Paulo apontou a existência de 13.666 pessoas em situação de rua, sendo que destas, 6.587 (48,2%) estão vivendo nas ruas e 7.079 (51,8%) estão acolhidas em serviços socioassistenciais. São predominantemente do sexo masculino e têm em média 40 anos de idade. Na sua grande maioria são “não-brancos” e não chegaram a completar o ensino fundamental. Quanto à região de origem, predomina o Sudeste brasileiro, com forte concentração de paulistas, seguidos por migrantes da Bahia e de Minas Gerais que superam os demais estados brasileiros.

Para o Serviço Social, é relevante avaliar o tratamento dispensado a essa população, na sociedade capitalista, com estudos que auxiliem a conhecer e a desvendar os processos de perdas, rupturas e desencontros na vida das pessoas em situação de rua, com vistas a contribuir para o enfrentamento dessas situações e possibilitar condições de reconstrução de suas vidas e o acesso aos direitos sociais. A identificação das áreas que têm se ocupado mais intensamente do tema e em que direção se vem dirigindo seus estudos é nesta dissertação privilegiada.

1.2 - A produção em teses e dissertações em universidades brasileiras sobre o tema população adulta em situação de rua no período de 1993 a 2010.

O Quadro 03 apresenta a produção em teses e dissertações em universidades brasileiras sobre o tema população adulta em situação de rua no período de 1993 a 2010, segundo o Banco de Teses e Dissertações da CAPES.

Quadro 03 - Produção em teses e dissertações em universidades brasileiras sobre o tema população adulta em situação de rua no período de 1993 a 2010.

Ano	Autor	Título	Orientador	Área	Nível	Universidade
1993	João Luiz Passador	Os sofredores de rua. Estudo de caso da cooperativa de catadores de papel e papelão da várzea do Glicério, São Paulo.	Ruben César Keinert	Administração	Mestrado	Fundação Getúlio Vargas/SP
1993	Jorge Broide	A rua enquanto instituição das populações marginalizadas: uma abordagem psicanalítica através de grupo operativo.	José Martins Filho	Psicologia	Mestrado	Pontifícia Universidade Católica de Campinas
1994	Cláudia Turra Magni	Nomadismo urbano: uma etnografia sobre moradores de rua.	Cláudia Lee Williams Fonseca	Antropologia	Mestrado	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
1994	Maria Magdalena Alves	Os vínculos afetivos e familiares dos homens de rua.	Maria Carmelita Yasbek	Serviço Social	Mestrado	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
1994	Mário Hélio Trindade de Lima	Cidade de papelão: mocos, caxangas e malocas no cotidiano dos moradores de rua.	Rainer Randolph	Planejamento Urbano e Regional	Mestrado	Universidade Federal do Rio de Janeiro
1996	Marcos Magno da Gama	A fala de quem vive nas ruas: uma antropologia do diálogo.	Maria Helena Villas Boas Concone	Ciências Sociais	Mestrado	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
1996	Rosângela Faria Rangel	Vidas à deriva: população de rua no Rio de Janeiro.	Ana Maria Quiroga Fausto Neto	Serviço Social	Mestrado	Universidade Federal do Rio de Janeiro
1997	Márcia Aparecida Accorsi Pereira	A população de rua, as políticas assistenciais públicas e os direitos de cidadania: uma equação possível?	Maria Lúcia Rodrigues	Serviço Social	Mestrado	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
1998	Alcides Alexandre de Lima Barros	População em situação de rua: um olhar sobre a exclusão.	Yara Nogueira Monteiro	Antropologia	Mestrado	Universidade Metodista de São Paulo
1998	Paulo Lourenço Domingues Júnior	População de rua, cooperativa e construção de uma cidadania (um estudo de caso sobre a Coopamare - Cooperativa dos Catadores Autônomos de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis).	Maria de Lourdes Manzini Covre	Administração	Mestrado	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
1998	Regina Helena Gomes Martins	A voz da rua: mito e realidade.	Gleny Terezinha Duro Guimaraes	Serviço Social	Mestrado	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
1998	Sarah Maria Escorel de Moraes	Vidas ao Léu: uma etnografia da exclusão social.	Elimar Pinheiro do Nascimento	Sociologia	Doutorado	Universidade de Brasília
1998	Uriel Heckert	Psiquiatria e população de rua: epidemiologia, aspectos clínicos e propostas terapêuticas.	Clóvis Martins	Medicina	Doutorado	Universidade de São Paulo
1999	Anna Paula Ferrario Gonçalves	"Família de rua": toque de recolher. Condições de vida das "famílias de rua abrigadas".	Vera Lúcia Miranda Abrantes	Enfermagem	Mestrado	Universidade Federal do Rio de Janeiro

Ano	Autor	Título	Orientador	Área	Nível	Universidade
1999	Andréa Theodoro Toci Dias	Comparando albergues públicos e filantrópicos: apresentação de uma escala de avaliação objetiva dessas instituições.	Anastácio Ferreira Morgado	Saúde Pública	Mestrado	Fundação Oswaldo Cruz
1999	Aparecida Magali de Souza Alvarez	A resiliência e o morar na rua: estudo com moradores de rua - crianças e adultos - na cidade de São Paulo.	Cornélio Pedroso Rosenburg	Saúde Pública	Mestrado	Universidade de São Paulo
1999	Cleisa Moreno Maffei Rosa	Vidas de rua, destino de muitos.	Mariângela Belfiore Wanderley	Serviço Social	Mestrado	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
2000	Giovanni Marcos Lovisi	Avaliação de Distúrbios Mentais em Moradores de Albergues Públicos das Cidades do Rio de Janeiro e Niterói.	Anastácio Ferreira Morgado	Saúde Pública	Doutorado	Fundação Oswaldo Cruz
2000	Grazielle Azevedo Marques	Vai trabalhar vagabundo! Um estudo sobre representações e assistência à população de rua.	Marilena Jamur	Serviço Social	Mestrado	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
2000	Izalene Tiene	Mulher Moradora na Rua: espaços e vivências (um estudo exploratório sobre as moradoras na rua em Campinas).	Aldaíza de Oliveira Sposati	Serviço Social	Mestrado	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
2000	Letícia Andrade da Silva	Cartografia da Atenção à Saúde da População de Rua na Cidade de São Paulo.	Aldaíza de Oliveira Sposati	Serviço Social	Mestrado	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
2000	Luciana Moro Machado	Os Sentidos da Vida na Rua- Reflexões de uma Terapeuta Ocupacional nas Ruas do Rio de Janeiro.	Jacyara Carrijo Rochael Nasciutti	Psicologia	Mestrado	Universidade Federal do Rio de Janeiro
2000	Maria Herminda Carbone	"Tísica e rua: os dados da vida e seu jogo".	Eduardo Navarro Stotz	Saúde Pública	Mestrado	Fundação Oswaldo Cruz
2000	Solange Maria Alves Pinto	Essa rua também é minha: a territorialidade da população de rua na região central da cidade do Recife.	José Borzacchiello da Silva	Geografia	Mestrado	Universidade Federal de Pernambuco
2000	Vera Cristina Weissheimer	Os catadores de esperanças. Logoterapia: um caminho para uma pastoral de rua	James Reaves Farris	Teologia	Mestrado	Universidade Metodista de São Paulo
2001	Ernesto Aranha Andrade	Loucos de rua: institucionalização x desinstitucionalização.	Delma Pesanha Neves	Antropologia	Mestrado	Universidade Federal Fluminense
2001	Leila Abboud Dias Carneiro	Avaliação nutricional e do perfil imunológico na progressão clínica de indivíduos ex-moradores de rua infectados pelo HIV-1.	Luiz Roberto Castello Branco	Ciências Biológicas	Mestrado	Fundação Oswaldo Cruz
2002	Bianca Sant'Anna de Sousa Cirilo	Sobre a identidade e a privacidade de famílias de rua em um abrigo do Rio de Janeiro.	Luiz Antônio de Castro Santos	Saúde Coletiva	Mestrado	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
2002	Dahir Inez de Azeredo	Catando trabalho: estudo sobre os catadores de materiais recicláveis da região metropolitana do Rio de Janeiro.	Adalberto Moreira Cardoso	Sociologia	Mestrado	Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro
2002	Francisco Lessa Ribeiro	Moradores de rua na cidade do Salvador: um exemplo de exclusão social.	Regina Celeste de Almeida Souza	Planejamento Urbano e Regional	Mestrado	Universidade Salvador
2002	Heloisa Schimidt de Andrade	A rua em movimento... A rua é movimento... A rua é o movimento... A trajetória histórico-organizativa da população de rua de Belo Horizonte.	Carlos Aurélio Pimenta de Faria	Ciências Sociais	Mestrado	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Ano	Autor	Título	Orientador	Área	Nível	Universidade
2002	Jairo da Luz Oliveira	A vida cotidiana do idoso morador de rua: as estratégias de sobrevivência da infância à velhice - um círculo da pobreza a ser rompido.	Leonia Capaverde Bulla	Serviço Social	Mestrado	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
2002	Jorge Morgan de Aguiar Neto	A representação política de gestores públicos e moradores de rua em Porto Alegre - "o caso dos excluídos urbanos".	José Carlos dos Anjos	Sociologia	Mestrado	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
2002	Maira Meira Pinto	SOU CAPAZ - Movimento dos Direitos dos Moradores de Rua de POA/RS.	Julieta Beatriz Ramos Desaulniers	Serviço Social	Mestrado	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
2002	Maria de Fátima Almeida Martins	A Caminho da Rua: o encontro com as redes de assistência e a formação de laços sociais entre moradores de rua em Belo Horizonte.	Amélia Luisa Damiani	Geografia	Doutorado	Universidade de São Paulo
2002	Myrle do Socorro Monteiro Santa Brígida	Anônimos e humanos: moradores de rua em Belém.	Carmem Izabel Rodrigues, Jane Felipe Beltrão	Antropologia	Mestrado	Universidade Federal do Pará
2002	Sandra da Silva Silveira	Morador De Rua: O Uno! E O Múltiplo? A Construção Social da Homogeneidade.	Jussara Maria Rosa Mendes	Serviço Social	Mestrado	Pontifícia Universidade Católica Do Rio Grande Do Sul
2002	Valéria Lunardini Cardoso	Abrigos e Albergues Para Moradores De Rua: uma realidade em questão.	Leonia Capaverde Bulla	Serviço Social	Mestrado	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
2002	Vera Helena Lessa Villela	Albergue: espaço possível para a promoção da saúde.	Maria Cecília Foseci Pelicioni	Saúde Pública	Mestrado	Universidade de São Paulo
2003	Aparecida Magali de Souza Alvarez	Resiliência e Encontro Transformador em moradores de rua na Cidade de São Paulo.	Augusta Thereza de Alvarenga	Saúde Pública	Doutorado	Universidade de São Paulo
2003	Cláudia Maria Caminha Lima Cattete Reis	Crenças e expectativas da população de rua do Rio de Janeiro.	Helmuth Ricardo Kruger	Psicologia	Mestrado	Universidade Gama Filho
2003	Elisa Crispim Paulino Baiocchi	A crença em Deus e a manutenção da identidade da população adulta de rua em Goiânia.	Carolina Teles Lemos	Teologia	Mestrado	Pontifícia Universidade Católica de Goiás
2003	Elka Cruz Campos	Pobreza, exclusão e políticas de assistência social: o caso das populações adultas de rua em Campos dos Goytacazes.	Adélia Maria Miglievich Ribeiro	Serviço Social	Mestrado	Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro
2003	Luciano Antonio Furini	Modernidade, vulnerabilidade e população de rua em Presidente Prudente (SP).	Edna Maria Góes	Geografia	Mestrado	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho / Pr. Prudente
2003	Maria Mercedes Merry Brito	Loucos pela rua: escolha ou contingência?	José Newton Garcia de Araújo	Ciências Sociais	Mestrado	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
2003	Marisa do Espírito Santo Borin	Desigualdades E Rupturas Sociais Na Metrópole: Os Moradores De Rua Em São Paulo.	Lúcia Maria Machado Bógus	Ciências Sociais	Doutorado	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Ano	Autor	Título	Orientador	Área	Nível	Universidade
2003	Marta Campagnoni Andrade	Violência contra a mulher e exclusão social: estudo entre subgrupos de populações usuárias do Centro de Saúde Escola Barra Funda.	Lilia Blima Schraiber	Medicina	Mestrado	Universidade de São Paulo
2003	Renata Nogueira Fioroni	Sem rumo e sem direção - a trajetória de vida e as estratégias de sobrevivência de um grupo de rua de São José do Rio Preto.	José Marcelino de Rezendo Pinto	Psicologia	Mestrado	Universidade de São Paulo Ribeirão Preto
2003	Stella Maris Nicolau	Trabalho e processos de exclusão/inclusão social: um estudo com assistidos-trabalhadores de um centro de triagem de materiais recicláveis implantado por uma instituição assistencial na cidade de São Paulo.	Leny Sato	Psicologia	Mestrado	Universidade de São Paulo
2003	Walter Varanda	Do Direito à Vida à Vida Como Direito: sobrevivência, intervenções e saúde de adultos destituídos de moradia e trabalho nas ruas da cidade de São Paulo.	Rubens Camargo Ferreira Adorno	Saúde Pública	Mestrado	Universidade de São Paulo
2004	André Luiz Teixeira dos Santos	Passagem e permanência nas ruas da cidade de São Paulo: vivência dos moradores da Fábrica da Pompeia e os espaços institucionais.	Maria Cecília Loschiavo dos Santos	Arquitetura e Urbanismo	Mestrado	Universidade de São Paulo
2004	Beatriz Helena Bueno Brandão	Habitando na rua: avaliação pós-ocupação e saúde pública em equipamentos urbanos para a população de rua.	Maria da Penha Costa Vasconcellos	Saúde Pública	Mestrado	Universidade de São Paulo
2004	Camila Giorgetti	Entre o Higienismo e a Cidadania, análise comparativa das representações sociais sobre os moradores de rua em São Paulo.	Maura Pardini Bicudo Veras	Ciências Sociais	Doutorado	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
2004	César Eduardo Gamboa Serrano	Eu mendigo: alguns discursos da mendicância na cidade de São Paulo.	Marlene Guirado	Psicologia	Mestrado	Universidade de São Paulo
2004	Fabiana Cláudia Viana Costa	Designação e Referência: uma análise enunciativa no censo Demográfico 2000.	Eduardo Roberto Junqueira Guimarães	Linguística	Mestrado	Universidade Estadual de Campinas
2004	Hilda Jaqueline de Fraga	As bocas da rua? Eu te vejo, mas você não me vê? A cognição das memórias (res)sentimentos da cidade invisível.	Carmem Lúcia Bezerra Machado	Educação	Mestrado	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
2004	Janaina Bechler	Labirintos: os mapas invisíveis da cidade.	Édson Luiz André de Sousa	Psicologia	Mestrado	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
2004	Joana da Silva Barros	Moradores de rua - pobreza e trabalho: interrogações sobre a exceção e a experiência política brasileira.	Maria Célia Pinheiro Machado Paoli	Sociologia	Mestrado	Universidade de São Paulo
2004	José Agnaldo Gomes	Itinerários de sentidos na marcha para uma comuna da terra: pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo em busca de sua participação social.	Bader Burihan Sawaia; Leny Sato e Peter Kevin Spink	Psicologia	Mestrado	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
2004	Simone Miziara Frangella	Corpos Errantes: uma etnografia sobre corporalidade dos moradores de rua de São Paulo.	Antônio Augusto Arantes Neto	Ciências Sociais	Doutorado	Universidade Estadual de Campinas
2004	Valéria Márcia Queiroz	Exclusão social na microrregião do chamado Médio Araguaia: populações itinerantes no meio urbano.	Genilda D'Arc Bernardes	Sociologia	Mestrado	Universidade Federal de Goiás

Ano	Autor	Título	Orientador	Área	Nível	Universidade
2004	Valney Rocha Maciel	Os herdeiros da miséria: o cotidiano de mendicância no centro de Fortaleza.	Maria Barbosa Dias	Serviço Social	Mestrado	Universidade Estadual do Ceará
2004	Wânia Maria de Araújo	População de rua em Belo Horizonte: a reinvenção de espaços domésticos no improvisado da moradia.	Tarcisio Rodrigues Botelho	Ciências Sociais	Mestrado	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
2005	Ciberen Quadros Ouriques	Do Menino ao Jovem Adulto de Rua Portador de HIV/AIDS: um estudo acerca de sua condição e modo de vida.	Jane Cruz Prates	Serviço Social	Mestrado	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
2005	Cristiano Rocha Piton	Sobre homens invisíveis: interferências ambientais.	Rosaleno Ribeiro Amâncio Costa	Artes	Mestrado	Universidade Federal da Bahia
2005	Fabrcia Cristina de Castro Maciel	Parceria poder público e organizações não governamentais na implementação de Políticas Sociais: um olhar sobre a política para a população adulta de rua de Belo Horizonte.	Laura da Veiga	Administração	Mestrado	Fundação João Pinheiro (Escola de Governo)
2005	Kenia e Silva Dias	Da Rua à Cena: trilhas de um Processo Criativo.	Marcus Santos Mota	Artes	Mestrado	Universidade de Brasília
2005	Lidia Valesca Bonfim Pimentel Rodrigues	Vida nas ruas: corpos em percursos no cotidiano da cidade.	Glória Maria dos Santos Diógenes	Sociologia	Doutorado	Universidade Federal do Ceará
2005	Marcelo Gomes Justo	Excluídos: ex-moradores de rua como camponeses em assentamento do MST.	Ariovaldo Umbelino de Oliveira	Geografia	Doutorado	Universidade de São Paulo
2005	Márcia Aparecida Accorsi Pereira	Caminhos em Construção: Encontro entre População em Situação de Rua e o MST São Paulo 1999-2003.	Maria Lúcia Carvalho da Silva	Serviço Social	Doutorado	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
2005	Marco Antônio Dresler Hovnanian	Testemunho Ocular: Estudo Interdisciplinar dos Moradores de Rua da Avenida Vinte e Três de Maio em São Paulo.	Sérgio Bairon	Educação	Mestrado	Universidade Presbiteriana Mackenzie
2005	Marcylene de Oliveira Capper	População de Rua no Rio de Janeiro: Memória e Histórias de vida.	Marco Aurélio Santana	Interdisciplinar	Mestrado	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
2005	Marta Borba Silva	O "louco de rua" e a seguridade social em Porto Alegre: da (in)visibilidade social à cidadania.	Berenice Rojas Couto	Serviço Social	Mestrado	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
2005	Renata Brañas Suman	Estereótipos de catadores de lixo: um estudo de caso.	Décio Azevedo Marques de Saes	Educação	Mestrado	Universidade Metodista de São Paulo
2005	Roberta Cristina Boaretto	Velhos à margem na margem das ruas: a experiência de uma moradia provisória no município de São Paulo.	Neusa Maria Mendes de Gusmão	Antropologia	Mestrado	Universidade Estadual de Campinas
2006	Ana Gabriela Dickstein Roiffe	Criação em atos, criação em sentidos: O prometo arte/cidade e seus conceitos em tensão.	Elsje Maria Lagrou	Antropologia	Mestrado	Universidade Federal do Rio de Janeiro
2006	Christian Pierre Kasper	Habitar a rua.	Laymert Garcia dos Santos	Ciências Sociais	Doutorado	Universidade Estadual de Campinas
2006	Eriedna Santos Barbosa	Populações invisíveis: representações de saúde da população adulta em situação de rua.	Luiz Carlos Santiago	Enfermagem	Mestrado	Universidade Federal do Rio de Janeiro

Ano	Autor	Título	Orientador	Área	Nível	Universidade
2006	Fernando Altemeyer Júnior	Compaixão em Processos Sociais e Mudanças Institucionais: o caso do Vicariato Episcopal do Povo da rua em São Paulo.	Luiz Eduardo Waldemarin Wanderley	Ciências Sociais	Doutorado	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
2006	Flávio Bruno Rodrigues Ganime	A cidade de quem? Representações em torno da questão dos moradores em situação de rua no espaço urbano do Rio de Janeiro.	Fernanda Ester Sánchez Garcia	Arquitetura e Urbanismo	Mestrado	Universidade Federal Fluminense
2006	Hânia Cecília Pilan	Os Tesouros dos moradores de Rua e a Arte: Um diálogo possível.	Norberto Stori	Educação	Mestrado	Universidade Presbiteriana Mackenzie
2006	Helian Nunes de Oliveira	Usuários de serviços de saúde mental e risco para DST: vulnerabilidade e confiabilidade.	Carla Jorge Machado	Saúde Pública	Mestrado	Universidade Federal de Minas Gerais
2006	José Roberto de Oliveira	A rua na pobreza e a pobreza na rua: A rua como novo local do habitar. Um estudo das relações entre moradores de rua e espaço urbano.	Maria Luís Pereira da Silva	Arquitetura e Urbanismo	Mestrado	Universidade Federal Fluminense
2006	Júlio Caetano Costa	Cinema e Morada de Rua: buscando estratégias de resistência.	Liliane Seide Froemming	Psicologia	Mestrado	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
2006	Marcos Olegário Pessôa Gondim de Matos	Arquitetura do invisível. A "casificação" do espaço público pelo morador de rua.	Paola Berenstein Jacques	Artes	Mestrado	Universidade Federal da Bahia
2006	Maria Lúcia Lopes da Silva	Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil, 1995-2005.	Ivanete Salette Boschetti	Serviço Social	Mestrado	Universidade de Brasília
2006	Melissa dos Santos Lopes	Ver além da máscara.	Verônica Fabrini Machado de Almeida	Artes	Mestrado	Universidade Estadual de Campinas
2006	Nadja Conceição de Jesus Miranda	Espaços públicos de Salvador: uso e apropriação pelos moradores de rua - uma análise do espaço concebido, vivido e percebido.	Maria Auxiliadora da Silva	Geografia	Mestrado	Universidade Federal da Bahia
2006	Nilda de Assis Cândido	Ação Pastoral da Igreja Católica Apostólica Romana face ao direito à inserção social de pessoas em situação de rua.	Ronaldo Sathler Rosa	Teologia	Mestrado	Universidade Metodista de São Paulo
2006	Ricardo Mendes Mattos	Situação de rua e modernidade: a saída das ruas como processo de criação de novas formas de vida na atualidade.	Ricardo Franklin Ferreira	Psicologia	Mestrado	Universidade São Marcos
2006	Rita de Cássia Maciazeki Gomes	Gente-Caracol: a cidade contemporânea e o habitar nas ruas.	Édson Luiz André de Sousa	Psicologia	Mestrado	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
2007	Alessandro José Padin Ferreira	A comunicação presencial dos sem-teto na cidade de São Paulo: a produção e distribuição da Revista Ocas.	Norval Baitello Junior	Comunicação	Mestrado	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
2007	André Luiz Marques	As problemáticas de um homem de rua.	Wagner Balera	Direito	Mestrado	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
2007	Andréa Lúcia Maciel Rodrigues	O chão nas cidades - performance e população de rua.	Beatriz Vieira de Resende	Artes	Mestrado	Universidade Federal do Rio de Janeiro

Ano	Autor	Título	Orientador	Área	Nível	Universidade
2007	Daniel de Lucca Reis Costa	A rua em movimento: experiências urbanas e jogos sociais em torno da população de rua.	Heitor Frúgoli Júnior	Ciências Sociais	Mestrado	Universidade de São Paulo
2007	Dario de Sousa e Silva Filho	Degredados Filhos de Eva: População de Rua e a Economia da Miséria no Rio de Janeiro.	Nélson do Valle Silva	Sociologia	Doutorado	Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro
2007	Gabriel Coelho Mendonça	Sentidos subjetivos de moradores de rua frente ao futuro.	Fernando Luís González Rey	Psicologia	Mestrado	Pontifícia Universidade Católica de Campinas
2007	Karla Christina Ornelas Amado	Avaliação da prevalência de déficits cognitivos e depressão na população idosa residente na Fundação Leão XIII, Rio de Janeiro.	Giovanni Marcos Lovisi	Medicina	Mestrado	Universidade Federal do Rio de Janeiro
2007	Luciana Rossani Tiradentes	Identificação de diagnósticos de enfermagem em mulheres moradoras de rua.	Rosa Áurea Quintella Fernandes	Enfermagem	Mestrado	Universidade Guarulhos
2007	Mariana Vilas Boas Mendes	Os moradores de rua e suas trajetórias: um estudo sobre os territórios existenciais dos moradores de rua de Belo Horizonte.	Eduardo Vianna Vargas	Sociologia	Mestrado	Universidade Federal de Minas Gerais
2007	Mônica Lúcia Gomes Dantas	Construção de políticas públicas para população em situação de rua no município do Rio de Janeiro: limites, avanços e desafios.	Rosana Magalhães	Saúde Pública	Mestrado	Fundação Oswaldo Cruz
2007	Vera Celina Cândido de Farias	Possibilidades de inserção/reinserção produtiva dos moradores de rua do município de Porto Alegre.	Jane Cruz Prates	Serviço Social	Mestrado	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
2007	Viviane Souza Pereira	População de rua em Juiz de Fora: uma reflexão a partir da questão social.	Elizete Maria Menegat	Serviço Social	Mestrado	Universidade Federal de Juiz de Fora
2008	Anderson da Silva Rosa	O sentido de vida para pessoas em situação de rua.	Ana Cristina Passarela Brêtas	Enfermagem	Mestrado	Universidade Federal de São Paulo
2008	Andréa Medrado Martins	Revitalização do Centro do Rio e as Ações Sociais das Micro e Pequenas Empresas..	Myrtes de Aguiar Macêdo	Serviço Social	Mestrado	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
2008	Camila Potyara Pereira	Rua sem saída: um estudo sobre a relação entre o Estado e a População de rua de Brasília.	Mário Lisboa Theodoro	Serviço Social	Mestrado	Universidade de Brasília
2008	Daniela Santos Reis	O sistema de informação da situação de rua - SISRUA - uma contribuição para a Política de Assistência Social na cidade de São Paulo.	Marta Silva Campos	Serviço Social	Mestrado	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
2008	Débora Galvani	Pessoas adultas em situação de rua na cidade de São Paulo: itinerários e estratégias na construção de redes sociais e identidades.	Denise Dias Barros	Medicina	Mestrado	Universidade de São Paulo
2008	Fabiana da Glória Pinheiro Nogueira	"Hóspedes incômodos": Estudo sobre moradores de rua no hospital de emergência.	Ana Maria Quiroga	Serviço Social	Mestrado	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
2008	Gisele Aparecida Dias Franco Arrunátegui	Olhares Entrecruzados: mulheres em situação de rua na cidade de São Paulo.	Augusta Thereza de Alvarenga	Saúde Coletiva	Doutorado	Universidade de São Paulo

Ano	Autor	Título	Orientador	Área	Nível	Universidade
2008	Guilherme Dornelas Câmara	A Práxis no Jornal Boca de Rua: De "Gente Invisível" a Questionadores do Mundo.	Aida Maria Lovison	Administração	Mestrado	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
2008	Hugo Juliano Duarte Matias	Identidade, espaço e tempo: negociações de sentido sobre a "gente de rua".	Rosângela Francischini	Psicologia	Mestrado	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
2008	Jairo da Luz Oliveira	O Processo de Trabalho do Assistente Social e sua abordagem com moradores de rua.	Leonia Capaverde Bulla	Serviço Social	Doutorado	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
2008	Mauro Scarpinatti	Trabalhadores do "lixo": a organização das cooperativas de catadores de materiais recicláveis em São Paulo 2000/2005.	Maurício Broinizi Pereira	História	Mestrado	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
2009	Ana Cristina Gomes Bueno	O fio que fia confiança: a constituição negada e a ruptura do sagrado: uma análise da narrativa de moradores de rua e pessoas semiabrigadas na Baixada do Glicério.	João Edênio Reis Valle	Teologia	Mestrado	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
2009	Cíntia Maria da Cunha Albuquerque	Loucos nas ruas: um estudo sobre o atendimento à população de rua adulta em sofrimento psíquico na cidade do Recife.	Roseneide de Lourdes Meira Cordeiro	Psicologia	Mestrado	Universidade Federal de Pernambuco
2009	Décio Bessa da Costa	Cidadãos e cidadãs em situação de rua: uma análise de discurso crítica da questão social.	Maria Izabel Santos Magalhães	Linguística	Doutorado	Universidade de Brasília
2009	Gilberto Pires de Moraes	A influência do sagrado na transformação social dos moradores de rua - missão vida: um estudo de caso.	Antônio Máspoli de Araújo Gomes	Teologia	Mestrado	Universidade Presbiteriana Mackenzie
2009	Jéssica Kobayashi Correa	O psicólogo de instituição socioeducativa para pessoas em situação de rua: um estudo sobre sua identidade.	Mitsuko Aparecida Makino Antunes	Educação	Mestrado	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
2009	Leonardo Augusto Silva de Freitas	Uma polifonia etnográfica: sacerdotes e catecúmenos na liminaridade instituída.	Leonardo Hipólito Genaro Figoli	Antropologia	Mestrado	Universidade Federal de Minas Gerais
2009	Magna Luzia Diniz Matos dos Santos	Vozes na rua: práticas de leitura e escrita e construção de uma nova imagem do morador em situação de rua.	Júnia Diniz Focas	Linguística	Mestrado	Universidade Federal de Minas Gerais
2009	Maria do Carmo Campos Villamarim	Política de Assistência Social e população de rua: composição de processos de subjetivação na cidade de Belo Horizonte.	Willian César Castilho Pereira	Psicologia	Mestrado	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
2009	Maria Thereza Baptista Wady	Aspectos nutricionais e parasitológicos na resposta imunológica em uma população em risco para doenças infecciosas - Estudo realizado no município do Rio de Janeiro com moradores de rua.	Luiz Roberto Ribeiro Castello Branco	Ciências Biológicas	Doutorado	Fundação Oswaldo Cruz
2009	Milene Pescatori Packer	Vivências de ex-moradores de rua com problemas relacionados ao uso de álcool acolhidos em Instituição Confessional - um estudo clínico-qualitativo.	Egberto Ribeiro Turato	Medicina	Mestrado	Universidade Estadual de Campinas

Ano	Autor	Título	Orientador	Área	Nível	Universidade
2009	Miriam Gracie Plena Nunes de Oliveira	Consultório de Rua: relato de uma experiência.	Mônica de Oliveira Nunes	Saúde Coletiva	Mestrado	Universidade Federal da Bahia
2009	Walter Varanda	Liminaridade, Bebidas Alcoólicas e Outras Drogas: Funções e Significados entre Moradores de Rua.	Rubens de Camargo Ferreira Adorno	Saúde Pública	Doutorado	Universidade de São Paulo
2010	Alessandra Medeiros	Pessoas em situação de rua: a saída para a saída - um estudo sobre pessoas que saíram da rua.	Mariângela Belfiore Wanderley	Serviço Social	Doutorado	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
2010	Aluizio Geraldo de Carvalho Guimarães	A religiosidade de moradores de rua da cidade de Belo Horizonte: uma via de subjetivação.	Jacqueline de Oliveira Moreira	Psicologia	Mestrado	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
2010	Carlos Eduardo Esmeraldo Filho	Necessidades de saúde dos moradores de rua: desafios para as políticas sociais do município de Fortaleza-CE.	Lúcia Conde de Oliveira	Saúde Pública	Mestrado	Universidade Estadual do Ceará
2010	Cloves Reis da Costa	"Jornal O Trecheiro: uma comunicação alternativa para e sobre a população em situação de rua".	Cicília Maria Krohling Peruzzo	Comunicação	Mestrado	Universidade Metodista de São Paulo
2010	Denise Perroud Amaral	A rede de atenção à população em situação de rua: possibilidades de interferência na definição e concretização de uma política pública na cidade de São Paulo.	Regina Maria Giffoni Marsiglia	Serviço Social	Mestrado	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
2010	Eduardo Sodrê de Souza	População em situação de rua e tratamento diretamente observado (TDO) para tuberculose (TB) - a percepção dos usuários.	Fabiola Zioni	Saúde Pública	Mestrado	Universidade de São Paulo
2010	Jorge Schutz Dias	Pastoral em situação de rua. Análise das ações pastorais da Comunidade Metodista do Povo de Rua de São Paulo - 1992-2009.	Geoval Jacinto da Silva	Teologia	Doutorado	Universidade Metodista de São Paulo
2010	Karina Granado	População em situação de rua e os conflitos socioambientais no município de São Carlos: a água nas interações do cotidiano.	Norma Felicidade Lopes da Silva Valêncio	Ciências Ambientais	Mestrado	Universidade de São Paulo/São Carlos
2010	Lara Denise Góes da Costa	Responsabilidades e desumanização: representações sociais sobre população de rua no Rio de Janeiro.	Ângela Maria de Randolpho Paiva	Ciências Sociais	Mestrado	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
2010	Natália Ledur Alles	Boa de rua: representações sociais sobre população de rua em um jornal comunitário.	Miriam de Souza Rossini	Comunicação	Mestrado	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
2010	Sandra Bull	Histórias de trabalho e outras histórias no trecho.	Márcia Hespagnol Bernardo	Psicologia	Mestrado	Pontifícia Universidade Católica de Campinas
2010	Theresa Christina Jardim Frazão	O morador de rua e a invisibilidade do sujeito no discurso jornalístico.	Denize Elena Garcia da Silva	Linguística	Doutorado	Universidade de Brasília
2010	Viviani Ayroso May	Trajetória de escolarização de sujeitos em contexto de rua.	Gisela Eggert Steindel	Educação	Mestrado	Universidade do Estado de Santa Catarina

FONTE: Construção própria a partir da tabulação dos dados do terminal de consulta eletrônica Banco de Teses e Dissertações da CAPES, 1993-2010.

O Quadro 03 revela a existência de 139 trabalhos sobre a população adulta em situação de rua, a partir do ano de 1993. Em 17 anos de pesquisa, foram produzidos 139 trabalhos, o que alcança a média de aproximadamente 8 trabalhos por ano.

Conforme discutido anteriormente, reforça-se que o Banco de Teses e Dissertações da CAPES disponibiliza os trabalhos para consulta a partir do ano de 1987. Foram encontrados trabalhos sobre criança e adolescente em situação de rua a partir do ano de 1989, mas de população adulta só em 1993.

No ano de 1989, pouco antes da promulgação do ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente, tem-se a construção de quatro trabalhos utilizando a terminologia “menores de rua”¹⁹. Destes, dois são da área da Educação realizados na Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, um da área de Letras realizado na Universidade Federal de Goiás - UFG e outro na área de Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal de Pernambuco - UFP.

Observa-se que os primeiros trabalhos realizados com criança e adolescente foram produzidos nas universidades federais.

A maioria dos trabalhos são dissertações de mestrado. O tema “população adulta em situação de rua” foi objeto de estudo de quatro autores, tanto no mestrado como no doutorado, o que revela um aprofundamento no processo de investigação e estudo sobre o tema desses pesquisadores.

A autora Aparecida Magali de Souza Alvarez - mestrado (1999) e doutorado (2003), e o autor Walter Varanda - mestrado (2003) e doutorado (2009), realizaram seus trabalhos na área de Saúde Pública na Universidade de São Paulo - USP.

O autor Jairo da Luz Oliveira - mestrado (2002) e doutorado (2008), e a autora Márcia Aparecida Accorsi Pereira - mestrado (1997) e doutorado (2005), realizaram seus trabalhos na área de Serviço Social. O primeiro pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS e a segunda pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUCSP.

¹⁹ Nas décadas de 80 e até meados de 90, as terminologias mais utilizadas para se referir a esta população em situação de rua eram meninos e meninas de rua e menores de rua. Com a Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, houve a ruptura com o termo menor, passando a utilizar a terminologia criança e adolescente como sujeitos de direitos.

Ressalta-se que o autor Ricardo Mendes Mattos, psicólogo, possui mestrado na área de Psicologia (2006) sobre o tema e produziu vários artigos científicos. Mattos participou da fundação do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) e foi Conselheiro Titular do Conselho de Monitoramento da Política de Direitos da População em Situação de Rua. Também possui outras atividades de luta pelos direitos sociais desta população²⁰.

A autora Camila Giorgetti possui doutorado (2004) na PUCSP sobre o tema, o mestrado foi realizado no Institut D'études Politiques de Paris (1997) com o tema exclusão social, mas a graduação da autora (1995) na PUCSP foi sobre o tema, na qual Giorgetti discutiu sobre a religiosidade dos moradores de rua. A tese de doutorado originou o livro "Moradores de rua: uma questão social?" de 2006.

Os 139 trabalhos são apresentados na Tabela 01, na página seguinte, agrupados por ano de produção; e revelam que no ano de 2006 tem-se o maior registro, 16 trabalhos/ano.

Entre 1993 a 1999, foram de 1 a 5 trabalhos/ano, de 2000 a 2005 de 2 a 12 trabalhos/ano, de 2006 a 2010 de 11 a 16 trabalhos/ano. Percebe-se, portanto, um crescimento na apropriação da temática.

A análise da Tabela 01 apresenta 117 dissertações de mestrado (84,2%) e 22 teses de doutorado (15,8%), totalizando os 139 trabalhos sobre a população adulta em situação de rua.

As Ciências Sociais, com cinco trabalhos, possui o maior número de teses de doutorado. O Serviço Social, a Saúde Pública e a Sociologia possuem três teses cada. A Linguística e a Geografia possuem duas e a Teologia, Ciências Biológicas, Saúde Coletiva e Medicina possuem uma tese, completando o total de 22 teses.

Em relação ao mestrado, destacam-se as seguintes áreas: o Serviço Social com o maior número de dissertações, sendo 24. Em seguida, a Psicologia com 17 trabalhos, a Saúde Pública com 13 trabalhos e a Ciências Sociais com 10 trabalhos.

²⁰ Estas informações estão disponíveis no currículo lattes do autor no endereço eletrônico: <http://lattes.cnpq.br/9167120100078505>. Acesso em: 12 jan. 2012.

Tabela 01 - Produção em teses e dissertações em universidades brasileiras sobre a população adulta em situação de rua por ano, 1993 a 2010.

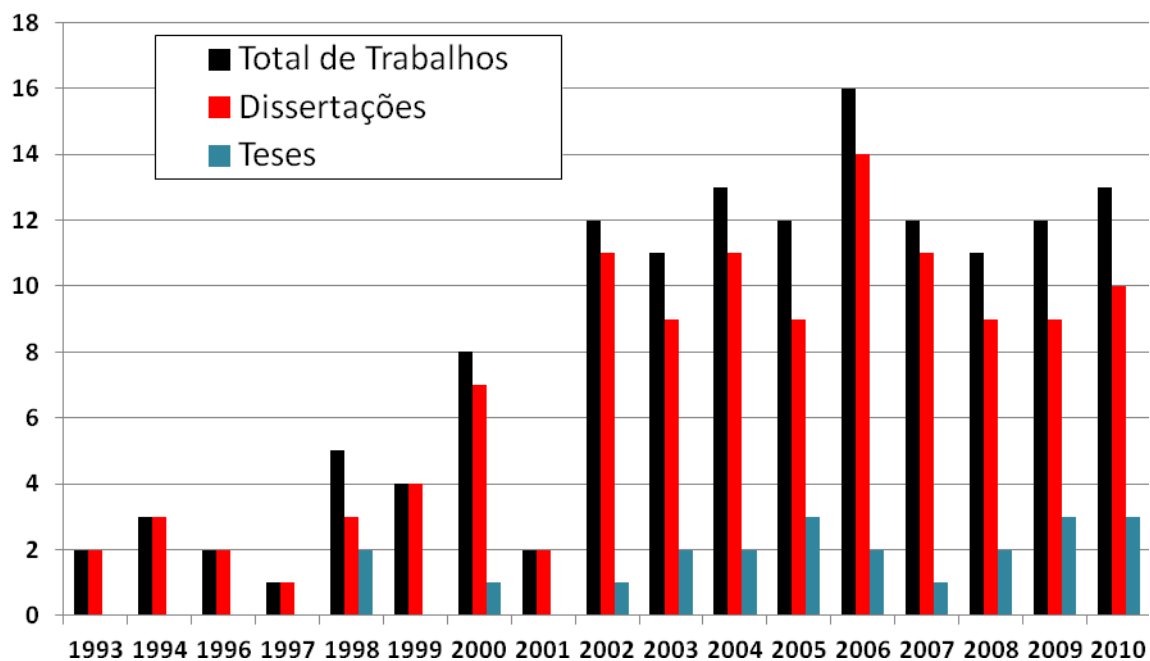
ANO	TOTAL DE TRABALHOS	DISSERTAÇÃO	ÁREA DE CONHECIMENTO	UNIVERSIDADE	TESE	ÁREA DE CONHECIMENTO	UNIVERSIDADE
1993	02	02	Administração e Psicologia	FGV/SP e PUCCAMP	-	-	-
1994	03	03	Antropologia, Serviço Social e Planejamento Regional	UFRS, PUCSP e UFRJ	-	-	-
1996	02	02	Ciências Sociais e Serviço Social	PUCSP e UFRJ	-	-	-
1997	01	01	Serviço Social	PUCSP	-	-	-
1998	05	03	Antropologia, Administração e Serviço Social	UMSP, PUCSP e PUCRS	02	Sociologia e Medicina	UnB e USP
1999	04	04	Enfermagem, Saúde Pública (2) e Serviço Social	UFRJ, FOC, USP e PUCSP	-	-	-
2000	08	07	Serviço Social (3), Psicologia, Saúde Pública, Geografia e Teologia	PUCRJ, PUCSP (2), UFRJ, FOC, UFP e UMSP	01	Saúde Pública	FOC
2001	02	02	Antropologia e Ciências Biológicas	UFF e FOC	-	-	-
2002	12	11	Saúde Coletiva, Sociologia (2), Planejamento Urbano e Regional, Ciências Sociais, Serviço Social (4), Antropologia e Saúde Pública	UERJ, IUPRJ, US, PUCMG, PUCRS (4), UFRS, UFP, USP	01	Geografia	USP

ANO	TOTAL DE TRABALHOS	DISSERTAÇÃO	ÁREA DE CONHECIMENTO	UNIVERSIDADE	TESE	ÁREA DE CONHECIMENTO	UNIVERSIDADE
2003	11	09	Psicologia (3), Teologia, Serviço Social, Geografia, Ciências Sociais, Medicina e Saúde Pública	UGF, PUCG, UENF, PUCMG, UEPJM e USP (4)	02	Saúde Pública e Ciências Sociais	USP e PUCSP
2004	13	11	Arquitetura e Urbanismo, Saúde Pública, Psicologia (3), Linguística, Educação, Sociologia (2), Serviço Social e Ciências Sociais	USP (4), UECAMP, UFRS (2), PUCSP, UFG, UEC e PUCMG	02	Ciências Sociais (2)	PUCSP e UECAMP
2005	12	09	Serviço Social (2), Artes (2), Administração, Educação (2), Interdisciplinar, Antropologia	PUCRS (2), UFB, FJP, UnB, UPM, UFRJ, UMSP e UECAMP	03	Sociologia, Geografia e Serviço Social	UFC, USP e PUCSP
2006	16	14	Antropologia, Enfermagem, Arquitetura e Urbanismo (2), Educação, Saúde Pública, Psicologia (3), Artes (2), Serviço Social, Geografia, Teologia	UFRJ (3), UECAMP, UFF (2), UPM, UFMG, UFB (2), UnB, UMSP, USM, UFRS	02	Ciências Sociais (2)	UECAMP e PUCSP
2007	12	11	Comunicação, Direito, Artes, Ciências Sociais, Psicologia, Medicina, Enfermagem, Sociologia, Saúde Pública, Serviço Social (2)	PUCSP (2), UFRJ, USP, PUCCAMP, UFRJ, UG, UFMG, FOC, PUCRS, UFJF	01	Sociologia	IUPRJ
2008	11	09	Enfermagem, Serviço Social (4), Medicina, Administração, Psicologia e História	UFSP, PUCRJ (2), UnB, PUCSP (2), USP, UFRS (2)	02	Saúde Coletiva e Serviço Social	USP e PUCRS
2009	12	09	Teologia (2), Psicologia (2), Educação, Antropologia, Linguística, Medicina, Saúde Coletiva	PUCSP, UFP, UPM, PUCSP, UFMG (2), PUCMG, UECAMP e UFB	03	Linguística, Ciências Biológicas e Saúde Pública	UnB, FOC e USP
2010	13	10	Psicologia (2), Saúde Pública (2), Comunicação (2), Serviço Social, Ciências Ambientais, Ciências Sociais e Educação	PUCMG, UEC, UMSP, PUCSP, USP (2), PUCRJ, UFRJ, PUCCAMP e UESC	03	Serviço Social, Teologia e Linguística	PUCSP, UMSP e USP
Total:	139	117			22		

FONTE: Construção própria a partir da tabulação dos dados do terminal de consulta eletrônica Banco de Teses e Dissertações da CAPES, 1993-2010.

Pode-se observar no Gráfico 01 abaixo que 2006 foi o ano em que mais se produziu sobre o tema, sendo 14 dissertações e duas teses, totalizando 16 trabalhos. As áreas do conhecimento são: Antropologia, Enfermagem, Arquitetura e Urbanismo, Educação, Saúde Pública, Psicologia, Artes, Serviço Social, Geografia, Teologia e Ciências Sociais.

Gráfico 01 - Distribuição das produções de teses e dissertações em universidades brasileiras por ano de produção, 1993-2010.



FONTE: Construção própria a partir da tabulação dos dados do terminal de consulta eletrônica Banco de Teses e Dissertações da CAPES, 1993-2010.

Em dados gerais, a área do conhecimento que produziu o maior número de trabalhos foi o Serviço Social, sendo 27 produções (19,43%). Destas, 24 possuem nível de mestrado e três possuem nível de doutorado. A maior concentração por área foi o Serviço Social em 2008, com cinco trabalhos.

A Tabela 02 na página seguinte apresenta as produções divididas por área do conhecimento. De acordo com ela, o ano de 1993 apresenta dois trabalhos, sendo da Psicologia e da Administração. Em 1994, surge o primeiro trabalho do Serviço Social realizado na PUCSP. No ano de 1995 não houve trabalhos sobre o tema. A partir dos anos 2000, há um crescimento em relação às produções. Observa-se que a partir do ano 2002, há a permanência de, no mínimo, 11 trabalhos por ano sobre o tema.

Tabela 02 - Produção em teses e dissertações em universidades brasileiras sobre a população adulta em situação de rua por área do conhecimento²¹, 1993-2010.

Produções por Área do Conhecimento																				
Área conhec.	1993	1994	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total	%	
Serviço Social	-	1	1	1	1	1	3	-	4	1	1	3	1	2	5	-	2	27	19,43	
Psicologia	1	-	-	-	-	-	1	-	-	3	3	-	3	1	1	2	2	17	12,23	
Saúde Pública	-	-	-	-	-	2	2	-	1	2	1	-	1	1	-	1	2	13	9,35	
Ciências Sociais	-	-	1	-	-	-	-	-	1	2	3	-	2	-	-	-	1	10	7,22	
Sociologia	-	-	-	-	1	-	-	-	2	-	2	1	-	2	-	-	-	8	5,74	
Antropologia	-	1	-	-	1	-	-	1	1	-	-	1	1	1	-	1	-	8	5,74	
Teologia	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	1	-	-	2	1	6	4,32	
Educação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2	1	-	-	1	1	6	4,32	
Artes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2	1	-	-	-	5	3,59	
Medicina	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-	1	1	1	-	5	3,59	
Geografia	-	-	-	-	-	-	1	-	1	1	-	1	1	-	-	-	-	5	3,59	
Enfermagem	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	1	1	-	-	4	2,88	
Linguística	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	2	1	4	2,88	
Administração	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	4	2,88	
Saúde Coletiva	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	1	-	3	2,16	
Arquitetura e Urbanismo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	2	-	-	-	-	3	2,16	
Comunicação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	2	3	2,16	
Ciências Biológicas	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	2	1,44	
Planejamento Urbano e Regional	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	2	1,44	
Interdisciplinar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	0,72	
Direito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	0,72	
História	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	0,72	
Ciências Ambientais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	0,72	
Total	2	3	2	1	5	4	8	2	12	11	13	12	16	12	11	12	13	139	100,00	

FONTE: Construção própria a partir da tabulação dos dados do terminal de consulta eletrônica Banco de Teses e Dissertações da CAPES, 1993-2010.

A maior concentração de trabalhos está no Serviço Social, com quase 20% da produção, diante de 23 áreas do conhecimento. Observa-se que a Psicologia obtém o segundo lugar em relação ao número de produções sobre o tema, sendo 17 dissertações (12,23%), mas não possui teses. A Saúde Pública vem em terceiro lugar, com 13 trabalhos (9,35%), sendo 10 dissertações e três teses. As Ciências Sociais detêm o percentual de 7,22% das produções, com cinco dissertações e cinco teses. A Sociologia e a Antropologia possuem oito trabalhos cada, o que corresponde a 5,75%.

²¹ Realizou-se a separação das áreas do conhecimento segundo a área do conhecimento da CAPES. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/avaliacao/areas-paginas>. Acesso em: 19 dez. 2012.

A Teologia e a Educação ocupam o percentual de 4,32%, com seis trabalhos cada. As áreas: Artes, Medicina e Geografia possuem cinco trabalhos o que corresponde a 3,6% cada. Enfermagem, Linguística e Administração possuem quatro trabalhos cada, com percentual de 2,88%.

Saúde Coletiva, Arquitetura e Urbanismo e Comunicação apresentam três trabalhos cada (2,16%). Ciências Biológicas e Planejamento Urbano e Regional apresentam dois trabalhos (1,44%), sendo que o primeiro trabalho da área de Planejamento Urbano e Regional foi em 1994 na Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. As áreas: Interdisciplinar, Direito, História e Ciências Ambientais possuem apenas um trabalho e ocupam o percentual de 0,72%.

Para Silva (2006), foi a partir da segunda metade da década de 1990 que surgiram os primeiros estudos sobre a população em situação de rua e a ampliação das iniciativas de enfrentamento da problemática em algumas cidades brasileiras. Segundo a autora:

Nesse período, percebeu-se a enorme expansão da superpopulação relativa no mundo e no Brasil, particularmente em sua forma *flutuante*, devido à redução de postos de trabalho na indústria; *estagnada*, em decorrência do crescimento do trabalho precarizado, e do *pauperismo* (sobretudo a parte constituída dos indivíduos aptos ao trabalho, mas não absorvidos pelo mercado), o que ajuda a explicar a expansão do fenômeno população em situação de rua (SILVA, 2006, p. 81).

A mudança do padrão de acumulação e aspectos da mudança no mundo do trabalho são os fatores utilizados por esta autora para compreender os fatores de expansão, as características e o perfil da população em situação de rua.

O que se observa nos dias de hoje é a ocorrência de um aumento significativo de várias “tecnologias” (econômicas, políticas, industriais, socioculturais, subjetivas, simbólicas) e, em contrapartida, uma acentuada reiteração das promessas de acesso rápido aos bens e aos benefícios disponíveis na contemporaneidade, em dimensões individuais e coletivas, minimizando no campo das lutas políticas a existência de forças ou de poderes estabelecidos no próprio processo histórico.

Na consonância com essas tendências, instaura-se uma sociedade “informada” ou “informatizada”, em constante comunicação em rede, mas dispersa ou virtualmente ligada e desconectada com o lugar e com o coletivo.

Dentro desse contexto, a rua passa a ser um importante campo de investigação, em diferentes perspectivas, para identificar o movimento de mudanças das lógicas produzidas nos tempos da modernidade e pode-se dizer que ocorre um movimento crescente nas ruas de pessoas que estabelecem o caminho inverso, possivelmente em face de utilização da rua como espaço privado de moradia²².

O trabalho das Ciências Ambientais de 2010 demonstra a preocupação com o tema “população em situação de rua” e o meio ambiente ao utilizar como foco de estudo os fatores limitantes relacionados às formas de acesso e uso da água doce, com vistas a valorizar a experiência de sofrimento social na interação precária com o território da cidade para subsidiar a formulação e implementação de políticas urbanas socialmente inclusivas.

Em relação às universidades, o maior número de trabalhos sobre o tema “população adulta em situação de rua” foi produzido no estado de São Paulo, 63 trabalhos, o que equivale ao percentual de 45,4% das produções. O estado do Rio de Janeiro vem em seguida, com 27 trabalhos, 19,5% das produções. O estado do Rio Grande do Sul apresenta 18 trabalhos, um percentual de 13% do total das produções.

A Tabela 03 apresenta as produções realizadas por estado, segundo as universidades onde foram produzidas, onde se pode observar com mais detalhes a concentração dos estudos no período de 1993 a 2010.

Observa-se que a Universidade de São Paulo - USP e a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUCSP são as instituições que mais produziram sobre o tema no estado de São Paulo, sendo 20 trabalhos cada. No estado do Rio de Janeiro, destacam-se a Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ (09), a Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ (06) e a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUCRJ (04). No estado do Rio Grande do Sul temos a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRG com nove trabalhos cada. O estado de Minas Gerais possui 11 trabalhos. Destes, cinco foram realizados na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUCMG e quatro na Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. No Distrito Federal, os seis trabalhos produzidos foram na Universidade de Brasília - UnB.

²² Aqui, entende-se a rua como “espaço privado”, no sentido de que a rua se transformou em local de moradia, tal qual a casa. Ao invés da casa, é a rua que se torna um asilo à pessoa.

Tabela 03 - Produção em teses e dissertações em universidades brasileiras sobre a população adulta em situação de rua por estado, 1993 a 2010.

UF INSTITUIÇÃO	ANO										Total							
	1993	1994	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003		2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
SP	2	1	1	1	3	2	3		2	8	7	5	6	5	5	5	7	63
USP					1	1			2	6	3	1		1	2	1	2	20
PUCSP		1	1	1	1	1	2			1	2	1	1	2	2	2	2	20
UNICAMP											2	1	2			1		6
UMSP					1		1					1	1				2	6
UPM												1	1			1		3
PUCCAMP	1													1			1	3
USM													1					1
FGV	1																	1
UNIFESP															1			1
UG														1				1
UNESP										1								1
RJ		1	1			2	4	2	2	2		1	4	4	2	1	1	27
UFRJ		1	1			1	1					1	2	2				9
FIOCRUZ					1	2	1							1		1		6
PUCRJ							1								2		1	4
UFF								1					2					3
IUPERJ									1					1				2
UGF										1								1
UERJ									1									1
UENF										1								1
RS		1			1				5		2	2	2	1	3		1	18
UFRS		1							1		2		2		2		1	9
PUCRS					1				4			2		1	1			9
MG									1	1	1	1	1	2		3	1	11
PUCMG									1	1	1					1	1	5
UFMG												1	1		2			4
FJP												1						1
UFJF													1					1
DF					1							1	1		1	1	1	6
UnB					1							1	1		1	1	1	6
BA									1			1	2		1			5
UFBA												1	2		1			4
UNIFACS									1									1
CE											1	1					1	3
UECE											1						1	2
UFCE												1						1
GO										1	1							2
UFGO											1							1
PUCGO											1							1
PE								1									1	2
UFPE								1									1	2
PR									1									1
UFPR									1									1
SC																	1	1
UDESC																	1	1
Total	2	3	2	1	5	4	8	2	12	12	12	12	16	12	11	12	13	139

FONTE: Construção própria a partir da tabulação dos dados do terminal de consulta eletrônica Banco de Teses e Dissertações da CAPES, 1993-2010.

Destaca-se nesta análise o fato de que as Pontifícias Universidades Católica (PUCSP, PUCCAMP, PUCRJ, PUCMG, PUCG e PUCRS) somam juntas 39

trabalhos do total das produções, o que corresponde a 28,1% do total. As Universidades Federais (UNIFESP, UFRJ, UFF, UFRS, UFMG, UFJF, UFBA, UFCE, UFGO, UFPE e PFPR) apresentam 36 trabalhos, ou seja, 25,9% do total das produções. Juntas ocupam 54% das produções, pouco mais que a metade das produções, 75 trabalhos.

A Tabela 04 apresenta o número de produções da população adulta em situação de rua na área do Serviço Social.

Tabela 04- Número de teses e dissertações em universidades brasileiras sobre população adulta em situação de rua, Banco de Teses e Dissertações da CAPES, de 1993 a 2010, em relação ao ano de produção e área do conhecimento Serviço Social.

Ano	Total	Número de Dissertações	Número de Teses	Número Dissertações e Teses Serviço Social		
				Dissert.	Tese	T
1993	2	2	-	-	-	-
1994	3	3	-	1	-	1
1996	2	2	-	1	-	1
1997	1	1	-	1	-	1
1998	5	3	2	1	-	1
1999	4	4	-	1	-	1
2000	8	7	1	3	-	3
2001	2	2	-	-	-	-
2002	12	11	1	4	-	4
2003	11	9	2	1	-	1
2004	13	11	2	1	-	1
2005	12	9	3	2	1	3
2006	16	14	2	1	-	1
2007	12	11	1	2	-	2
2008	11	9	2	4	1	5
2009	12	9	3	-	-	-
2010	13	10	3	1	1	2
TOTAL	139	117 (84,2%)	22 (15,8%)	24 (17,3%)	3 (2,2%)	27 (19,5)

FONTE: Construção própria a partir da tabulação dos dados do terminal de consulta eletrônica Banco de Teses e Dissertações da CAPES, 1993-2010.

São 27 trabalhos na área de Serviço Social no período de 1993 a 2010, sendo 24 dissertações de mestrado e três teses de doutorado. Observa-se que estas produções representam 19,5% do conjunto total de trabalhos produzidos no período compreendido entre 1993 e 2010, sendo que as dissertações de mestrado correspondem a 17,3% e as teses de doutorado a 2,2%.

No ano de 2008, o Serviço Social produziu o maior número de trabalhos sobre o tema, sendo quatro dissertações e uma tese. Destaca-se também o ano de 2002, com quatro dissertações. Os anos 2000 e 2005 possuem três trabalhos cada, sendo realizadas em 2000 três dissertações e em 2005 duas dissertações e uma tese.

Nos anos de 1993, 2001 e 2009, não houve produção no Serviço Social sobre o tema “população adulta em situação de rua”, porém, as pesquisas mostraram estudos com o segmento criança e adolescente produzidos neste período, que não foram introduzidos nesta dissertação, conforme apontado anteriormente.

Passo agora para a apresentação da produção do Serviço Social sobre população adulta em situação de rua, 1993-2010.

2 - A PRODUÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL EM UNIVERSIDADES BRASILEIRAS SOBRE POPULAÇÃO ADULTA EM SITUAÇÃO DE RUA, 1993-2010.

“(…) não basta explicar as contradições, mas reconhecer que elas possuem fundamento, um ponto de partida nas próprias coisas; uma base objetiva real”. Bulla, Mendes e Prates (2004, p. 62).

Este capítulo analisa a produção do Serviço Social sobre a população adulta em situação de rua. Ressalta-se que dos 27 trabalhos localizados, foi realizada a análise de 20 trabalhos. Não foi possível a análise de sete trabalhos, conforme listados no Quadro 04, que correspondem aos números: 02, 04, 06, 09, 10, 11, 12.

Destes, cinco (04, 09, 10, 11, 12) foram produzidos na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS e não estão disponíveis via digital. O trabalho 02 foi produzido na Universidade Federal do Rio de Janeiro e não foi possível acesso ao exemplar. O trabalho 06, produzido na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUCRJ não pode ser disponibilizado pela biblioteca devido ao falecimento da autora e não houve devolutiva da família para autorização.

Vale destacar que, para todos estes trabalhos, foi realizado contato telefônico e encaminhado e-mail aos autores e orientadores, mas não houve retorno dos mesmos.

Observa-se no Quadro 04, na página seguinte, que o maior número de produções concentra-se nos estados de São Paulo e Rio Grande do Sul, com nove produções cada, sendo estas produções realizadas por alunos da Pontifícia Universidade Católica.

O estado do Rio de Janeiro apresenta cinco produções, sendo três da Pontifícia Universidade Católica, uma da Universidade Federal e uma da Universidade Estadual. O Distrito Federal possui duas produções na Universidade de Brasília, o estado do Ceará possui uma produção na Universidade Estadual e o estado de Minas Gerais uma produção na Universidade Federal de Juiz de Fora.

Quadro 04: Apresentação Geral das teses e dissertações em universidades brasileiras na área de Serviço Social do Banco de Teses e Dissertações da CAPES, sobre população adulta em situação de rua, 1993-2010.

TRAB.	ANO	AUTOR	ORIENTADOR	NÍVEL	UNIVERSIDADE.
01	1994	ALVES, Maria Magdalena Alves	YASBEK, Maria Carmelita	Mestrado	PUCSP
02	1996	RANGEL, Rosângela Faria	FAUSTO, Ana Maria Quiroga Neto	Mestrado	UFRJ
03	1997	PEREIRA, Márcia Aparecida Accorsi	RODRIGUES, Maria Lúcia	Mestrado	PUCSP
04	1998	MARTINS, Regina Helena Gomes	GUIMARÃES, Gleny Terezinha Duro	Mestrado	PUCRS
05	1999	ROSA, Cleisa Moreno Maffei	WANDERLEY, Mariângela Belfiore	Mestrado	PUCSP
06	2000	MARQUES, Grazielle Azevedo	JAMUR, Marilena	Mestrado	PUCRJ
07	2000	SILVA, Letícia Andrade da	SPOSATI, Aldaíza	Mestrado	PUCSP
08	2000	TIENE, Izalene	SPOSATI, Aldaíza	Mestrado	PUCSP
09	2002	CARDOSO, Valéria Lunardini	BULLA, Leonia Capaverde	Mestrado	PUCRS
10	2002	PINTO, Maira Meira	DESAYNIERS, Julieta Beatriz Ramos	Mestrado	PUCRS
11	2002	SILVEIRA, Sandra da Silva	MENDES, Jussara Maria Rosa	Mestrado	PUCRS
12	2002	OLIVEIRA, Jairo da Luz	BULLA, Leonia Capaverde	Mestrado	PUCRS
13	2003	CAMPOS, Elka Cruz	MIGLIEVICH, Adélia Maria	Mestrado	UENF
14	2004	MACIEL, Valney Rocha	DIAS, Maria Barbosa	Mestrado	UEC
15	2005	OURIQUES, Ciberen Quadros	PRATES, Jane Cruz	Mestrado	PUCRS
16	2005	PEREIRA, Márcia Aparecida Accorsi	SILVA, Maria Lúcia Carvalho da	Doutorado	PUCSP
17	2005	SILVA, Marta Borba	COUTO, Berenice Rojas	Mestrado	PUCRS
18	2006	SILVA, Maria Lúcia Lopes da	BOSCHETTI, Ivanete Salete	Mestrado	UnB
19	2007	FARIAS, Vera Celina Cândido de	PRATES, Jane Cruz	Mestrado	PUCRS
20	2007	PEREIRA, Viviane Souza	MENEGAT, Elizete Maria	Mestrado	UFJF
21	2008	MARTINS, Andréa Medrado	MACEDO, Myrtes de Aguiar	Mestrado	PUCRJ
22	2008	NOGUEIRA, Fabiana da Glória Pinheiro	QUIROGA, Ana Maria	Mestrado	PUCRJ
23	2008	OLIVEIRA, Jairo da Luz	BULLA, Leonia Capaverde	Doutorado	PUCRS
24	2008	PEREIRA, Camila Potyara	THEODORO, Mário Lisbôa	Mestrado	UnB
25	2008	REIS, Daniela Santos	CAMPOS, Marta Silva	Mestrado	PUCSP
26	2010	AMARAL, Denise Perroud	MARSIGLIA, Regina Maria Giffoni	Mestrado	PUCSP
27	2010	MEDEIROS, Alessandra	WANDERLEY, Mariângela Belfiore	Doutorado	PUCSP

FONTE: Construção própria a partir da tabulação dos dados do terminal de consulta eletrônica Banco de Teses e Dissertações da CAPES, 1993-2010.

Verifica-se que, das três teses de doutorado, duas foram produzidas na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUCSP e uma na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCSP.

De acordo com a Tabela 05, na página seguinte, existe uma centralidade de estudos nas universidades católicas, se comparado às universidades federais e estaduais.

Tabela 05 - Caracterização das instituições de ensino onde foram produzidas as teses e dissertações sobre a população adulta em situação de rua, 1993 a 2010.

TIPO	INSTITUIÇÃO	MESTRADO	DOCTORADO	TOTAL
Privada	PUCSP	07	02	09
Privada	PUCRG	08	01	09
Privada	PUCRJ	03	-	03
Federal	UFRJ	01	-	01
Federal	UFMG	01	-	01
Federal	UnB	02	-	02
Estadual	UENF	01	-	01
Estadual	UECE	01	-	01
TOTAL	08	24	03	27

FONTE: Construção própria a partir da análise das teses e dissertações em universidades brasileiras na área de Serviço Social, 1993-2010.

Segundo Hammes (2003), a história das universidades católicas no Brasil tem sua trajetória lançada com o início das Faculdades Católicas em março de 1941, no Rio de Janeiro, reconhecidas como Universidade em 1946, sendo-lhes conferido o título de Pontifícia em 1947.

Também em 1946, em agosto, é fundada e reconhecida a PUC de São Paulo, seguindo-se a Universidade Católica do Rio Grande do Sul, em 1948 (Pontifícia a partir de 1950), a Universidade Católica de Pernambuco, em 1952, a de Campinas em 1955; a de Minas Gerais, em 1958.

Entre 1959 e 1961 surgiram mais cinco: Goiás, Paraná, Pelotas (no Rio Grande do Sul) e Salvador, na Bahia. Seguem-se, em 1969, a UNISINOS e, em 1975, Santa Úrsula, no Rio de Janeiro.

Nos 25 anos seguintes, entre mudanças de legislação, crescimento da demanda por educação superior e redução do investimento público, assiste-se a uma expansão continuada das Instituições Superiores de Educação Católica.

A página atual da ABESC (Associação Brasileira das Escolas Superiores Católicas) contabiliza 20 Universidades e Centros Universitários, além de 21 instituições isoladas. Supõe-se que nestes números ainda faltem alguns dados (HAMMES, 2003, p. 4).

Para Thivierge e Varón (2004, p. 16):

A Universidade Católica tem como compromisso formar cidadãos conscientes e capazes de fazer frente a esses novos desafios, orientada pelos princípios éticos e cristãos, sem perder de vista sua finalidade de produzir, de forma criativa, novos conhecimentos que sejam questionados e analisados, e, ainda, que sejam aplicáveis e transferíveis.

A Federação Internacional de Universidades Católicas²³ (FIUC) criou um Laboratório Internacional Universitário de Estudos Sociais²⁴ para permitir às universidades parceiras assumir o compromisso de formação e intervenção no âmbito social, *“na perspectiva de tornar este mundo mais justo e mais humano, como enfatiza o Art. 2º, do Estatuto da FIUC”* (THIVIERGE; VARON, 2004, p. 16).

A PUCRS firmou convênio com a FIUC e criou na universidade uma das sedes do Laboratório Internacional Universitário de Estudos Sociais que adotou a sigla LABINTER, passando a vincular-se ao Centro Coordenador da Investigação.

Segundo Bulla (2004, p. 22), *“O LABINTER da PUCRS elegeu como temática de estudos a Exclusão Social: estratégias de resistência e rede de inclusão, definindo como foco de investigação, a realidade vivenciada pelo morador de rua da cidade de Porto Alegre”*.

O autor Jairo da Luz Oliveira realizou o mestrado e o doutorado sobre o tema na PUCRS, o que demonstra o aprofundamento nas pesquisas. O mesmo ocorre com a autora Márcia Aparecida Accorsi Pereira, porém as produções foram realizadas na PUCSP. A autora Alessandra Medeiros realizou o mestrado em 2002 na PUCSP com o tema voluntariado. A PUCSP possui a trajetória da construção do conhecimento pautada na dinâmica da realidade. Sobre este assunto, Sposati (2009b, p. 302) coloca:

(...) essa é uma indelével marca da trajetória da construção do conhecimento na PUCSP: o comando de reflexões e contribuições pela dinâmica da realidade e suas possibilidades de vir a ser um novo alcance da democracia civilizada. A contribuição puquiense não flui do comportamento que agentes e reagentes manifestam em vidros e

²³ Segundo Hammes (2007, p. 5) a partir de 1924, por iniciativa dos reitores de Nimega, Louvain e Milão, começam as reuniões do que viria a ser a Federação Internacional das Universidades Católicas (FIUC), definitivamente organizada a partir de 1949 com o apoio de Pio XII (...) 232 instituições, dos diversos continentes estão filiadas à FIUC, reunindo-se periodicamente.

²⁴ O Laboratório Internacional Universitário de Estudos Sociais foi implantado na América Latina e na Ásia.

pipetas, mas do exame da dinâmica do real, de preferência daquele real dos espoliados, da presença da injustiça e das violações que os estudos puquianos submetem a exame crítico e contributivo pela sua tradição humanista. O alinhamento puquiano se dá, sem dúvida, na relação entre conhecimento, direitos humanos e justiça social. Considero que o debate sobre a inclusão e a exclusão social tem plena aderência a essa tradição.

Portanto, a PUCSP vem produzindo conhecimentos relevantes em níveis nacional e internacional, sempre pautada na sua missão. Segundo Sposati (2009b, p. 324), “(...) *muito foi realizado, novos conhecimentos disseminados no contexto nacional e internacional, concretizando a missão que esta Universidade abraçou e que seus docentes concretizaram na missão de uma Universidade que se propõe e se faz Comunitária.*

Quanto à orientação das produções, há a prevalência do gênero feminino, sendo 20 orientadoras e um orientador. Destacam-se as orientadoras: Leonia Capaverde Bulla, com duas orientações de mestrado e uma de doutorado, e Jane Cruz Prates, com duas orientações de mestrado, ambas da PUCRS. Aldaíza Sposati, com duas orientações de mestrado e Mariângela Belfiore Wanderley com orientação de uma dissertação e uma tese, ambas da PUCSP. Ana Maria Quiroga, com duas orientações de mestrado, uma da UFRJ e outra da PUCRJ.

2.1 - Nomenclatura e significado da população em situação de rua.

Existem diversas terminologias atribuídas às pessoas que moram nas ruas. Nas décadas de 70, 80 e 90 surgem as várias denominações e expressões, historicamente construídas, para nomear as pessoas que vivem nas ruas. Acredito que isso se deve ao fato de que, nas últimas décadas, várias terminologias, carregadas de significados, foram usadas para designar as pessoas que vivem nas ruas. A autora Pereira (2005, p.42) relata em sua tese de doutorado que:

Na década de 80, foram encontradas cerca de 100 notícias jornalísticas e no ano de 1986 se destacam dois importantes intelectuais escrevendo sobre o tema: Florestan Fernandes, com o artigo “*Os desenraizados*” e Lourenço Diaféria, com o texto “*Os sofredores de rua*”. Esse último já abordava o morador de rua, como trabalhador.

Para Escorel (1999), tomando como referência a cidade do Rio de Janeiro, o crescimento do número de pessoas e o surgimento de grupos morando nas ruas se deu a partir do final da década de 1980, quando, segundo ela “(...) *sua presença passou a ser percebida como inoportuna, mas principalmente, ameaçadora* (...)” (p.238).

No conjunto das produções, em relação à terminologia, existe uma diversidade entre os autores, sendo aplicados sete termos: moradores de rua; população de rua; população em situação de rua; pessoas em situação de rua; populações adultas de rua, loucos de rua e homem de rua. Pelo Quadro 05, pode-se observar o uso das sete terminologias nas produções.

Quadro 05 - Terminologias utilizadas nas produções de teses e dissertações em universidades brasileiras sobre população adulta em situação de rua, 1993-2010.

TERMINOLOGIA	DOCUMENTOS
População de rua	03, 05, 07, 14, 15, 20, 24, 25
Moradores de rua	08, 19, 21, 22, 23
População em situação de rua	16, 18, 26
Pessoas em situação de rua	27
Populações adultas de rua	13
Louco de rua	17
Homens de rua	01

FONTE: Construção própria a partir da análise das teses e dissertações em universidades brasileiras na área de Serviço Social, 1993-2010. **Obs.:** O documento 22 utiliza também o termo “população que mora na rua”.

As denominações para se referir as pessoas que utilizam a rua como espaço de sobrevivência foram, de algum modo, ao longo das décadas, sofrendo modificações em sua nomenclatura. Isso revela a visibilidade de um fenômeno que é visto como individual, pode-se aqui citar a mendicância como exemplo, para o fenômeno de uma situação que representa um coletivo, uma população.

Neves (1993) coloca que os primeiros estudos sobre a população de rua do Brasil identificavam ex-trabalhadores vivendo na rua e ele associa a mendicância a “(...) *uma cadeia de degradação das condições de trabalho ao longo de duas a três gerações*” (p.31). Para Castelvechi (1995) “(...) *a tradição religiosa cristã fez surgir o termo *sofredor de rua*, que referencia o sofrimento causado pelas situações de injustiça social e, posteriormente, o termo *povo de rua* com o surgimento da *Pastoral de Rua e da Comunidade dos Sofredores*” (p. 109).*

Acredita-se que esses termos passaram a ser adotados durante muitos anos, cedendo lugar a outros termos trazidos pelas próprias pessoas em situação de rua, como por exemplo, pedintes, que, na maioria das vezes, procura retratar a situação de carência e fragilidade em que se encontram. Segundo Sposati (2009, p. 3-4):

A mera associação dessa situação com a mendicidade fez crescer, ao longo dos anos, a noção de que não constituíam um contingente populacional, mas somente indivíduos ou figuras isoladas vagueando pelas cidades. Eis aqui uma nova noção que a contagem da população em situação de rua permite. Trata-se da identificação de um coletivo, um segmento da população, e não um indivíduo, ou alguns indivíduos (...).

A identificação desse segmento populacional como população de rua pode ser considerado um sinal emergente de mudanças sócio-político-econômicas das últimas décadas e um problema mundial que não atinge somente as grandes metrópoles.

O termo população de rua aplicado em diferentes momentos é o mais utilizado entre os autores, com isso, percebe-se que não existe predomínio do sentido individual, mas sim do coletivo. A aplicação do termo pessoa remete-se ao sentido de individualidade. Porém, segundo Giorgetti (2006, p. 20):

(...) recentemente, o Serviço Social em São Paulo, pensando em ressaltar o caráter processual da vida nas ruas, criou a expressão pessoas em situação de rua, para delimitar as trajetórias (idas e vindas) e enfraquecer a ideia predominante (pejorativa) de que se trata de pessoas de rua, que não têm outra característica senão o fato de pertencer às ruas da cidade (...).

O trabalho 27 utiliza a terminologia pessoa em situação de rua porque, Segundo Medeiros (2010, p. 60), “(...) adotar a terminologia ‘pessoa em situação de rua’ ao ‘morador de rua’ e ‘pessoa de rua’ visa começar a contribuir para uma mudança de mentalidade na sociedade, remetendo às trajetórias das pessoas e a uma situação que poderá ser modificada (...)”.

Ao aplicar os termos “população de rua” e “população em situação de rua”, pode-se refletir que o primeiro diz respeito a uma condição vivenciada pela pessoa que pode ser permanente e o segundo diz respeito a um processo da condição de população de rua.

No trabalho 18, a autora esclarece a opção pela terminologia: “(...) *optou-se pela terminologia 'população em situação de rua', não para significar um tempo passageiro de permanência na rua (...). Mas, por considerá-la mais apropriada para significar o fenômeno e a situação para a qual são conduzidas parcelas expressivas da classe trabalhadora, em decorrência do aprofundamento das desigualdades sociais e da elevação dos níveis de pobreza produzidos pelo sistema capitalista*”. (Silva, 2006, p. 105).

De forma inaugural, Vieira, Bezerra e Rosa (1992, p. 93), ao estudar o tema população de rua, fazem a distinção entre “ficar na rua, circunstancialmente”, “estar na rua, recentemente” e “ser de rua, permanentemente”. Entende-se que essa distinção se origina na visão da permanência na situação de rua como fator crônico e elas permitem identificar a população em situação de rua de forma heterogênea.

Borin (2003, p. 44), afirma: “*Os moradores de rua não constituem uma 'população homogênea'. A multiplicidade de características pessoais, que esse segmento social apresenta, dificulta a utilização de uma definição unidimensional*”.

Quando se aplica o termo “morador” pode-se refletir que há equívocos quanto ao significado desta palavra, pois remete-se a uma forma de morar que é entendida como entre quatro paredes. Embora seja o novo espaço de vivência, o qual irá ficar por um tempo indeterminado, o lugar (a rua) é para a pessoa um não-lugar²⁵. Porque, o espaço público não é a casa, é espaço estranho, de muitos perigos, e até saber os seus mecanismos de relações, é um espaço de sobrevivência, levará um tempo de adaptação. Porém, mesmo tendo dominado estes mecanismos, a rua será um não-lugar. Para Silva (2008, p. 30):

A rua pode ser percebida como espaço possível de sobrevivência, como lugar de trabalho (notadamente informal) e moradia, onde o morador de rua constrói a sua concepção de tempo e espaço, ocupando um lugar que é de todos, mas ao mesmo tempo não é de ninguém, violando uma regra social de uso do espaço público, subvertendo os padrões e valores de reprodução da sociedade capitalista, na qual o trabalho aparece como a forma legítima de garantir o sustento.

²⁵ Essa definição de *um não lugar* é elaborada por Marc Augé (1994, p.36), para explicar como “(...) *a supermodernidade, por intermédio da tecnologia e da informação, vai transformando os lugares em não-lugares, pois as referências, os vínculos, a memória, os laços ganham dimensões plural, efêmera e instável (...)*”. No caso, a rua, aparentemente, na lógica convencional, pode ser considerada um “não-lugar”, pela sua própria característica transitiva, pública e de deslocamento, apenas.

Sendo assim, a ausência de residência fixa é um dos traços essenciais da situação de rua. Torna-o um indivíduo não-cidadão, não pode ser contatado, nem ter comunicação. Portanto, a pessoa em situação de rua transforma a rua em lugar de vivência, transformando ao mesmo tempo esse lugar em rua. Analiso como uma forma de construir um lugar ou, justamente o contrário, desconstruir os lugares de maneira a formar não-lugares.

O termo “Homens de rua” utilizado na dissertação de mestrado produzida em 1994, embora a autora não apresente os motivos pelos quais utilizou esta terminologia, pode-se verificar que não existe relação com questões de gênero, mas sim com o sentido de dar visibilidade e pertencimento social a esta população que vive nas ruas, já que a autora utiliza o termo em letra maiúscula.

O termo “louco de rua” utilizado na dissertação de mestrado produzida em 2005 está relacionado ao portador de transtorno mental, que assim é mais comumente chamado. A autora atuou durante sete anos (1997 a 2003) em um programa de atendimento à população adulta em situação de rua. A partir do trabalho direto nas ruas, ela constatou que uma parcela desse segmento são “os loucos de rua”, permanecem em estado de (in)visibilidade social, revelando a contradição entre o previsto no arcabouço jurídico a partir de 1988 e o cotidiano encontrado nas ruas. Acredita-se que a situação de rua adquire certa complexidade na medida em que se considera o conjunto de fatores que se inter-relacionam no processo que culmina na ida para as ruas e nas práticas assistenciais existentes.

2.2 - Objeto e objetivos das produções sobre população adulta em situação de rua.

2.2.1 - Objeto das produções sobre população adulta em situação de rua.

Observa-se na análise das produções a preocupação dos autores em conhecer/compreender a atenção realizada a essa população pelo setor público e privado; o acesso ao trabalho; as relações familiares; as condições e o acesso à

saúde; a questão de gênero e orientação sexual, a mulher vivendo nas ruas; e ex-moradores de rua que se incorporaram ao MST. Foi possível, diante desta análise, identificar três grandes eixos em relação ao objeto:

Tabela 06 - Eixos em relação ao objeto de pesquisa dos autores do Serviço Social das teses e dissertações em universidades brasileiras sobre população adulta em situação de rua, 1993 a 2010.

EIXO	OBJETO	DESDOBRAMENTOS	DOCUMENTOS
I	A população em situação de rua	Exclusão/Cotidiano	14, 20
		Família	01
		Mulher	08
II	A atenção à população em situação de rua	Assistência social (pública)	03, 05, 13, 24, 25, 26
		Assistência social (privada)	21
		Saúde	07, 15, 17, 22
		Trabalho	18, 19
		Processo de trabalho do assistente social	23
III	Ex-moradores de rua	O que contribuiu para a saída	16, 27

FONTE: Construção própria a partir da análise das teses e dissertações em universidades brasileiras na área de Serviço Social, 1993-2010.

Conforme observa-se na Tabela 06, o eixo I “A população em situação de rua” apresenta três desdobramentos exclusão/cotidiano, família e mulher. O processo de exclusão vivenciado pelas pessoas em situação de rua, bem como o cotidiano vivenciado nas ruas e qual a caracterização das pessoas que utilizam as ruas como sobrevivência foi o foco de dois trabalhos 14 e 20, embora alguns trabalhos tenham apresentado essa preocupação, mas sem aprofundamento.

O eixo II “a atenção à população em situação de rua”, é o mais recorrente entre os trabalhos e apresenta cinco desdobramentos, sendo o mais estudado pela Assistência Social.

A assistência social foi o foco destes estudos com a preocupação em (re)conhecer as ações desenvolvidas junto a esta população e as políticas de atendimento em âmbito público e privado nos municípios locus de pesquisa.

O atendimento realizado pelos centros de saúde e a percepção e cuidado que esta população apresenta foi a preocupação de quatro trabalhos, conforme pode-se observar.

Em relação à vida laboral, vale ressaltar que houve a preocupação com as mudanças no mundo do trabalho e a dificuldade de acesso das pessoas em situação de rua foi preocupação de todos os autores, alguns com mais e outros com menos intensidade, mas observa-se que os trabalhos 18 e 19 abordam esse tema com profundidade e trazem uma discussão profunda a respeito.

Verifica-se que o estudo relacionado diretamente à questão da família foi o trabalho 01, (1994, PUCSP). Nele são apresentados os fatores que levam à ruptura dos laços familiares como, por exemplo, a dependência química e o desemprego.

Como apontam as pesquisas realizadas nos estados brasileiros, o maior número de pessoas que utilizam a rua como espaço de sobrevivência é do sexo masculino, poucos trabalhos estudam a situação da mulher. O trabalho 08 estuda a situação da mulher que vive e mora na rua e apresenta elementos importantes quanto ao surgimento de ações específicas no cuidado da mulher que vive nas ruas.

A questão dos movimentos sociais com foco na população em situação de rua e o MST, bem como o estudo das pessoas que saíram das ruas compõem o eixo III “ex-moradores de rua”. Este eixo leva ao entendimento de que a saída pode ser um processo complexo e ainda muito difícil na vida das pessoas que utilizam a rua, mas não é impossível.

2.2.2 - Objetivos das produções sobre a população adulta em situação de rua.

Ao analisar os trabalhos com foco nas considerações finais ou conclusões, percebe-se que os objetivos dos autores foram alcançados. No relato apresentado pelos autores, os objetivos foram atingidos, deixando anotada, porém, a necessidade de aprofundamentos em pesquisas futuras.

Os objetivos, cada um à sua maneira, procuraram possibilitar o (re)conhecimento da população em situação de rua no município, nas políticas de atendimento desenvolvidas pelo poder público/privado no município e das demais formas de assistência social que lhes são prestadas, contribuindo para dar visibilidade aos processos de exclusão por que passam as pessoas em situação de rua.

A preocupação em dar visibilidade às pessoas que utilizam a rua como lugar de vivência e investigar quem são essas pessoas que vivem nas ruas das cidades, esteve presente nos objetivos como elementos para compreender em que lugar e em que momento do processo histórico de suas trajetórias foi possível situar a origem desse fenômeno, bem como apontar as relações entre as mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno “população em situação de rua” no Brasil.

A preocupação com a saúde dessa população esteve presente nos objetivos de quatro autores (trabalhos 07, 15, 17 e 22) que procuraram analisar os contornos e dilemas que envolvem o encontro institucional entre a população em situação de rua e o sistema de saúde, bem como identificar e apresentar os recursos disponíveis para o atendimento na área da saúde.

Conhecer e identificar quais são os fatores objetivos e subjetivos que contribuem para o processo de saída da rua foi a preocupação do trabalho 27. Percebe-se que entender estes processos é de fundamental importância para a formação de políticas públicas que propiciem a ruptura com a vivência nas ruas.

O sexo feminino apresenta menor número de pessoas em situação de rua frente ao sexo masculino. No Serviço Social, houve a produção de uma dissertação de mestrado (trabalho 08) que apresentou como objetivo entender as rupturas que se operam nos padrões de vida da mulher, anteriores à sua vida na rua, as privações por elas vividas, as novas relações que se estabelecem, bem como o seu atendimento nos serviços filantrópicos e públicos de atenção a suas necessidades.

2.3 - Tendências temáticas e teóricas das referências.

2.3.1 - Tendências temáticas.

Na análise das tendências temáticas, deu-se preferência aos autores que tiveram suas obras utilizadas com mais ênfase e reflexão acerca do tema ao longo da elaboração dos trabalhos. Os temas mais recorrentes foram identificados, sistematizados e organizados em cinco grandes eixos:

Tabela 07 - Eixos em relação aos temas recorrentes dos autores utilizados nas teses e dissertações em universidades brasileiras sobre população adulta em situação de rua.

TEMAS	AUTORES	OBRAS
População de Rua	Maria Antonieta C. Viera Eneida Maria R. Bezerra Cleisa Moreno Maffei Rosa	“População de rua: quem é, como vive e como é vista. São Paulo: Hucitec, 2004”.
	Cleisa Moreno Maffei Rosa	“População de rua: Brasil e Canadá. São Paulo: Hucitec, 1995” e a Dissertação de Mestrado “Vidas de rua, destino de muitos. São Paulo: PUCSP, 1999”.
	Marcel Bursztyn	“No meio da rua. Nômades, excluídos e viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 2000” e “Da utopia à exclusão: vivendo nas ruas em Brasília. Rio de Janeiro: Garamond. Brasília: Codeplan, 1997”.
	David A. Snow Leon Anderson	“Desafortunados. Um estudo sobre o povo da rua. Tradução de Sandra Vasconcelos. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1998”.
	Márcia Aparecida Accorsi Pereira	“A População de rua, as políticas assistenciais públicas e os direitos de cidadania: uma equação possível? Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997” e “Caminhos em construção: encontro entre população em situação de rua e o MST - São Paulo, 1999-2003. Tese (Doutorado em Serviço Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005”.
Exclusão Social	Aldaíza Oliveira Sposati	“Mapa da exclusão/inclusão social da cidade de São Paulo. São Paulo-SP, EDUC, 1996” e “Os direitos (dos desassistidos) sociais. São Paulo: Cortez, 2002”.
	Maria Carmelita Yazbek	“Classes subalternas e assistência social. São Paulo: Cortez, 1993”.
	Eduardo Marques	“Segregação, pobreza e desigualdades sociais. São Paulo: Editora Senac, 2005” e “Redes Sociais, Instituições e Atores Políticos no Governo da Cidade de São Paulo. São Paulo: ANNABLUME, 2003”.
	Sarah Escorel	“Vidas ao léu – Trajetórias de exclusão social. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1999”.
	José de Souza Martins	“Exclusão social e a nova desigualdade. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2003” e “A Sociabilidade do Homem Simples. São Paulo: Hucitec, 2000”.
Trabalho	Ricardo Antunes	“Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1998” e “Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6. ed. São Paulo: Boitempo, 2003”
	Márcio Pochmann	“O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século. São Paulo: Contexto, 1999”, “O Emprego na Globalização: A Nova Divisão Internacional do Trabalho e os Caminhos que o Brasil Escolheu. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001” e “Atlas da exclusão social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2003. Volume 1”.

TEMAS	AUTORES	OBRAS
Sociedade	Karl Marx	"Manuscritos Econômico-Filosóficos. São Paulo: Martin Claret, 2002", "O Capital - Crítica da Economia Política. Coleção "Os Economistas". São Paulo-SP, Abril Cultural, 1982" e "O manifesto do partido comunista. 1. ed. Porto Alegre: L&PM POCKET, 2001".
	Zygmunt Baumann	"Globalização: as consequências humanas. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1999", "Amor Líquido. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2004" e "Vidas desperdiçadas. Tradução de Carlos Aberto Medeiros. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2005".
	Serge Paugam	"A desqualificação social: ensaio sobre a nova pobreza. Tradução de Camila Giorgetti e Tereza Lourenço; prefácio e revisão de Maura Pardini Veras. São Paulo: Educ/Cortez, 2003" e "O Enfraquecimento e a Ruptura dos Vínculos Sociais - uma dimensão essencial do processo de desqualificação social. In: SAWAIA, Bader (Org.). As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007".
	Robert Castel Luiz Eduardo Wanderley Mariângela Belfiore	"Desigualdade e a Questão Social. 2. ed. São Paulo: EDUC, 2000".
Urbano	Vera Silva Telles	"Pobreza e Cidadania: duas categorias antinômicas. In: Mínimos de Cidadania - Ações afirmativas de enfrentamento à exclusão social. Núcleo de Seguridade e Assistência Social nº 4. Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social. PUC SP, 1995", "A cidadania inexistente: incivilidade e pobreza. Um estudo sobre trabalho e família na Grande São Paulo. Tese de doutorado, USP, 1992" e "Pobreza e Cidadania. São Paulo: Editora 34, 2001".
	Roberto Damatta	"A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1985", "A Casa e a Rua. Rio de Janeiro: Rocco, 1997" e "Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Guanabara, 1990".
	Lúcio Kowarick	"Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil. São Paulo: Editora 34, 2009", "A espoliação urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979" e "Escritos Urbanos. São Paulo-SP, Editora 34, 2000".

FONTE: Construção própria a partir da análise das teses e dissertações em universidades brasileiras na área de Serviço Social, 1993-2010.

Pode-se observar na Tabela 07 que os temas “exclusão social, trabalho, sociedade e urbano” se relacionam entre si e fazem parte de estudos e pesquisas voltados a entender as desigualdades sociais que permeiam a sociedade capitalista e a relação “capital versus trabalho”.

Para tratar do tema população adulta em situação de rua, entender estes temas se faz necessário, em especial, ao Serviço Social, que se depara com “novas expressões” da Questão Social, novos campos de trabalho e maior necessidade de intervenção junto à população.

Pode-se afirmar que a Questão Social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendrada na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intervenção do Estado.

Segundo Yamamoto (2001, p. 9-32), *“ela expressa disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e poder estatal”*.

Portanto, a Questão Social é a categoria fundante das contradições e antagonismos presentes nas relações entre classes sociais e entre estas e o Estado. Ela é direcionada pelo traço da relação “capital versus trabalho”, ou seja, a exploração, e com isso apresenta as suas manifestações na sociedade por meio da pauperização, exclusão e desigualdade social.

Entendo então que a Questão Social é determinada pelo traço próprio e peculiar da relação “capital versus trabalho”, ou seja, a exploração. Mas não é só isso, implica também componentes históricos, políticos, culturais e as “lutas sociais”. Segundo Netto (2001, p. 45-46), *“toda luta contra as suas manifestações sociopolíticas e humanas (precisamente o que se designa por ‘questão social’) está condenada a enfrentar sintomas, consequências e efeitos”*.

Em nossa sociedade, as ações do governo e as políticas sociais têm como meta enfrentar situações que possam prejudicar a “ordem burguesa”. No entanto, essas ações são fragmentadas, visam reprimir e calar a voz das pessoas que atentem contra a coesão e a “ordem estabelecida”. Por isso, *“a organização e mobilização da classe trabalhadora na luta pela apropriação da riqueza social está estreitamente vinculada à questão social”*, conforme Pastorini (2004, p. 110).

Reconhecer a pessoa em situação de rua como pertencente a um coletivo e não a uma situação individual é um processo de luta que vem se estabelecendo ao longo das décadas de 90, conforme se discutiu nos capítulos anteriores e observou-se nas produções analisadas.

Discutir a problemática da população em situação de rua perpassa necessariamente pela discussão a respeito da exclusão social. Segundo a autora Escorel (1999), a exclusão social é um processo no qual - no limite - os indivíduos são reduzidos à condição de *animal laborans*, cuja única atividade é a sua preservação biológica, e na qual estão impossibilitados de exercício pleno das potencialidades da condição humana. Varanda e Adorno (2004, p.61), ao se referirem à reflexão de Castel (1998) sobre exclusão social, colocam:

(...) o autor evita o modelo estático de análise da exclusão social, que fixa os indivíduos em áreas de destituição e salienta o processo dinâmico que os fazem transitar “da integração à vulnerabilidade ou deslizar da vulnerabilidade para a inexistência social”. Ele prefere o termo “desfiliação para designar o desfecho deste processo”, a tratar de “estados de provação”.

Paugam (1999) utiliza o conceito de “desqualificação social”, que, segundo ele, caracteriza o movimento de expulsão gradativa, para fora do mercado de trabalho e as experiências vividas na relação de assistência, ocorridas durante diferentes fases nesse processo. Ao estudar sua obra, pode-se visualizar a identificação que esse autor faz de três fases processuais: fragilidade (perda do emprego); dependência dos serviços sociais e ruptura dos vínculos sociais, o que leva a um alto grau de marginalização.

2.3.2 - Tendências teóricas.

2.3.2.1 - Quantificação de citação de autores e áreas do conhecimento

Houve a separação e a quantificação das citações/reflexões dos autores que tiveram as obras utilizadas com mais ênfase e reflexão acerca do tema na elaboração dos trabalhos, bem como das áreas do conhecimento e a nacionalidade dos mesmos.

Tabela 08 - Quantificação das citações e reflexões, das áreas do conhecimento e da nacionalidade dos autores utilizados na elaboração das teses e dissertações, 1993 a 2010.

AUTOR	ÁREA DO CONHECIMENTO	CITAÇÕES	NACIONALIDADE	
			BRASILEIRA	ESTRANGEIRA
Aldaíza Oliveira Sposati	Serviço Social	16	X	
Robert Castel Luiz Eduardo Wanderley Mariângela Belfiore	Sociologia e Serviço Social	15	X X	X
Maria Antonieta C. Viera Eneida Maria R. Bezerra Cleisa Moreno Maffei Rosa	Sociologia e Serviço Social	13	X X X	
Cleisa Moreno Maffei Rosa	Serviço Social	12	X	
Marcel Bursztyn	Ciências Econômicas	10		X
David A. Snow Leon Anderson	Sociologia	10		X X
Maria Carmelita Yazbek	Serviço Social	09	X	
Karl Marx	Filosofia	09		X
Ricardo Antunes	Sociologia	08	X	
Roberto Damatta	Antropologia	07	X	
Eduardo Marques	Ciências Sociais	06	X	
Marcio Pochmann	Ciências Econômicas	06	X	
Zygmunt Baumann	Sociologia	05		X
Sarah Escorel	Medicina	05	X	
Lúcio Kowarick	Ciências Sociais	05	X	
José de Souza Martins	Ciências Sociais	04	X	
Serge Paugam	Sociologia	04		X
Márcia Ap. Accorsi Pereira	Serviço Social	04	X	
Vera Silva Telles	Ciências Sociais	04	X	

FONTE: Construção própria a partir da análise das teses e dissertações em universidades brasileiras na área de Serviço Social, 1993-2010.

Observa-se na Tabela 08 a presença de sete áreas do conhecimento, sendo as que possuem mais destaque: Serviço Social, Sociologia e Ciências Sociais.

O Serviço Social é indispensável frente às dificuldades econômicas, políticas, sociais e culturais vivenciadas pela população menos favorecida de nossa sociedade. O profissional assistente social possui conhecimento teórico metodológico para intervir junto às demandas apresentadas pelos usuários no cotidiano e, por meio de pesquisas, pode desvendar os processos de perdas, rupturas e desencontros na vida das pessoas em situação de rua, com vistas a contribuir para o enfrentamento dessas situações e possibilitar condições de reconstrução de suas vidas e o acesso aos direitos sociais.

As Ciências Sociais têm se empenhado em pesquisar e discutir o tema “população em situação de rua”. A autora Celina Fernandes Gonçalves Bruniera, mestre em Sociologia da Educação pela Universidade de São Paulo e assessora

educacional, relata em seu artigo²⁶ que “(...) *todos podem falar dos problemas sociais que vivenciam e devem fazê-lo, porque o aprofundamento dessas questões cresce com a discussão. Isso é necessário, mas não suficiente (...)*”. Segundo ela:

(...) É preciso ter conhecimento teórico para formular análises das relações sociais, para analisar os discursos acerca da realidade social, compreendê-los e interpretá-los à luz de todo conhecimento já produzido a esse respeito. É exatamente isso que faz o cientista social.

O cientista social tem procurado explicar os complexos fenômenos da vida em sociedade e, em especial, no nosso contexto, o fenômeno “população em situação de rua” sempre em diálogo com os profissionais do Serviço Social.

Em nível de informação registra-se a presença marcante de duas autoras que tiveram suas reflexões citadas no processo de elaboração dos documentos. A autora Maria Cecília de Souza Minayo da Saúde Pública com as obras “*O desafio do conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde. Hucitec-Abrasco, Rio de Janeiro: 1993*” e “*Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1997*”.

E a autora Marilda Vilela Iamamoto, do Serviço Social, com as obras “*O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005*” e “*Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 1998*”.

²⁶O papel do investigador no trabalho de campo. Especial para a Página 3 Pedagogia & Comunicação. Disponível em <http://educacao.uol.com.br/sociologia/pensamento-sociologico-a-sociologia-pode-ser-considerada-uma-ciencia.jhtm>. Acesso em 03 jan. 2012.

3 - Conteúdos de análise do Serviço Social sobre a população adulta em situação de rua, 1993-2010.

(...) é notório que o campo de estudo do Serviço Social situa-se dentre as manifestações da questão social e nelas, das relações entre os sujeitos Estado-Sociedade-Mercado, em toda sua complexidade constituída, e, como assinalado, na perspectiva da construção de um conhecimento contra-hegemônico, isto é, cuja direção social busque descrever, sistematizar, explicar o modo de vida, de viver, de luta, de organizar, de representar, de manifestar das classes populares e das situações que vivenciam perante a justiça social, a democracia e o trabalho neste terceiro milênio (SPOSATI, 2007, p. 23).

Este capítulo apresenta os conteúdos de análise do Serviço Social sobre a população adulta em situação de rua, que expressam a realidade construída por, e entre, os assistentes sociais. Nesta perspectiva em relação à construção do conhecimento em Serviço Social, Sposati (2009, p. 24) coloca que ele *“(...) já olha um fenômeno em uma dada direção que é a de como superar algo que está posto como negatividade, vitimização, opressão, exclusão, etc.”*

Os trabalhos apresentam uma unidade no seu referencial ao remeter para a Questão Social e a exclusão social usando, principalmente, o referencial analítico crítico da teoria de Marx. Segundo Silva (2009, p. 295-296):

A interlocução entre o Serviço Social e a produção crítica sustentada em Marx e em sua tradição, não é apenas útil para a ampliação do capital cultural dos profissionais de Serviço Social e para a qualificação das reflexões e das alternativas edificadas a partir do “concreto pensado”. Trata-se de uma relação crucial para criticar ao máximo as relações historicamente estabelecidas entre o pensamento conservador (nas suas diversas expressões) e o exercício profissional dos assistentes sociais, frequentemente marcado por ações tuteladoras e reiteradoras da ordem, hoje hegemônica, em escala planetária: a burguesa. O marxismo pode, também, apropriar-se de inúmeros temas de altíssima relevância social por meio do Serviço Social. Os assistentes sociais fazem parte de uma categoria profissional que, como poucas profissões, atua nos rincões da sociedade burguesa madura e com as múltiplas e complexas mazelas sociais recriadas globalmente por esta ordem societária. Esta base empírica, advinda do exercício profissional, é de extrema riqueza, ainda que careça, inegavelmente, de reconstrução crítica.

Para Mathis e Santana (2009, p. 10):

A produção do conhecimento deve levar em consideração que a análise do ser social precisa ser vista em sua totalidade. Para isso é preciso ser ortodoxo - para lembrar a expressão lukacsiana - na escolha do caminho de apreensão da totalidade, que é a utilização do método dialético. Qualquer outro caminho levará a formulações abstratas, sem conexão com a realidade social. Os fenômenos, quaisquer que sejam, fazem parte da produção e reprodução da vida material e espiritual. Daí a necessidade de perceber as conexões do fenômeno singular com a universalidade (leis e tendências), postas na particularidade.

Para esses pensadores do Serviço Social, o referencial analítico-crítico da teoria de Marx permite captar as conexões e os movimentos que direcionam a totalidade concreta, que não permite ser revelada em um primeiro olhar, mas exige ser desvendada em suas tramas.

3.1 - A atenção à população adulta em situação de rua: assistência social, trabalho, família, saúde.

Para mim, é a mesma rotina, a mesma rotina triste, aborrecida de dormir na rua, muito aborrecida, às vezes dormia sem comer. Às vezes, não tomava café da manhã porque não existia esses albergues. Esses albergues; foi de um tempo para cá... (Sra. I. 63 anos), (OLIVEIRA, 2008, p. 104).

“Já estou na rua há seis anos. Vim pra rua porque eu estava empregada em duas lojas e as duas faliram. Inclusive eu morava numa delas. Aí tinha que pagar aluguel e outras coisas e não dava...” (Mara). (In: TIENE, 2000, p. 122).

Eu não senti discriminação, eu senti descaso, as pessoas te olham como se você não significasse nada. No serviço, eu também não senti essa discriminação, a palavra é descaso, não olhar para as pessoas em quem você é, se você fala, você é punido. Não é bom olhar para alguém sujo, é um descaso e um desconhecimento (S7). (In: MEDEIROS, 2010, p. 148).

No conjunto das produções, verifica-se que alguns trabalhos registram o histórico da atenção à população em situação de rua na cidade de São Paulo, como por exemplo, os trabalhos 03, 16, 25, 26, 27. Os trabalhos 03 e 16 de Pereira (1997, 2005) realizam a análise da política social pública voltada à população de rua.

No trabalho 03 tem-se a análise no período de 1989 a 1992 da gestão da Prefeita Luiza Erundina de Souza e de 1993 a 1996, do Prefeito Paulo Salim. Segundo Pereira (1997, p. 197), *“essas administrações primaram por fortes antagonismos, no desempenho da ação político social”*. No trabalho 16 há a retomada da análise desses períodos dando ênfase a espaços de organização desta população.

O trabalho 27 (MEDEIROS, 2010) apresenta o resgate histórico do atendimento à pessoa em situação de rua na cidade de São Paulo, com ênfase nos períodos entre os anos 2000 e 2010. O trabalho 26 destaca-se pelo mapeamento dos serviços existentes no município de São Paulo para o atendimento desta população. Segundo Amaral (2010, p. 144-145):

O presente estudo mapeou um total de 64 serviços existentes de atenção a essa população na cidade de São Paulo, distribuídos em cinco Coordenadorias de Assistência Social - CAS em que está organizada a SMADS (Norte, Centro-Oeste, Sudeste, Leste e Sul). Esses serviços são geridos por 28 organizações sociais conveniadas com a SMADS, sendo que 34 estão localizados na região centro-oeste da cidade, predominando os Centros de Acolhida, do tipo I, que funcionam 16 horas por dia, e do tipo II, com atendimento permanente de 24 horas diárias. Mais da metade das organizações mantém sua sede e pelo menos um serviço de referência prestado na região do CRAS Sé, especialmente nos distritos de Sé, Brás, Bom Retiro, Consolação, Bela Vista, Liberdade, Santa Cecília e República. Identificam-se ainda três sedes das organizações sociais na região do CRAS Lapa, ainda sob Coordenação do mesmo CAS Centro-Oeste, uma sede próxima ao CRAS Mooca (CAS Sudeste) e outra sede na área de abrangência do CRAS Santana (CAS Norte).

Para essa autora, existe a importância da articulação entre iniciativas diversas e de se conhecer qual é a influência que esses atores sociais *“(...) podem desempenhar efetivamente na definição, implementação e monitoramento de políticas públicas destinadas a grupos sociais que apresentam alto grau de vulnerabilidade social, como é o caso da população em situação de rua na região central da cidade de São Paulo”* (AMARAL, 2010, p. 149).

Para Prates, Prates e Machado (2011), é importante reiterar que nenhum fenômeno social se origina de uma única causa, mas de múltiplas determinações, logo, seu enfrentamento requer a articulação de iniciativas diversas, o que tem sido um problema histórico no Brasil: superar a fragmentação e garantir intervenções pautadas na integralidade (p. 197).

O trabalho 18²⁷ destaca-se ao apresentar a caracterização do perfil desta população em algumas metrópoles brasileiras, no período entre 1995 e 2005, cujo estudo partiu da reunião e análise de dados de oito levantamentos censitários realizados por institutos como a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) e o Instituto de Assistência Social e Cidadania (IASC), em quatro capitais brasileiras: Porto Alegre (RS), São Paulo (SP), Belo Horizonte (MG) e Recife (PE). Segundo a autora deste trabalho, “(...) o perfil traçado é bastante próximo da realidade, pois os dados adotados têm uma metodologia bastante afinada e partiram dos mesmos pressupostos” (SILVA, 2006, p. 111-112).

Os autores dos trabalhos recorrem a referenciais franceses para discutir sobre exclusão, pobreza e vulnerabilidade com destaque no conceito de “desqualificação” a partir das reflexões de Paugam e de “desfiliação” de Robert Castel e, embora o contexto francês seja diferente do da sociedade brasileira, eles contribuem na compreensão e análise da sociedade brasileira.

Lúcio Kowarick (2009) apresenta um estudo sobre a questão da pobreza e da marginalização nas sociedades americana e francesa e sobre a vulnerabilidade no Brasil. Nesta obra de Kowarick, pode-se analisar que na sociedade francesa, assim como no Brasil, a questão da exclusão social e da vulnerabilidade social é discutida como responsabilidade do Estado. Já na sociedade americana, a discussão está na culpa ou não do indivíduo. Segundo Kowarick, (2009, p. 48), na França “(...) a vulnerabilidade massiva é de responsabilidade do Estado”.

No contexto brasileiro, conforme apontado anteriormente, há os autores Sposati (1996, 2002), Yazbek (1993), Marques (2003, 2005), Escorel (1999) e Martins (2000, 2003) como os mais citados nos trabalhos para discutir a questão da exclusão social. Mas verifica-se também a existência de outros autores, como por exemplo Sawaia (2007). Segundo Medeiros (2010, p.21):

Ao pensarmos nas pessoas que utilizam as ruas como espaço de sobrevivência e moradia, fatalmente, estabelecemos a relação direta com o conceito de exclusão social, uma vez que é a expressão mais adequada para adjetivar o que presenciamos cotidianamente nas ruas, principalmente nas grandes metrópoles.

²⁷ Este trabalho, defendido em dezembro de 2006, na UnB, sob a orientação da Professora Ivanete Boschetti, resultou na publicação, pela Editora Cortez em 2009, do livro “Trabalho e População em Situação de Rua no Brasil”.

Medeiros utiliza as reflexões de Sawaia (2007, p. 09) para trabalhar na perspectiva de exclusão social como “(...) *processo complexo e multifacetado, uma configuração de dimensões materiais, políticas, relacionais e subjetivas*”. Para ela, “(...) *ter essa compreensão de exclusão social ainda não nos possibilita a total compreensão de sua relação e a qualificação quando falamos daqueles que vivem nas ruas*” (p. 27). Sposati (1999, p.127-131) contribui sobremaneira para uma contextualização da exclusão brasileira quando alerta:

Trazer o tema da exclusão social para o Brasil significa demarcar que a análise se dará em uma sociedade colonizada” [e numa] “cultura patrimonial” (...) a exclusão social no final do século XX assume o caráter de um conceito/denúncia da ruptura da noção de uma responsabilidade social e pública construída a partir da Segunda Guerra, como também da quebra da universalidade da cidadania conquistada no Primeiro Mundo.

Ao se referir à exclusão social na contemporaneidade, Sposati (2009b, p. 306) afirma que:

(...) o ressurgimento do debate sobre a exclusão social na contemporaneidade não é só a retomada do debate crítico sobre a lógica excludente da sociedade do capital. Para além dessa dimensão constitutiva, outras atitudes sociais fazem, perversamente, avançar a exclusão social para novos planos de vida em sociedade.

Para Sposati (2009b), essa parece ser a grande questão que faz o debate sobre a exclusão social, ao mesmo tempo, se colocar no plano da análise crítica e da denúncia. Segundo ela, essa característica aproxima o conhecimento da militância.

Pode-se dizer que não é correto estabelecer uma relação direta entre desemprego e situação de rua, visto que existem fatores que se correlacionam para estabelecimento da situação, conforme apontado no conjunto das produções. Porém, não se pode negar a importância do trabalho em relação aos demais vínculos sociais, pelo fator de atribuir uma identidade.

No trabalho 03, percebe-se que a questão do trabalho ocupou um papel central nas reflexões presentes na dissertação enquanto ausência, “(...) *acarretando inúmeros entraves para o eficiente desenvolvimento das alternativas colocadas à disposição da população de rua*” (PEREIRA, 1997 p. 198). O que pode refletir-se nas falas dos sujeitos de pesquisa:

(...) eu disse pro cara: eu levanto 4:30 da manhã, rapá. Eu não tô aqui pra fumar, pra me drogar ou pra beber cachaça, porque eu não bebo. Agora você chega e quer levar o carrinho de quem trabalha!...(In: PEREIRA, 1997, p. 62)

“[...] o percurso que fiz até chegar às ruas foi longo, com perdas de pessoas que eu amava. Tudo isso por causa do desemprego” (H. S. M. 69 anos) e “[...] primeiro me perdi na vida, segundo na bebida, terceiro perdi os documentos, o emprego e minha filha” (J. C. A. 42 anos) (In: OURIQUES, 2005, p. 48-49).

Um dos aspectos que chama a atenção no conjunto das produções é a questão da saúde. Na abordagem junto à população em situação de rua, são vários os problemas encontrados, desde os mais estritamente relacionados aos transtornos mentais, ao consumo de drogas e álcool, às deficiências físicas e mentais até aqueles causados por doenças infectocontagiosas e complicações envolvendo causas externas (especialmente violência).

Basicamente, as questões relativas aos problemas de saúde partiram da percepção dos próprios entrevistados quanto a seus problemas, como por exemplo no trabalho 07, mas houve também a percepção dos trabalhadores e gestores pesquisados (trabalho 17). Os trabalhos revelam ainda a falta de atendimento adequado e profissionais capacitados para atender esta população. A seguir os relatos de alguns sujeitos de pesquisa:

(...) fui levar um colega no médico. Chegando lá, o médico disse: ‘aqui não é lugar pra morador de rua, morador de rua tem que ir pra pronto-socorro!’ Só o fato de você ser morador de rua, o cara já te olha diferente, mas na área de saúde é que somos discriminados. Inclusive até um amigo nosso faleceu e eu acho que foi por incompetência médica. Um morador de rua caiu e bateu a frente, teve um traumatismo craniano e aí foi para o hospital. Eu estava na praça quando aconteceu o acidente, quando ele caiu, e até fui eu que chamei o resgate... porque a gente chama o SAMU49 e não vem. Isso é discriminação! Aí veio o resgate, o bombeiro colocou até aquele colar cervical e levou ele para o pronto-socorro (...) ele teve alta, mas a mãe dele nos falou que estava colocando sangue pelo nariz, pela boca. Quando o paciente tem alta do leito, ele para de receber a medicação, e aí ele faleceu. (BRASIL, 2006, p.66 apud SILVA, 2006).

Eu nunca fiquei doente, graças a Deus, agora mais de trinta dias que eu estou com uma gripe e que é uma coisa triste, mas também às vezes tenho que ir para os serviços de saúde, saio do albergue com chuva, me molho todo... (Sr. S. 68 anos) (OLIVEIRA, 2008, p. 125).

Fiquei cinco dias no hospital, e fui jogado na rua, até o dia que eu saí eu não estava bom, a minha perna estava machucada ... eu peguei uma bengalinha, um cabo de vassoura e fiz uma bengala ... uma senhora de Viamão, ela trata de pessoas que estão nas ruas, as pessoas quando estão ruins da saúde ela leva para a casa dela, muitas pessoas ajudam ela com ranchos, ela serve a gente muito bem os que param lá, ela foi muito boa para mim... (Sr. J. 66 anos) (OLIVEIRA, 2008, p. 125)

É sabido que a vida na rua revela a ruptura de vínculos familiares e sociais, o trabalho 05 de Rosa (1999) possui aspecto interessante ao apresentar a reconstrução da sequência de perdas, trajetórias de vida da população em situação de rua. Os trabalhos 01, 16, 18, apresentam relatos dos sujeitos de pesquisa que registram a formação de uma “nova” família por meio da vivência nas ruas:

"Ele é meu irmão, não porque nascemos da mesma mãe, mas porque já ficamos sem comer junto, já dividimos comida, já puxamos carroça e já dormimos no mesmo lugar." - diz João. (ALVES, 1994, p. 90).

“Tanto faz se é povo da rua, da favela, como da cidade... aqui de vez em quando fala assim ‘ah, o povo da rua, o povo da rua’, mas acaba que a gente acaba virando uma família que aí não existe povo da rua ou povo da cidade, ou povo do campo, é todo mundo junto” (Sílvia). (PEREIRA, 2005, p 213)

Segundo Silva (2006, p. 101):

“(...) quase a totalidade das pessoas que se encontram nessa situação possui referência familiar. Porém, os vínculos afetivos e de solidariedade que os unem se encontram fragilizados ou completamente interrompidos. É muito reduzido o número de pessoas que vivem nas ruas com familiares”.

3.2 - O conhecimento em Serviço Social: espaço de interlocução entre os sujeitos.

O que mais tenho medo é de perder a vida na mão de algum marginal. Eu não mexo com ninguém. O povo da rua não mexe com ninguém. A gente briga entre si, quando bebe, mas fazer maldade pros outros, assaltar, isso não! A gente tem é medo de sofrer isso aí. (In: PEREIRA, 2008, p. 66).

“No meio das pessoas de rua, existem pessoas bem melhores que na sociedade. Existe muito respeito, pelo menos com a minha pessoa”. (In: TIENE, 2000, p. 135)

Morar na rua é um perigo constante. A violência vem de todos os lados. Aqui, ninguém dorme, só cochila. É melhor passar fome e ter um lugar pra dormir de vez em quando do que não saber pra onde ir se a coisa apertar, afirma José. (In: PEREIRA, 2008, p. 60).

Não vou para Albergue. Em vez de perder minha liberdade e ser roubado todo dia, prefiro ficar na rua mesmo. Sou adulto e não quero ser tratado como um marginal ou uma criança. No Albergue corro mais risco de vida do que aqui fora, (In: PEREIRA, 2008, p. 82).

“(…) eu era, antigamente, como bem dizer, da sociedade (…)” (In: FARIAS, 2007).

O conjunto das produções do Serviço Social apresenta a importância do profissional assistente social ir a campo e “ouvir” e dar “voz” às pessoas que estão envolvidas nesse processo de exclusão social, seja pelas transformações no mundo do trabalho, pelas transformações vividas no contexto familiar, etc., para que sejam “vistas” pelos órgãos públicos. Somente ouvindo as pessoas em situação de rua é que se pode construir propostas e programas/projetos que venham a atendê-las em suas necessidades.

A natureza do conhecimento em Serviço Social é o seu caráter contra-hegemônico. Quando se verifica que as produções do Serviço Social se voltam para “ouvir” e dar “voz” à pessoa em situação de rua, reitera-se o caráter contra-hegemônico do conhecimento produzido. Segundo Sposati (2007, p. 18), o conhecimento em Serviço Social:

(…) não se guia pelas normalidades ou homogeneidades, e sim pelas heterogeneidades, discrepâncias, desigualdades. Adquire o caráter de conhecimento-movimento já que não é um conhecimento conforme, e sim dirigido a um novo lugar/formato de relações e poderes. Nesse sentido, é um conhecimento ao mesmo tempo movimento-utopia. Dedicar-se a desvendar os invisíveis, os sem-voz, sem-teto, sem-cidadania. Constitui-se, por tudo isso, em um conhecimento contra-hegemônico.

Os trabalhos apresentam o percurso de pesquisa, as aproximações com o sujeito de pesquisa e a formação de vínculos que desencadeiam na confiabilidade

em relatar parte da história e expressar os sentimentos de vivência nas ruas. Podem-se citar como exemplo os trabalhos 01, 08, 18, 23, 24, 27.

3.3 - O trabalho junto à população adulta em situação de rua: desafios e possibilidades.

Apreender e compreender o Serviço Social contemporâneo, as novas expressões da Questão Social, as possibilidades e os desafios colocados no campo de atuação profissional envolve um comprometimento ético-político com a profissão e um constante aprimoramento profissional, tendo em vista a realidade dinâmica, complexa na qual vivemos.

É importante destacar que a reflexão sobre questão social e as suas implicações na realidade brasileira têm uma profunda relação com a profissão Serviço Social. Esta relação merece expressivo destaque neste momento de discussão conceitual teórica desta dissertação de Mestrado em Serviço Social - principalmente porque esta relação perpassa pelo processo de trabalho do Assistente Social - na medida em que seu objeto de trabalho é a própria questão social. Para compreendermos profundamente tal relação, faz-se necessário contextualizarmos a trajetória do Serviço Social no Brasil enquanto profissão que intervém diretamente entre as desigualdades sociais e as resistências geradas da questão social. (OURIQUES, 2005, p. 26).

A ação do Assistente Social no sentido de se estabelecer a justiça social poderá promover uma grande motivação humana para a mudança. O ser humano necessita ser estimulado a acreditar no seu potencial criador, acreditar em si e estar motivado para este processo de estabelecer mudanças. Estas disposições deverão ser conscientes a partir de atos voluntários, necessitando serem estimulados para o novo, levando em conta a responsabilidade que cada ação carrega em si e suas consequências. O Assistente Social deverá manter a sua implicação de trabalho frente às demandas que surgem em um contexto cotidiano de trabalho, nas instituições de proteção social, devendo estar atento aos seus deveres conforme consta em seu Código de Ética. (OLIVEIRA, 2008, p. 74).

O trabalho 23 traz a preocupação em apresentar os processos de trabalho do assistente social e o desempenho desse profissional na abordagem da população em situação de rua e como tais profissionais articulam o conjunto de competências, habilidades e atitudes inerentes ao exercício de suas funções.

Segundo Oliveira (2008, p. 137):

É importante para o Assistente Social ter a possibilidade de reconhecer, através do seu processo de trabalho, qual a situação em que os usuários se encontram e seu modo de vida. Estabelecida esta ampliação do seu olhar sobre a realidade vivida pelo usuário, o Assistente Social trabalhará de forma diferenciada com cada indivíduo, objetivando, com eles, encontrar a disposição para realizar a mudança necessária.

Observa-se o relato de duas profissionais do Serviço Social:

O usuário chega aqui no Serviço Social e é feito todo um cadastro e conversamos sobre a questão que eles trazem e o porquê eles estão nesta situação. E aí, então, tem várias facetas. É a questão da droga e a questão do conflito familiar: homens separados de suas companheiras, a mulher fica na casa e o homem vai para a rua, desemprego. Então é a partir daí que vamos trabalhar. Eles perdem muito os seus documentos, sem residência, sem nada, muito doentes, sem roupas, sem comer, e isto tudo. O Serviço Social terá que trabalhar conforme a demanda que ele traz e os recursos de que dispomos. (OLIVEIRA, 2008, p. 135).

Para se trabalhar com pessoas em situação de rua e moradores de rua, torna-se bastante difícil, pelas próprias condições sociais em que estes sujeitos estão inseridos. Trabalhar com pessoas que, além desta condição, apresentam situações de adoecimento mental é algo muito complicado. Não há condições de se trabalhar sem conhecer nada sobre esta realidade, pois demandas como esta não deveriam ser trabalhadas em um albergue. Onde estão as instituições para este público? (MARIA DA CONCEIÇÃO) (OLIVEIRA, 2008, p. 148).

Registra-se a possibilidade de ruptura com o processo de vivência nas ruas, apontada no trabalho 27, que buscou conhecer os objetivos concretos que levaram à saída das ruas como forma de propor políticas públicas que contribuam diretamente para esta questão. Segundo Medeiros (2010, p. 178):

(...) a análise dos depoimentos daqueles que saíram da situação de rua, indicam como principal fator objetivo que contribui para esse processo a inserção no mercado de trabalho e como fatores subjetivos: a retomada de vínculos, principalmente familiares e ainda a crença nas potencialidades de cada um. Merece destacarmos que mesmo indicando um fator de contribuição ao processo de saída da rua, todos sustentam uma trama de acontecimentos, ou seja, um caminho percorrido e não um episódio único... (...) Assim, este processo não se restringe apenas à oferta de mecanismos geradores de renda, ou seja, a oferta ou garantia do emprego formal ou informal, mas a requalificação mais ampla, englobando a retomada de vínculos ou restabelecimento de outros, novos.

A organização social como possibilidade de ruptura com a vivência nas ruas revela-se na entrevista com uma das lideranças do MST ao analisar a sua experiência com a população em situação de rua:

“...já adquiriu consciência que pelo menos ele sonhou em ter um projeto de vida. E conseguiu. Hoje tem pessoas aí que até choram porque antes o que elas eram? Ter que enfrentar uma fila, um albergue, pegar uma sopa e hoje tem um espaço, hoje ele tem onde viver. Tem pessoas que não tinham nem família, hoje construiu uma família. E construiu um projeto de vida. Tem pessoas que estão sós, não casaram, mas em compensação essa forma de organização interna permite uma convivência com as pessoas que é mais que uma família” (Soraia). (PEREIRA, 2005, p. 204).

Segundo Pereira (2005, p. 205), o conteúdo expresso por um dos entrevistados atesta essa situação quando responde à indagação dos motivos por que considera o MST uma alternativa à população em situação de rua e aos moradores das cidades:

“Bom, em vários aspectos. Um deles é o modo da pessoa começar a enxergar que ele ainda é vivente. Que ainda pode construir. E isso enquanto pessoa na rua, que está lá, que já desistiu de tudo e você vai tentar fazer um trabalho de base com ele, importante para ele poder sair da rua e vir para a terra. E nas favelas por conta do inchaço, das pessoas saírem, porque são várias pessoas que saem do interior e vai para a cidade à procura de emprego, acaba não achando nada e acaba enchendo aquilo ali e não sai nada. Então a gente vai lá fazer um trabalho para trazer ele de volta para a terra. Eu acho que é uma alternativa para todo mundo. Até para aqueles que têm casa na cidade é uma alternativa, porque às vezes o cara tem uma casa na cidade, mas não tem emprego. E tem que pagar água, luz, e se fizer um bico tem que pagar ônibus também... Aqui eu não pago nada” (Sílvio).

O conjunto das produções revela ainda a importância da organização de uma rede para a agregação de pesquisadores e de resultados de estudos, em especial, obtidos pela temática da população em situação de rua. Sposati (2007, p. 19) defende esse ponto de vista quando coloca que:

(...) o quadro referencial de eixos temáticos (...) permitiria criar comunidades científicas operando em rede, o que facilitaria projetos de intercâmbio nacional, além dos internacionais como já assinalados. A constituição em rede de centros, núcleos, grupos de pesquisa é fundamental para o mútuo conhecimento e intercâmbio de ideias, resultados, questões.

Os autores Prates, Prates e Machado (2011, p. 212), colocam que se faz:

(...) indispensável articulação entre Estado e sociedade para a superação de estigmas e preconceitos junto ao imaginário social, a partir de socialização de pesquisas, realização de debates, uso educativo da mídia e formação de multiplicadores, de modo que esses sujeitos possam ter visibilidade - mas como sujeitos de direitos. Nesse sentido, iniciativas como a inclusão do debate sobre desigualdade e realização como temática na rede de ensino são muito bem-vindas.

O trabalho 08 (de 2000) traz a questão da mulher que vive nas ruas, no entanto, poucos são os estudos que enfocam e aprofundam especificamente as particularidades de gênero. Neste contexto, compartilha-se da reflexão de Sposati (2001, p. 77-78), quanto à inclusão social em um patamar de igualdade:

Só teremos inclusão, ou um movimento, uma ética social, paramentada na inclusão social, quando ocorrer a possibilidade da igualdade de gênero, sem machismo ou feminismo, sem até mesmo precisar de cotas; da igualdade etária, sem o descarte do velho e a inclusão da efetiva atenção aos direitos da criança e do adolescente sem chamá-los de menor; da tolerância religiosa, quando não chamamos de Igreja somente a católica; da igualdade étnica, quando entendermos que todos temos o mesmo genoma humano, pois a cor da pele é parte da beleza e da multiplicidade da forma do gênero humano, lembremos, sempre, que é o nazi-fascismo quem hierarquiza as etnias.

A questão da mulher que vive nas ruas precisa ser objeto de maior aprofundamento, tanto no sentido de revelar suas particularidades, como de buscar respostas propositivas que as contemplem. O conjunto das produções revela ainda a importância da organização de uma rede para a agregação de pesquisadores e de resultados de estudos, em especial, obtidos pela temática da população em situação de rua. Sposati (2007, p. 19) defende esse ponto de vista quando coloca que:

(...) o quadro referencial de eixos temáticos (...) permitiria criar comunidades científicas operando em rede, o que facilitaria projetos de intercâmbio nacional, além dos internacionais como já assinalados. A constituição em rede de centros, núcleos, grupos de pesquisa é fundamental para o mútuo conhecimento e intercâmbio de ideias, resultados, questões.

Por fim, registra-se que o conjunto das produções na área do Serviço Social revela a existência de um movimento que se dedica ao estudo desta população, tendo como base de discussão a exclusão social, o trabalho, a sociedade e o urbano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“O real não está na saída nem na chegada, ele se dispõe para a gente é no meio da travessia”.

Guimarães Rosa (1956)

Minhas considerações finais não têm a pretensão de concluir o resultado desta análise, nem tampouco finalizá-la, mas promover algumas reflexões com o desejo de não encerrar o assunto, deveras importante, e sim promover uma abertura para pesquisas futuras e contribuição para a construção de uma comunidade epistêmica sobre o tema. Pois, para Gomes (2004, p. 79), “(...) *o produto final da análise de uma pesquisa, por mais brilhante que seja, deve ser encarado de forma provisória e aproximativa*”.

Se, com esta dissertação, eu conseguir despertar no leitor a inquietação e a curiosidade pelo tema e com isso proporcionar o surgimento e/ou continuidade de novos estudos, meu trabalho terá sido recompensado.

O conjunto das produções revela estudos voltados para a preocupação em caracterizar o fenômeno dando visibilidade ao processo de exclusão por que passam as pessoas que utilizam as ruas como espaço de sobrevivência e as políticas sociais voltadas a essa população, bem como os serviços a ela oferecidos nos espaços pesquisados.

O estudo revela ainda a preocupação dos autores em registrar as mudanças ocorridas no mundo do trabalho e o processo de globalização vigente.

A preocupação desta pesquisa em contribuir com o debate sobre o tema “população em situação de rua” a fim de examinar a possibilidade de constituir uma comunidade epistêmica torna-se produtiva ao revelar a existência de um corpo de produções e movimentos que se dedicam ao estudo desta população.

Ao retomar as reflexões de Carvalheiro (1999) acerca de uma comunidade epistêmica, onde o mesmo coloca que “(...) *os profissionais que a compõem (...) trabalham com um bem fundamental: o conhecimento como instrumento de*

implementação de políticas públicas” (p. 10), pode-se apontar os estudos realizados, em especial pelas Pontifícias Universidades Católicas PUCSP e PUCRS, nos quais as pesquisas realizadas pelos profissionais demonstraram esta preocupação.

O convênio estabelecido pela PUCRS com a Federação Internacional de Universidades Católicas - FIUC proporcionou condições necessárias para a criação do LABINTER-PUCRS e possibilitou o desenvolvimento de estudos junto à temática “exclusão social”, que priorizou como foco de investigação a realidade vivenciada pelo morador de rua de Porto Alegre e o estabelecimento de intercâmbios internacionais entre as instituições e os investigadores vinculados ao Laboratório Internacional Universitário de Estudos Sociais, articulados pelo Centro Coordenador da Investigação (CCI-PIUC). (BULLA, PRATES, MENDES, 2004).

Bulla, Prates e Mendes (2004, p. 220), ao escreverem sobre a importância da experiência do LABINTER e das produções realizadas, colocam como valor fundamental, dentre outros aspectos:

“(...) a perspectiva de fortalecimento dos sujeitos, alunos, pesquisadores, usuários, dirigentes e demais trabalhadores de instituições parceiras, onde foram desenvolvidas as práticas (...) O trabalho em equipe e a democratização de decisões também foram valores básicos que permearam todo o processo (...) A busca de um trabalho interdisciplinar, que em alguns momentos se caracterizou simplesmente como multidisciplinar e em outros chegou a transdisciplinaridade, também se constituiu como busca e aprendizagem.

Os trabalhos 09, 11 e 12 foram produzidos na PUCRS por integrantes do LABINTER-PUCRS, conforme relata Bulla, Prates e Mendes (2004). A partir da pesquisa realizada pela equipe do LABINTER-PUCRS, sob coordenação da professora Leônia Capaverde Bulla da Faculdade de Serviço Social da PUCRS, foi possível a organização dos estudos que proporcionaram a publicação do livro “*As Múltiplas Formas de Exclusão Social*”, pela FIUC: EDIPUCRS, em 2004.

A autora Ouriques (trabalho 15) continua os estudos sobre a população em situação de rua enquanto doutoranda na UFSC, sob orientação do Professor Helder Boska, que tem como interesse articular um grupo virtual de estudos que discuta essa temática. Em relação à importância da PUCSP no processo de socialização e construção do conhecimento entre parcerias com comunidades epistêmicas, Sposati (2009b, p. 324) coloca que:

Em 1994, quando da preparação da Campanha da Fraternidade de 1995, sob o tema “Os excluídos”, a PUCSP construiu, com a forte participação dos “padres novos” das paróquias da periferia, e coordenação de Dom Paulo Evaristo Arns, a metodologia do Mapa da Exclusão/Inclusão Social. Suas conclusões compuseram as manifestações do Grito dos Excluídos em mais de um 12 de outubro na Catedral de Aparecida. (...) A síntese dessa experiência, desenvolvida nos últimos 14 anos, com repercussão nacional e internacional, replicabilidade em múltiplas cidades e parcerias com comunidades epistêmicas de forte diversidade do social às exatas, é ainda um projeto a se concretizar até 2010, quando, com os resultados do novo censo brasileiro, poderá ser apresentado o terceiro Mapa da Exclusão/Inclusão Social da cidade de São Paulo.

A articulação do conhecimento produzido nas Universidades e a experiências dos campos de atuação profissional permitem o avanço e o fortalecimento de práticas sociais junto à população em situação de rua. A possibilidade de ouvir das pessoas em situação de rua o que realmente pensam, sentem e agem possibilita a construção de intervenções e políticas públicas capazes de amenizar o sofrimento dessas pessoas e viabilizar o acesso aos direitos sociais.

O conjunto das produções revela que as particularidades das experiências de cada pessoa e como ela age e reage aos seus efeitos na sua trajetória para a rua impedem a utilização de generalizações, mas observa-se que não se pode restringir essa trajetória ao universo subjetivo e à individualidade dos processos de fragilização por que passam as pessoas em situação de rua.

Ao buscar-se uma visão macroestrutural e conjuntural nas últimas três décadas, verifica-se a relação entre as transformações socioeconômicas desse período e o surgimento do fenômeno população de rua, sempre com uma linha tênue associada ao amplo processo de exclusão social, conforme apontado no conjunto das produções.

Os programas sociais desenvolvidos para atender essa população, em sua maioria, apresentam a marca ideológica do descarte social dessa população que é tratada como excedente.

Nas reflexões dos autores, percebe-se que esses programas são marcados pela institucionalização de práticas assistencialistas de cunho caritativo/filantrópico, que visam à retirada das pessoas das ruas, oferecendo todavia poucas possibilidades de mudança em suas vidas.

É sabido que algumas pessoas optam por viver nas ruas. Nesse caso a liberdade se sobrepõe à regra familiar. Como se observa no trabalho 01, o rompimento com a família é extremamente presente na vida desta população, sendo prevalentes as situações de violência doméstica, sexual e moral. A maioria vive sozinha, mas aglomera-se com outras pessoas na mesma situação, ocasionando união pelas dificuldades comuns.

Fato relevante que merece destaque é o surgimento de três espaços de mobilização e discussão criados no município de São Paulo, como aponta a autora Amaral (2010, p. 35), “(...) o *Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR)*, o *Movimento Estadual da População em Situação de Rua* e o *Conselho de Monitoramento da Política de Direitos das Pessoas em Situação de Rua*”. Hoje há ainda a *Defensoria da População de Rua na Defensoria Pública*.

Para algumas pessoas em situação de rua, existe a motivação de buscar parcerias na rua para desencadear movimentos sociais, unindo forças para reivindicações (trabalho 16). A população em situação de rua tem discutido suas questões por meio de fóruns compostos por entidades que trabalham com esse grupo e movimentos organizados por eles próprios. O Dia Nacional de Luta do Povo de Rua (23 de julho) conhecido como Grito dos Excluídos é um importante espaço de reivindicações de temas como direitos sociais, moradia, trabalho, saúde, etc. (JUSTO, 2008 apud AMARAL, 2010, p. 37).

As reações diante do Massacre da Sé, que aconteceu em agosto de 2004, marcam a história de lutas da população em situação de rua. Conhecido como um dos atos de violência mais cruéis contra pessoas em situação de rua da história do país, com repercussão inclusive internacional, esse fato mobilizou a sociedade paulista na época e instigou a reação das organizações sociais contra as políticas municipais de cunho higienista, intensificando o processo de mobilização para a construção de uma proposta de política nacional destinada à população em situação de rua (trabalho 26).

O trabalho 08 coloca que “(...) o *serviço de comunicação que a Rede Rua vem realizando em São Paulo na produção de vídeos e do jornal O Trecheiro, tem contribuído para uma mudança de mentalidade de políticos e agentes sociais também de outras cidades e outros Estados*” (TIENE, p. 162).

Por fim, quero reiterar o desejo de que o conhecimento produzido sobre a população adulta em situação de rua, discutido nesta dissertação, seja apenas o início de uma longa discussão que deverá gerar muitas e novas produções. Espero ter contribuído ainda, na perspectiva da construção de um “mundo novo” onde haja espaço para as diferenças e inclusão social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Maria Magdalena. **Os Vínculos Afetivos e Familiares dos Homens de Rua**. 1994. 146 p. Dissertação (Mestrado - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: 1994.

AMARAL, Denise Perroud. **A Rede de Atenção à População em Situação de Rua: possibilidades de interferência na definição e concretização de uma política pública na cidade de São Paulo**. 2010. 162 p. Dissertação (Mestrado - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: 2010.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520 - Informação e Documentação: citações em documentos: apresentação**. Rio de Janeiro: 2002.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. 3. ed. Campinas: Papirus, 1994.

BERALDO, Tânia M. L.; OLIVEIRA, O. V. **Comunidades Epistêmicas e Desafios da Representação nas Políticas Curriculares do Curso de Pedagogia**. Revista Teias v. 11, n. 22, p. 113-132, maio/agosto 2010. Disponível em: <http://www.periodicos.proped.pro.br/index.php?journal=revistateias&page=article&op=view&path%5B%5D=609>.

BORBA, M. **O “Louco de Rua” e a Seguridade Social em Porto Alegre: da (in)visibilidade social à cidadania**. 2005. Dissertação (Mestrado em Serviço Social - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 2005.

BORIN, Marisa do E. S. **Desigualdades e Rupturas Sociais na Metrópole: os Moradores de Rua em São Paulo**. Tese de doutorado em Ciências Sociais, PUCSP, 2003.

BRASIL. Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. 77 p., Brasília: Ministério da Educação, Assessoria de Comunicação Social, 2005.

_____. Lei nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993. **Lei Orgânica da Assistência Social**. Brasília.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social: PNAS/2004**. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília: nov. 2004.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua**: relatório. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, Brasília: 2006.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Meta Instituto de Pesquisa de Opinião. **Pesquisa Nacional Sobre a População em Situação de Rua**. Brasília: abr. 2008.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua**. Brasília: nov. 2008.

BULLA, Leonia Capaverde. **O compromisso Social do Laboratório Internacional de Estudos Sociais da PUCRS e Suas Articulações Político-Institucionais**. In: BULLA, Leonia Capaverde; MENDES, Jussara Maria Rosa; PRATES, Jane Cruz (orgs.). *As múltiplas formas de exclusão social*. Federação Internacional de Universidade Católicas. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004, p. 15-17.

BULLA, Leonia Capaverde; MENDES, Jussara Maria Rosa; PRATES, Jane Cruz. **A Importância da Experiência do Laboratório e das Produções Realizadas**. In: BULLA, Leonia Capaverde; MENDES, Jussara Maria Rosa; PRATES, Jane Cruz (orgs.). *As múltiplas formas de exclusão social*. Federação Internacional de Universidade Católicas. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004, p. 219-231.

CARVALHEIRO, José R. **Os Desafios Para a Saúde**. In: Dossiê Saúde. Estudos Avançados v. 13, n. 35, São Paulo: jan./abr. 1999, p. 1-20. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-0141999000100002.

CASTEL, Robert. **As armadilhas da Exclusão**. In: WANDERLEY, Mariângela Belfiori; BÓGUS, Lúcia; YASBEK, Maria Carmelita. *Desigualdade e a questão social*. São Paulo: EDUC, 1997.

CASTELVECCHI, G. **Quantas Vidas eu Tivesse, Tantas Vidas eu Daria!** São Paulo: Edições Paulinas, 1985.

SCOREL, Sarah. **Vidas ao Léu**: trajetórias de exclusão social. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1999.

_____. **Agenda Pública Social**: pessoas que moram nas ruas. In: FAPESP (Org.). *Agenda Pública: drama social*. 2. ed. FAPERJ: Rio de Janeiro: jan. 2002, p. 123-150.

FARIAS, V. C. C. de. **Possibilidades de Inserção/Reinserção produtiva dos Moradores de Rua no Município de Porto Alegre**. 2007. (Dissertação de Mestrado em Serviço Social - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: 2007.

FIPE/PMSP-SAS. **Principais Resultados do Censo da População em Situação de Rua da Cidade de São Paulo**. 2009.

_____. **Principais Resultados do Perfil Socioeconômico da População de Moradores de Rua da Área Central da Cidade de São Paulo.** 2010.

GIORGETTI, Camila. **Moradores de Rua: uma questão social?** São Paulo: FAPESP/EDUC, 2006.

GIORGETTI, Camila. **Poder e Contrapoder: imprensa e morador de rua em São Paulo e Paris.** São Paulo: FAPESP/EDUC, 2007.

GOMES, Romeu. **A Análise de Dados em Pesquisa Qualitativa.** In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.* 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 67-80.

HAMMES, Érico. **Universidade Católica: conceito e missão.** Reflexões 2003, Conferência realizada em Bento Gonçalves/RS pela PUCRS em 12 abr. 2003. Disponível em: <http://www.pucrs.br/reflexoes/encontro/2003-1/documentos/07-Universidade-Catolica-Conceito-e-Missao-EricoHames.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2012.

IAMAMOTO, Marilda. **Trabalho e Indivíduo Social.** São Paulo: Cortez, 2001.

INOUE, C. Y. A. **Regime Global de Biodiversidade: Comunidades epistêmicas e experiências locais de conservação e desenvolvimento sustentável - o caso Mamirauá.** (Tese de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável), UnB, Brasília: 2003.

KOWARICK, Lúcio. **Viver em Risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil.** São Paulo: Editora 34, 2009.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Procedimentos Metodológicos na Construção do Conhecimento Científico: a pesquisa bibliográfica.** Revista *Katálysis*, UFSC, Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 37-45, 2007. Disponível em: <http://www.katalysis.ufsc.br>. Acesso em: 04 set. 2008.

LOPES, A. C. **Quem Defende os PCN para o Ensino Médio?** In: LOPES, A. C. e MACEDO, E. *Políticas de Currículo em Múltiplos Contextos.* São Paulo: Cortez, 2006, p. 126-158.

MARQUES, Eduardo. **Redes Sociais, Instituições e Atores Políticos no Governo da Cidade de São Paulo.** São Paulo: Annablume, 2003.

_____. **Segregação, Pobreza e Desigualdades Sociais.** São Paulo: Editora SENAC, 2005.

MARTINS, José de Souza. **A Sociabilidade do Homem Simples.** São Paulo: Hucitec, 2000.

_____. **Exclusão Social e a Nova Desigualdade.** 2. ed. São Paulo: Paulus, 2003.

MATHIS, Adriana de Azevedo; SANTANA, Joana Valente. **Serviço Social e Tradição Marxista:** notas sobre a teoria social crítica. 6º Colóquio Internacional Marx e Engels GT: Marxismo e Ciências Humanas, Centro de Estudos Marxistas (Cemarx), IFCH-Unicamp, 2009. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/cemarx/coloquio/Docs/gt3/Mesa2/servico-social-e-tradicao-marxista-notas-sobre-teoria-soci.pdf>. Acesso em: 12 mar 2012.

MEDEIROS, Alessandra. **Pessoas em Situação de Rua:** a saída para a saída - um estudo sobre pessoas que saíram da rua. 187 p. (Tese de Doutorado - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo: 2010.

NETTO, José Paulo. **Cinco Notas a Propósito da "Questão Social"**. In: Revista Temporalis, nº. 3 (ABEPSS). Brasília: 2001.

NEVES, Delma Pessanha. **Mendigo:** o trabalhador que não deu certo. Revista Ciência Hoje. v. 1, n. 4, jan./fev., Rio de Janeiro: 1983, p. 28-36.

OLIVEIRA, Jairo da Luz. **O Processo de Trabalho do Assistente Social e sua Abordagem com Moradores de Rua.** 220 p. (Tese de Doutorado - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: 2008.

OURIQUES, C. **Do Menino ao Jovem Adulto de Rua Portador de HIV.** (Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: 2005.

PASTORINI, Alejandra. **A Categoria "Questão Social" em Debate.** São Paulo: Cortez, 2004.

PAUGAM, Serge. **O Enfraquecimento e a Ruptura dos Vínculos Sociais.** In: SAWAIA, Bader (org.). As Artimanhas da Exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. São Paulo: Vozes, 1999.

PEREIRA, Camila Potyara. **Rua Sem Saída:** um estudo sobre a relação entre o Estado e a População de Rua de Brasília. 127 p. (Dissertação de Mestrado - Política Social/Serviço Social). Universidade de Brasília, Brasília: 2008.

PEREIRA, Márcia Aparecida Accorsi. **A População de Rua, as Políticas Assistenciais Públicas e os Direitos de Cidadania:** uma equação possível?" 227 p. (Dissertação de Mestrado - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo: 1997.

_____. **Caminhos em Construção:** encontro entre população em situação de rua e o MST - São Paulo, 1999-2003. (Tese de Doutorado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo: 2005.

PRATES, Jane Cruz.; PRATES, Flávio Cruz.; MACHADO, Simone. **Populações em Situação de Rua:** os processos de exclusão e inclusão precários vivenciados por esse segmento. Ano 11, n. 22, jul./dez. Brasília: Temporalis, 2011, p.191-215.

ROSA, Cleisa Moreno Maffei. **Vidas de Rua.** São Paulo: Hucitec, Associação Rede Rua, 2005.

ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão Veredas.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

SAWAIA, Bader. **Introdução:** Exclusão ou Inclusão Perversa? In: SAWAIA, Bader (Org.). **As Artimanhas da Exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social.** 7. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

SILVA, Maria Lúcia Lopes da. **Mudanças Recentes no Mundo do Trabalho e o Fenômeno População em Situação de Rua no Brasil 1995-2005.** (Dissertação de Mestrado em Política Social). Departamento de Serviço Social. Universidade de Brasília. Brasília: 2006.

_____. **Trabalho e População em Situação de Rua no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA, Cláudia Lúcia da. **Morador de Rua e o Estado da Arte:** uma análise dos trabalhos de conclusão de curso da graduação em Serviço Social. UNITAU, 1980 a 2007. Trabalho de Conclusão do Curso de Serviço Social, UNITAU, Taubaté/SP, 2008, 133p.

SILVA, José Fernando Siqueira da. **Pesquisa e Produção do Conhecimento em Serviço Social.** Revista Textos & Contextos, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 282-297. jul./dez. 2007. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/2319/3248>. Acesso em: 12 mar. 2012.

SPOSATI, Aldaíza. **População de Rua.** In: ROSA, C. M. M. (Org.). **População de Rua: Brasil e Canadá.** São Paulo: Hucitec, 1995.

_____. **Mapa da Exclusão/Inclusão Social da Cidade de São Paulo.** São Paulo: EDUC, 1996.

_____. **Exclusão Social Abaixo da Linha do Equador.** In: VÉRAS, M. P. B. KOWARICK, L. **Por uma Sociologia da Exclusão Social: o debate com Serge Paugam.** São Paulo: EDUC, 1999.

_____. **A Inclusão Social e o Programa de Renda Mínima.** Revista Serviço Social & Sociedade, n. 66. São Paulo: 2001, p. 76-90.

_____. **Os Direitos (dos Desassistidos) Sociais.** São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Pesquisa e Produção de Conhecimento no Campo do Serviço Social.** In: Revista Katálysis, Florianópolis, v.10, n. esp., p. 15-25, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v10nspe/a0210spe.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2012.

_____. **O Caminho do Reconhecimento de Direitos da População em Situação de Rua: de Indivíduo a Cidadão.** In: Brasil, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Rua: aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua. Brasília-DF: MDS; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009a - 240 páginas. ISBN: 978-85-60700-34-9

_____. **Leituras Contemporâneas da Exclusão e da Inclusão Social.** In: PASSOS, João Décio; SOARES, Afonso Maria Ligório (orgs.). A Fé na Metrópole: desafios e olhares múltiplos. São Paulo: Paulinas: EDUC, 2009b, p. 301-326. (Coleção Religião e Universidade).

TARDE, Gabriel. **Les Lois de L'imitation.** Genève: Slatkine, 1979.

THIVIERGE; G.; VARON, P. N. M. **Prefácio.** In: BULLA, Leonia Capaverde; MENDES, Jussara Maria Rosa; PRATES, Jane Cruz (orgs.). As múltiplas formas de exclusão social. Porto Alegre: Federação Internacional de Universidade Católicas: EDIPUCRS, 2004, p. 15-17.

TIENE, Izalene. **Mulher Moradora na Rua: Espaços e Vivências (Um estudo exploratório sobre as moradoras na rua em Campinas - SP).** 164 p. (Dissertação de Mestrado - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo: 2000.

VARANDA, Walter; ADORNO, Rubens C. F. **Descartáveis Urbanos: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para políticas de saúde.** In: Saúde e Sociedade, v. 13, n. 1, jan./abr., p. 56-69, São Paulo: 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v13n1/07.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2012.

VIEIRA, Maria Antonieta da Costa; BEZERRA, Eneida Maria Ramos; ROSA, Cleisa Moreno Maffei (org.). **População de Rua: quem é, como vive, como é vista.** 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1992.

YASBEK, Maria Carmelita. **Classes Subalternas e Assistência Social.** São Paulo: Cortez, 1993.

APÊNDICE A

Referências e resumos das teses e dissertações em universidades brasileiras na área de Serviço Social do Banco de Teses e Dissertações da CAPES, sobre população adulta em situação de rua, 1993 a 2010.

01

ALVES, Maria Magdalena Alves. **Os Vínculos Afetivos e Familiares dos Homens de Rua**. 1994. 146 p. Dissertação (Mestrado - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1994. (Orientadora Maria Carmelita Yasbek).

Pesquisa sobre Homens de Rua numa reflexão sobre a existência de vínculos afetivos e familiares. Coleta feita a partir de dinâmicas de grupo, visitas aos locais onde permanecem a maior parte do dia, depoimentos, entrevistas e análise de cartas às famílias. Processo de aproximações sucessivas na construção do perfil desse Homem de Rua: as diversas teorias, o cotidiano, a rede de relações que permite sobreviver nessa situação e, por fim, a análise da mutação gerada por este modo de sobreviver. Indica-se a necessidade de incorporação da existência de tais vínculos no definir a ação profissional.

02

RANGEL, Rosângela Faria. **Vidas à Deriva:** população de rua no Rio de Janeiro. 1996. 115 p. Dissertação (Mestrado - Serviço Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996. (Orientadora Ana Maria Quiroga Neto Fausto).

Essa dissertação é um estudo sobre a população de rua da cidade do Rio de Janeiro como indicadora da radicalização do fenômeno da miséria, denunciando uma nova face da questão social nos últimos anos no país. A proposta de pesquisa se constitui na identificação desse grupo social como representativo de um novo tipo de exclusão/desfiliação social. A dimensão do trabalho, a dimensão da casa/família, a itinerância e o corpo configuram eixos de análise caracterizadores de sua inserção num processo gradativo de desqualificação e invalidação social.

03

PEREIRA, Márcia Aparecida Accorsi. **“A População de Rua, as Políticas Assistenciais Públicas e os Direitos de Cidadania: - uma equação possível?”** 1997. 227 p. Dissertação (Mestrado - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997. (Orientadora Maria Lúcia Rodrigues).

O trabalho apresenta uma reflexão sobre a população de rua, as políticas sociais públicas a esse segmento populacional e a assistência social, enquanto direito de cidadania. Outras questões foram analisadas no bojo da dissertação como a sociedade brasileira, que propicia o surgimento de uma situação social, como a abordada. Então, a população de rua foi visualizada enquanto situação-problema, inserida que está no quadro da grave questão social. Tomamos como referência para a realização do estudo a cidade de São Paulo e as políticas sociais públicas elaboradas e executadas pela Prefeitura Municipal de São Paulo, através do seu órgão competente - FABES (Secretaria da Família e Bem-Estar Social), nos períodos compreendidos entre 1989 a 1992 - gestão Luíza Erundina e de 1993 a 1996 - gestão Paulo Maluf. A pesquisa foi concretizada através de entrevistas aos técnicos da FABES, que durante essas duas administrações trabalharam com o tema, ora na sua formulação enquanto política de atendimento, ora na sua execução. Trabalhamos também com as fontes documentais, utilizando o material vinculado, pela imprensa escrita, assim como os documentos elaborados nas duas gestões, quando inúmeros textos foram produzidos, procurando sistematizar e elaborar a política social pública voltada à população de rua. A partir dessa tarefa, analisamos também a documentação teórica sobre as categorias de análise - direitos e cidadania, vinculadas à assistência social. Essa bibliografia teve como pressuposto fundamental, subsidiar e entrelaçar-se com o rico material coletado através das entrevistas com os profissionais, visando a esclarecer a questão por nós colocada: - a população de rua, as políticas assistenciais públicas e os direitos de cidadania: - uma equação possível?

04

MARTINS, Regina Helena Gomes. **A Voz da Rua:** mito e realidade. 1998. 165 p. Dissertação (Mestrado - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 1998. (Orientadora Gleny Terezinha Duro Guimarães).

Este estudo, realizado em 1997, pretendeu conhecer o cotidiano de algumas pessoas que se encontram na zona central da cidade de Porto Alegre (RS/Brasil). O trabalho buscou desvendar os "estereótipos e realidades" construídos em relação a este segmento social. O critério escolhido para entrevistar os sujeitos da pesquisa foi o de, no momento das entrevistas, terem já experienciado a vida na rua ou de estar vivendo esta situação. A importância do trabalho se encontra não no relato de forma como vivem estas pessoas, mas na maneira como vivenciaram ou vivenciam este processo. A pesquisa, através da voz destes indivíduos, mostra como constroem seu cotidiano e como se percebem no contexto da rua. Pela aproximação anteriormente desenvolvida com o objeto de estudo - cinco anos de prática profissional junto à população que vive na rua - escolhemos como abordagem a pesquisa qualitativa, por esta incidir mais na narrativa oral, na oralidade. Utilizamos como instrumento de pesquisa a História de Vida e as técnicas na Entrevista Semiestruturada. Através do método da análise de discurso (Discurso Análise) chegamos à importância da vida na rua para estas pessoas.

05

ROSA, Cleisa Moreno Maffei. **Vidas de Rua, Destino de Muitos**. 1999. 203 p. Dissertação (Mestrado - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999. (Orientadora Mariângela Belfiore Wanderley).

Este trabalho é uma tentativa de conhecer os processos sociais que produzem e reproduzem a situação de pessoas que se utilizam das ruas e dos albergues de forma temporária ou duradoura, por meio da análise das suas trajetórias sociais, particularmente sob o ângulo ocupacional e o familiar. Tendo como cenário as transformações econômicas na sociedade brasileira nas últimas décadas, procurei avaliar seus efeitos na vida pessoal e familiar de trabalhadores e como o processo de perdas sucessivas e rompimento de vínculos afetivos, notadamente os familiares, podem explicar seu ingresso e permanência nos espaços públicos. Tal enfoque me ensejou o contato com trajetórias de trabalhadores em situações de extrema precariedade material, abandono institucional, sem garantia de direitos e sob a ameaça cotidiana da violência advinda não só da polícia, mas da presença das drogas nas ruas. A análise dessa realidade social cada vez mais expressiva na cidade de São Paulo levou em conta conjugação de elementos econômicos, sociais, políticos e institucionais, com o objetivo de lançar uma luz na compreensão desse processo.

06

MARQUES, Grazielle Azevedo. **Vai Trabalhar Vagabundo!** Um estudo sobre representações e assistência à população de rua. 2000. 143 p. Dissertação (Mestrado - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000. (Orientadora Marilena Jamur).

Esta dissertação tem como objeto de estudo a população de rua e assistência que lhe é prestada no Município de Niterói. Consideramos essa população como um dos segmentos atingidos pelos desdobramentos da questão social na modernidade, configurando-se um quadro de exclusão, construído a partir de uma trajetória de vulnerabilidade social, que vai desde o desemprego até a completa destituição e à ruptura dos vínculos sociais. As práticas de assistência voltadas para o atendimento dessa população foram analisadas, visando identificar sua natureza e sua relação com a política social adotada no Município, apoiando-nos em autores como CASTEL (1998), PAUGAM (1991) e ABRANCHES (1998). Pretendemos também analisar as representações sociais relacionadas com o trabalho e as condições de pobreza da população de rua, que permeiam as práticas dos profissionais que as atendem nas instituições estudadas, com base em MOSCOVICI (1978), JODELET (1989), JAMUR (1995) e VIEIRA (1992). Constatou-se neste estudo não haver no município de Niterói qualquer política especificamente voltada para a erradicação da pobreza nem políticas sociais voltadas para assistência à população de rua que a longo, médio ou curto prazo possibilitem a superação das condições de exclusão. As práticas de assistência realizadas nas quatro instituições estudadas não se apoiam no estudo das condições objetivas nas quais se constroem as trajetórias de exclusão desta população; elas se apoiam em representações socialmente constituídas em que o morador de rua é percebido ainda, como em séculos anteriores como o vagabundo resistente ao trabalho e perturbador da ordem pública.

07

SILVA, Letícia Andrade da. **Cartografia da Atenção à Saúde da População de Rua na Cidade de São Paulo** - Um Estudo Exploratório. 2000. 150 p. Dissertação (Mestrado - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000. (Orientadora Aldaíza Sposati).

O tema desta dissertação é a situação de saúde/doença da população de rua do município de São Paulo. A partir da visita a albergues, abrigos e casas de convivência (a maioria conveniada com a Secretaria Municipal de Assistência Social de São Paulo) e às instituições da área da saúde (hospitais, centros de referência DST/AIDS, postos e centros e centros de saúde), onde apliquei questionários aos profissionais responsáveis pelo atendimento, realizei pesquisa de caráter exploratório para a obtenção de informações que me permitissem traçar um perfil da saúde da população de rua, bem como da forma como lidam com esta questão os profissionais das instituições mencionadas. Sendo assim, este estudo tem como objetivo averiguar e enumerar as principais patologias para realizar a Cartografia da atenção à saúde desta população, isto é, identificar e apresentar os recursos disponíveis para este atendimento, seja na área da saúde, seja na área da assistência social.

08

TIENE, Izalene. **Mulher Moradora na Rua: Espaços e Vivências** (Um estudo exploratório sobre as moradoras na rua em Campinas - SP). 2000. 164 p. Dissertação (Mestrado - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000. (Orientadora Aldaíza Sposati).

Vários fatores determinam a situação da mulher que vive e mora na rua, em um cenário nacional de exclusão social de grande parte da população, no qual esta mulher é a mais vulnerável. Ao identificar seu espaço e suas vivências, este estudo se propõe a discutir seus elementos específicos, a partir de nove depoimentos de mulheres (três jovens e seis de meia idade) que frequentam a Casa dos Amigos de São Francisco, entre outros serviços, em Campinas - SP. Objetivei entender as rupturas que se operam nos padrões de vida da mulher, anteriores à sua vida na rua, as privações por elas vividas, as novas relações que se estabelecem, bem como o seu atendimento nos serviços filantrópicos e públicos de atenção a suas necessidades. Constató que as jovens estão na rua por sucessivos processos de desorganização familiar. As mais velhas apresentam uma certa intencionalidade ao estar nas ruas. A maioria das entrevistadas mantém vínculos com os filhos e/ou alguém da família de origem. Todas vivem com e sob a proteção de um homem, em um grupo misto e bastante heterogêneo, que denomino de grupo família, segundo o que suas falas sugerem. Fixam a moradia em cantos do centro da cidade, que chamo, na análise, de abrigo. Essas mulheres reconstituem imaginariamente, no grupo e no abrigo sua casa e mantêm papéis domésticos tradicionais, principalmente a submissão sexual. Nas correrias para sobrevivência, mantém-se a divisão sexual do trabalho, à execução das jovens, sujeitas a se envolverem com drogas e transgressões. Todas elas utilizam os serviços de assistência apenas para a higiene pessoal e em caso de necessidades imediatas, embora a Casa São Francisco ofereça atividades socioculturais. A partir dessas constatações, procuro traçar indicadores para um aprofundamento da compreensão da assistência social como direito de cidadania e indicar possíveis alternativas de serviços a essa população em Campinas.

09

CARDOSO, Valéria Lunardini. **Abrigos e Albergues para Moradores de Rua: uma realidade em questão.** 2002. 95 p. Dissertação (Mestrado - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2002. (Orientadora Leonia Capaverde Bulla).

O presente trabalho aborda a situação dos sujeitos que moram nas ruas da cidade de Porto Alegre e a estrutura das entidades sociais que os atendem. Para isso, foram entrevistados dezoito moradores de rua, usuários dos serviços assistenciais dos albergues e abrigos, procurando aprofundar as reflexões teóricas sobre exclusão social, situação de rua e instituições. Para estabelecer uma relação com a realidade social dos moradores de rua, entrevistei também funcionários e gerentes das entidades sociais, compondo uma análise que engloba a vivência dos moradores de rua e a estrutura das instituições. Buscou-se desvendar a exclusão social, destacando a vivência no contexto da rua e dos albergues e abrigos. Foram realizadas aproximações teóricas acerca da exclusão social, da situação de rua, das instituições e das vivências cotidianas que se relacionam ao objeto de estudo. Adotou-se como suporte epistemológico o referencial metodológico dialético-crítico, procurando focalizar as estratégias de sobrevivência utilizadas pelos moradores de rua, sua influência no modo de vida dos sujeitos e suas contradições. Como instrumentos e técnicas foram utilizados entrevistas semiestruturadas, gravadas e posteriormente transcritas, com a autorização dos entrevistados. Para a realização da análise e interpretação dos dados, as entrevistas foram submetidas à análise de conteúdo, com o método de sistematização da prática de Gagneten (1987). Demonstrou-se que a problemática dos moradores de rua de Porto Alegre é heterogênea e está associada, principalmente, a fatores econômicos, relacionados, por sua vez, a problemas familiares, dependência química, desemprego e violência. Constatou-se, também, que a mobilidade a que estão expostos os moradores no espaço da rua não lhes permite o acúmulo de pertences. Com baixa escolaridade, assumem os postos de trabalho mais desqualificados e buscam a utilização dos albergues e abrigos para satisfazerem as necessidades básicas de higiene, alimentação e moradia temporária.

10

PINTO, Maira Meira. **SOU CAPAZ - Movimento dos Direitos dos Moradores de Rua de POA/RS**. 2002. 184 p. Dissertação (Mestrado - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2002. (Orientadora Julieta Beatriz Ramos Desaulniers).

Esta pesquisa refere-se ao Movimento dos Direitos dos Moradores de Rua de Porto Alegre (MDMRua), que vem se organizando a fim de alcançar sua (re)inserção social desde 1999. Parte-se do pressuposto que os moradores de rua, ainda que privados de diversas instâncias sociais, não experimentam unicamente a realidade da exclusão, mas também dispõem de espaço para interagirem na e com a sociedade planetária. O referencial utilizado para a análise desse fenômeno centra-se na teoria da complexidade. A investigação baseou-se em dados coletados junto aos agentes envolvidos no MDMRua - moradores de rua que integram o Movimento e assessores voluntários; representantes de outras instituições parceiras do Movimento; fontes documentais, como jornais e documentos referentes ao MDMRua. As técnicas utilizadas para a coleta dos dados apoiaram-se em depoimentos, entrevistas, observação, pesquisa documental e questionário. As principais descobertas relacionam-se com a verificação de como os moradores de rua pesquisados são capazes de se auto-organizar e de se autogerenciar no seu espaço comunitário - a sede do movimento social investigado. A realização da pesquisa permitiu, ainda, demonstrar que aos moradores de rua, considerando que se vive em um mundo cada vez mais complexo, não é possível atribuir uma absoluta incapacidade ao convívio social. A pesquisa detectou que inúmeras dificuldades existem para serem enfrentadas pelo morador de rua. Todavia, fica evidente que ele dispõe de condições para reinventar sua vida a cada dia, possibilitando o desenvolvimento de capacidades e habilidades a partir de uma dinâmica auto-organizativa, que lhe permite algumas conquistas, no sentido de garantir possibilidades de (re)inserção na sociedade planetária. E estas afirmações ficam confirmadas pelo respectivo movimento social em análise, o MDMRua.

11

SILVEIRA, Sandra da Silva. **Morador de Rua: O Uno! E o Múltiplo? A Construção Social da Homogeneidade.** 2002. 106 p. Dissertação (Mestrado - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2002. (Orientadora Jussara Maria Rosa Mendes).

A presente pesquisa teve por objetivo dar visibilidade e problematizar a situação de um dos segmentos que constitui, na contemporaneidade, a população moradora de rua e que se caracteriza exatamente por não corresponder aos estereótipos construídos socialmente como representantes dessa população - o louco, o mendigo, o vândalo, o drogado. Para tanto, instituiu três bases empíricas: depoimentos de moradores de rua cujo perfil foge aos padrões reconhecidos como tradicionais; diferentes produções teóricas e acadêmicas e reportagens da mídia escrita - jornais Zero Hora, Correio do Povo, Diário Gaúcho e Boca de Rua - que versam sobre essa temática; e as ações públicas - estatais ou não - acionadas por trabalhadores sociais que atuam junto a esse segmento populacional. No processo de investigação, optou-se por triangular história oral de vida (moradores de rua), entrevista em profundidade (trabalhadores sociais) e levantamento temático (jornais e produções teóricas e acadêmicas) no intuito de melhor atender à especificidade e complexidade das fontes propostas. Após isso, o conjunto de informações foi analisado à luz da técnica de Análise de Conteúdo e inter-relacionado ao contexto socioeconômico e cultural mais amplo. A partir desse processo, foi possível identificar uma relação direta entre os estereótipos construídos socialmente - neste caso pela imprensa e fontes teóricas - e as ações implementadas pelos trabalhadores sociais, bem como evidenciar que tal construção social, ao contribuir para a invisibilidade desse segmento, sentencia sua inexistência social e, por conseguinte, sua substancial inacessibilidade às políticas públicas.

12

OLIVEIRA, Jairo da Luz. **A vida cotidiana do idoso morador de rua: as estratégias de sobrevivência da infância à velhice - um círculo da pobreza a ser rompido**. 2002. 149 p. Dissertação (Mestrado - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2002. (Orientadora Leonia Capaverde Bulla).

O presente trabalho aborda a vida cotidiana de idosos moradores de rua e suas estratégias de sobrevivência no universo da rua. Para tanto, foram entrevistados dez idosos que estavam neste período abrigados em dois albergues que atendem moradores de rua de nossa Capital. Descreveu-se como estes sujeitos entrevistados vêm, ao longo de suas vidas, romper com este círculo de pobreza em que suas vidas estão inseridas na sua grande maioria. Foram trazidas aproximações teóricas acerca do envelhecimento e aspectos quanto a estimativas da longevidade, as políticas sociais do Brasil para este enfrentamento e reflexões éticas sobre o envelhecimento. Esta pesquisa está estruturada no método dialético-crítico onde se busca compreender as contradições sociais vividas em nosso cotidiano. Utilizaram-se, como instrumentos e técnicas, entrevistas semiestruturadas, permitindo uma maior aproximação do entrevistador com o objeto em estudo. As informações foram coletadas através da história oral, técnica que possui como premissa a compreensão da sociedade através da memória, na interação passado/presente e submetidas ao método de análise de conteúdo. Demonstrou-se que estes idosos entrevistados vêm, ao longo de suas vidas, desde a infância, tentando romper com este círculo de pobreza e a desestruturação familiar em que suas vidas tiveram início. O trabalho infantil torna-se uma alternativa na vida destes idosos quando crianças. Na vida adulta, estes procuram através do trabalho itinerante a realização de novas perspectivas de vida, não possibilitando através desta procura a construção de raízes em um determinado local. Nesta caminhada, constatou-se que muitas foram as perdas na vida destes sujeitos. Na velhice, estes idosos acreditam que através do trabalho poderão encontrar alternativas para realizarem esta saída das ruas, deparando-se com o preconceito por serem velhos e por serem moradores de rua.

13

CAMPOS, Elka Cruz. **Pobreza, exclusão e políticas de assistência social:** o caso das populações adultas de rua em Campos dos Goytacazes. 2003. 273 p. Dissertação (Mestrado - Políticas Sociais/Serviço Social). Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Rio de Janeiro, 2003. (Orientadora Adélia Maria Miglievich).

A persistência e as novas formas do fenômeno "populações adultas de rua" indicam a radicalização da pobreza correlacionada à exclusão que soma, à destituição econômica, processos gradativos de vários tipos de desvinculação - social, política, cultural e familiar -, expressando perdas sucessivas de direitos de cidadania. Tais perdas são "naturalizadas" e, conseqüentemente, tratadas como "irreversíveis". O objetivo principal desta dissertação foi possibilitar o conhecimento mais recente das populações adultas de rua em campos dos Goytacazes - município da Região Norte Fluminense - mediante a identificação desse segmento em sua pluralidade, das políticas de atendimento desenvolvidas pelo poder público municipal e das demais formas de assistência social que lhes são prestadas. Buscou-se, também, situar o problema da pobreza e exclusão na especificidade da região e do município de Campos dos Goytacazes, observando a relação entre a riqueza gerada pela indústria petrolífera e a agudização da exclusão social, evidenciada na "situação-limite" dos "moradores de rua". Verificou-se ainda se as ações municipais junto às populações adultas de rua privilegiam a inclusão social e a cidadania ou se têm se consubstanciado em práticas meramente assistencialistas, de modo que se possa notar a banalização no uso do conceito "cidadania". As técnicas qualitativas e quantitativas de pesquisa utilizadas foram, resumida e respectivamente: coleta, codificação, tabulação e interpretação de dados cadastrais; formulação, realização, transcrição e análise de entrevistas semiestruturadas; estudo dos programas e projetos da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Promoção Social voltados para as populações adultas de rua na última década. Por razões de cunho metodológico, optou-se por identificar os perfis dos assistidos pelo Núcleo Integrado de Atendimento à População de Rua e Migrantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Promoção Social, única instituição municipal a atender tal "público-alvo". A dissertação pretendeu participar da atualização do debate mais amplo acerca da pobreza, exclusão e cidadania, assim como permitiu constatar os elevados e distintos graus de vulnerabilidade que atingem os "habitantes das ruas", exigindo ações variadas, porém, coordenadas numa política mais ampla de promoção da inclusão social, ainda não existente, que restabeleça os direitos de cidadania, dentre os quais, destaca-se também o direito ao trabalho digno.

14

MACIEL, Valney Rocha. **Os herdeiros da miséria:** o cotidiano de mendicância no centro de Fortaleza. 2004. 129 p. Dissertação (Mestrado - Políticas Públicas e Sociedade/Serviço Social). Universidade Estadual do Ceará, Ceará, 2004. (Orientadora Maria Barbosa Dias).

Esta dissertação busca conhecer o cotidiano de mendicância nas praças do Centro de Fortaleza, analisando as condições subjetivas e objetivas dos sujeitos envolvidos. No Brasil, os estudos sobre população de rua têm se ampliado desde os anos 90. Tais pesquisas apresentam diferenças sobre tal população e indicam a diversidade dos que vivem nas e das ruas. São mendigos, catadores de lixo, flanelinhas, etc. Eles retratam o aumento da pobreza resultante do desmoronamento do Estado na Era do Neoliberalismo e das mudanças no mundo do trabalho. No país, a inexistência de redes eficazes de proteção social agrava ainda mais tal problemática, visto que tais políticas se caracterizam historicamente pela seletividade e descontinuidade. As categorias utilizadas foram: mendicância, cidade e cotidiano. A metodologia utilizada foi a História Oral, proposta aliada ao discurso e à memória. A pesquisa de campo, de caráter qualitativo, ocorreu entre março de 2003 e agosto de 2004, quando foram realizadas e gravadas oito entrevistas semiestruturadas com os pedintes. A pesquisa revelou que o Centro é o local escolhido devido ao intenso fluxo de consumidores, o que gera uma maior expectativa de se obter dinheiro; que se dividem entre moradores de rua e moradores da periferia os que mendigam naqueles espaços; que são provenientes do interior, fator que reforça a tese da ausência de políticas de fixação do homem no campo, o que os faz migrar para as grandes cidades em busca de melhores condições de vida.

15

OURIQUES, Ciberen Quadros. **Do Menino ao Jovem Adulto de Rua Portador de HIV/AIDS:** um estudo acerca de sua condição e modo de vida. 2005. 223 p. Dissertação (Mestrado - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2005. (Orientadora Jane Cruz Prates).

O presente trabalho versa sobre as condições e o modo de vida de jovens adultos de rua portadores de HIV/Aids a partir do desvendamento de suas vivências e percepções frente à sua realidade. A escolha deste tema deve-se ao fato de existirem poucas iniciativas no sentido de realizar o processo de transição entre a proteção integral garantida legalmente, por meio do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e as políticas direcionadas à realidade do jovem adulto, o que nos motiva a estudar e dar visibilidade a este processo que se constitui como expressão da questão social. Tal realidade agrava-se quando os sujeitos adquirem o HIV/Aids e/ou doenças oportunistas. Soma-se a isto o fato de que nesta faixa etária os sujeitos encontram-se mais vulneráveis a contaminação por DST's. Considerando a pouca produção científica na área social sobre a relação – jovem adulto X morador de rua X portador de HIV/Aids – e os níveis de vulnerabilidade a que estão expostos estes sujeitos ao estarem nas ruas e, considerando ainda nossa experiência nas áreas da Assistência Social e Saúde vinculadas a este segmento, delimitamos o tema de nosso estudo trazendo-o como núcleo central da investigação na tentativa de contribuir para o seu enfrentamento. Além de apresentar aportes teóricos sobre o contexto brasileiro e as políticas sociais, exclusão social, HIV/Aids e a explicitação dos serviços de atenção a moradores de rua nas áreas da Assistência e da Saúde. O presente trabalho privilegia a exposição da expressão dos sujeitos e da metodologia de pesquisa. Destacamos como principais resultados a precária condição de vida destes e o seu modo de vida experimentado de acordo com suas vivências na rua. Além do alto índice de perdas por falecimento de alguém querido e a frequente exposição à violência social.

16

PEREIRA, Márcia Aparecida Accorsi. **Caminhos em Construção:** encontro entre população em situação de rua e o MST São Paulo 1999-2003. 2005. 226 p. Tese (Doutorado - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005. (Orientadora Maria Lúcia Carvalho da Silva).

A presente pesquisa tem como objeto de estudo parcela da população em situação de rua que se incorpora ao MST. A experiência teve início nos anos 1990, na cidade de São Paulo, através da ação de religiosos da Igreja Católica, vinculados ao Centro de Formação do MST-Brás. O processo investigativo teve como objetivo central verificar a possibilidade desse segmento romper ou não com o processo de exclusão vivenciado nas ruas. Partiu-se do pressuposto de que esse processo de exclusão tem suas raízes no modo de produção capitalista. Nesse contexto, a experiência em tela fundamentou-se no trabalho pedagógico-educativo desenvolvido junto à população em situação de rua, motivando-a, capacitando-a e organizando-a para se engajar na luta por terra, moradia e trabalho. Esta intervenção social tem como parâmetros as categorias de pobreza, exclusão, desigualdade social, que formatam a questão social brasileira. À luz dessas referências são caracterizadas a população em situação de rua e o MST, assim como as ações pertinentes às políticas assistenciais e aos movimentos sociais. Metodologicamente, efetivou-se através de um estudo de caso, mediante o qual os sujeitos entrevistados expuseram suas vivências sobre a experiência de busca de outro caminho de vida. A análise das falas evidenciou não só novas categorias referenciais como a mística e o valor da dignidade humana, como apontou aspectos relevantes de positividade e limites da experiência. Indicou ainda, a necessidade de sua expansão, através de formação principalmente de redes eficazes que incorporem outros profissionais, técnicos e militantes. Ressaltou, que ao se tratar de população em situação de rua, esta alternativa junto ao MST, bem como outras alternativas, ganham validade, no sentido de superar a pobreza e a exclusão em que sobrevivem.

17

SILVA, Marta Borba. **O "Louco de Rua" e a Seguridade Social em Porto Alegre:** da (in)visibilidade social à cidadania. 2005. 146 p. Dissertação (Mestrado - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2005. (Orientadora Berenice Rojas Couto).

O presente estudo aborda uma análise sobre o sistema de seguridade social na cidade de Porto Alegre, em especial no que se refere às políticas de Assistência Social e Saúde, disponíveis para atendimento do "louco de rua", no período compreendido entre os anos de 1997 e 2004. Busca-se identificar como os avanços jurídicos formais, decorrentes da Constituição de 1988 e das leis ordinárias que a regulamentam são materializados na vida desta população. Para tanto, o estudo que se define como uma pesquisa do tipo qualitativa, fundamentada no referencial dialético crítico, realizou uma revisão bibliográfica do tema, bem como uma pesquisa documental e empírica. Na pesquisa documental, foram analisados os projetos de cinco serviços que compõem a rede municipal de atendimento destinada a esta população e, na empírica, foram realizadas 12 entrevistas com trabalhadores e gestores destes serviços. A pesquisa buscou desvelar o movimento que denota a (in)visibilidade desta população. Os resultados deste estudo apontam para a necessidade de manter um debate permanente com a sociedade, os gestores e os trabalhadores das áreas no sentido de se romper com a visão conservadora, paternalista e tuteladora ainda presentes e garantir que a cidadania seja um patamar efetivo de sociabilidade para esta população.

18

SILVA, Maria Lúcia Lopes da. **Mudanças Recentes no Mundo do Trabalho e o Fenômeno População em Situação de Rua no Brasil, 1995-2005**. 2006. 219 p. Dissertação (Mestrado - Serviço Social). Universidade de Brasília, Brasília, 2006. (Orientadora Ivanete Salete Boschetti).

Esta dissertação propõe-se a apontar relações entre as mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil, no período entre 1995 e 2005. Nessa perspectiva, analisa o trabalho em seu duplo significado, segundo a visão marxiana: como atividade dos seres humanos na construção de respostas às suas necessidades, em qualquer forma social; e, na condição em que se realiza na sociedade capitalista, com a função de criar o valor das mercadorias. Nesta condição, é considerado no contexto das transformações promovidas pelo capitalismo, em anos recentes. Além disso, traz uma caracterização do fenômeno e da população em situação de rua; mostra um perfil contemporâneo dessa população e indica relações que desenvolve com as políticas sociais no Brasil. Ao considerar esse fenômeno uma expressão radical da questão social na contemporaneidade, vinculado à formação de uma superpopulação relativa, analisa o no período estudado, comparativamente às mudanças recentes no mundo do trabalho, mediante relação entre variáveis do perfil contemporâneo da população em situação de rua e variáveis das particularidades na formação do mercado de trabalho no Brasil, das mudanças na composição ocupacional e da estrutura do desemprego. A pesquisa realizada teve natureza exclusivamente documental e buscou generalizar análises sobre a população em situação de rua no Brasil, assim, utilizou-se como principais fontes de dados e informações as pesquisas realizadas sobre esse grupo populacional em quatro grandes metrópoles brasileiras: Porto Alegre (em 1995 e 1999), Belo Horizonte (em 1998 e 2005), São Paulo (em 2000 e 2003) e Recife (em 2004 e 2005). O percurso teórico-metodológico realizado possibilitou a confirmação da hipótese da qual se partiu: o fenômeno população em situação de rua é uma síntese de múltiplas determinações. Nas sociedades capitalistas, a sua produção e reprodução vinculam-se aos processos inerentes à acumulação do capital, a partir da relação entre o capital e o trabalho. No Brasil, no período entre 1995 e 2005, as mudanças no mundo do trabalho contribuíram para a expansão de uma superpopulação relativa ou exército industrial de reserva, aprofundaram as desigualdades sociais e elevaram os níveis de vulnerabilidade da classe trabalhadora, deslocando as relações com o trabalho para o centro das determinações do fenômeno.

19

FARIAS, Vera Celina Cândido de. **Possibilidades de Inserção/Reinserção Produtiva dos Moradores de Rua do Município de Porto Alegre**. 2007. 140 p. Dissertação (Mestrado - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2007. (Orientadora Jane Cruz Prates).

Nossa discussão problematiza as possibilidades de acesso ao mundo do trabalho, mais especificamente a um segmento populacional, os moradores de rua, que dispõem de um número reduzido de recursos para ingressar e manter-se em atividades produtivas; atividades estas que viabilizem formas de buscar a subsistência e a reprodução de sua vida material e subjetiva. A população de rua, sujeito do presente estudo, sofre sobremaneira o revés deste modo de produção, e ainda vivencia, em seu cotidiano, processos de rupturas com a família, o mundo do trabalho e a sociedade, experienciando, dessa forma, processos de fragilização e “desfiliação social”. Contudo, entendemos que tal população necessita muito mais do que políticas públicas focalizadas e paliativas, mas o reconhecimento de sua cidadania, de seus direitos constitucionais e merecem ter restituída a dívida histórica de exclusão e espoliação que se revelam elementos intrínsecos ao modo de produção capitalista. Propomos, também, uma reflexão sobre o avanço do capitalismo e suas formas de acumulação e reprodução nas economias dos países centrais e periféricos, sabendo que esses estados nacionais, ao assumirem as políticas neoliberais, impulsionaram ainda mais a acumulação e a reprodução capitalista e, conseqüentemente, a desigualdade que dela se origina. Tratamos ainda das conseqüências dos distintos modelos de Welfare State no pós-guerra, nos países desenvolvidos e, de modo precário, nos países em desenvolvimento, sem o intuito de detalhá-las, mas sim problematizar seus impactos nas políticas de proteção social; bem como suas conseqüências na vida da população usuária, que delas necessita, e que ao seu acesso tem direito. Pretendemos, enfim, contribuir para dar visibilidade aos processos de exclusão a que estão sujeitos os moradores de rua, na expectativa de que alternativas sejam coletivamente pensadas para viabilizar iniciativas que garantam os seus direitos de inclusão.

20

PEREIRA, Viviane Souza. **População de Rua em Juiz de Fora**: uma reflexão a partir da questão social... 2007. 146 p. Dissertação (Mestrado - Faculdade de Serviço Social). Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, 2007. (Orientadora Elizete Maria Menegat).

Quem são essas pessoas que vivem nas ruas das cidades expressando uma situação de pobreza extrema? Em que lugar e em que momento do processo histórico é possível situar a origem deste fenômeno? Como relacionar a gênese da questão social à formação deste fenômeno? A caracterização da população de rua, nas grandes cidades, do mundo e do Brasil, guardam semelhanças relevantes com aquela encontrada em cidades médias como Juiz de Fora? Investigar esses questionamentos constituiu o propósito central deste estudo. Essa dissertação está organizada em três capítulos. O primeiro apresenta o debate acerca da gênese da questão social e de categorias fundamentais para o entendimento da população de rua. O segundo apresenta terminologias e conceitos utilizados e desenvolve uma reflexão, em termos gerais, acerca da população de rua no Brasil. O terceiro capítulo aponta as dificuldades de pesquisa com a população de rua e apresenta, aos leitores, o município de Juiz de Fora e os moradores de rua dessa cidade, buscando estabelecer elos com o aporte teórico utilizado e a caracterização nacional do fenômeno. Por último, chegamos às considerações finais confirmando algumas hipóteses levantadas e elaborando novos questionamentos a serem aprofundados em estudos futuros.

21

MARTINS, Andréa Medrado. **Revitalização do Centro do Rio e as Ações Sociais das Micro e Pequenas Empresas**. 2008. 101 p. Dissertação (Mestrado - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. (Orientadora Myrtes de Aguiar Macedo).

Esta dissertação buscou compreender a relação das ações sociais das micro e pequenas empresas no processo de revitalização do centro do Rio. O objeto empírico de nossa pesquisa foi constituído pelas empresas que compõem o projeto Pólo Novo, Rio Antigo cujas ações têm como alvo os moradores de rua e catadores de lixo. O estudo revela alguns embates que ocorrem entre os interesses dessas empresas em fortalecer e ampliar seus negócios e os interesses dos moradores de rua e catadores de lixo que circulam na área, dando uma visibilidade negativa do espaço que, na visão dos empresários, fica marcado pela violência e abandono.

22

NOGUEIRA, Fabiana da Glória Pinheiro. **“Hóspedes incômodos”**: Estudo sobre moradores de rua no hospital de emergência. 2008. 123 p. Dissertação (Mestrado - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. (Orientadora Ana Maria Quiroga).

Esta dissertação propõe analisar os contornos e dilemas que envolvem o encontro institucional entre moradores de rua e o sistema de saúde tomando como base de estudo, a dinâmica de um hospital de emergência enquanto principal porta de acesso ao sistema de saúde. Considerados “casos sociais”, “hospedes incômodos” ou “pacientes difíceis”. Esta população transita pela dinâmica institucional dividindo espaço com a superlotação, a precariedade e a difícil rotina dos hospitais de emergência. A fundamentação teórica deste trabalho buscou situar o morador de rua em uma perspectiva histórica, objetivando compreender a representação social que, incorporada pela sociedade, se reflete em todo o processo institucional do atendimento hospitalar. As principais categorias de análise utilizadas para este estudo foram o estigma e os processos de exclusão social e a fragilização de vínculos sociais, por serem definidores tanto da condição do morador de rua como da própria atividade dos profissionais que com eles atuam. O perfil desses pacientes foi analisado a partir de seus registros institucionais, bem como os três principais momentos do percurso hospitalar: admissão, permanência e alta. Estes foram analisados não só a partir de nossa própria experiência profissional, como através de entrevistas realizadas junto aos profissionais das áreas da saúde e da assistência social, onde observamos não apenas os conflitos que permeiam o percurso hospitalar, como também os dilemas relativos às tentativas de “restabelecimento de vínculos sociais” desses pacientes visando seu retorno à sociedade.

23

OLIVEIRA, Jairo da Luz. **O Processo de Trabalho do Assistente Social e sua Abordagem com Moradores de Rua**. 2008. 220 p. Tese (Doutorado - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2008. (Orientadora Leonia Capaverde Bulla).

Esta pesquisa evidencia aspectos do processo de trabalho do Assistente Social, interpretados à luz da perspectiva marxiana, visando explicitar o desempenho desse profissional na abordagem com moradores de rua, em instituições de proteção social para este segmento populacional, localizadas na capital do estado do Rio Grande do Sul e na grande Porto Alegre. O estudo objetivou aprofundar conhecimentos sobre o tema citado; dar visibilidade ao cotidiano de trabalho dos dez Assistentes Sociais entrevistados; fazer sucessivas aproximações sobre a forma como tais profissionais articulam o conjunto de competências, habilidades e atitudes inerentes ao exercício de suas funções; averiguar a forma como se estabelecem suas percepções a respeito das demandas que chegam às instituições de proteção aos moradores de rua; salientar os enfrentamentos e embates sofridos a partir das correlações de força e poderes estabelecidos institucionalmente, bem como individualizar as ações e interlocuções no atendimento das necessidades dos usuários. Nossa tese perquiriu se o Assistente Social está implementando os princípios regidos no Código de Ética Profissional do Assistente Social concernentes à sua prática interventiva; e procurou identificar se as políticas públicas estabelecem um aporte à prática profissional do Assistente Social nas instituições focalizadas. Neste sentido, a pesquisa quanti-qualitativa ofereceu-nos a possibilidade de aprofundar significados, revelar múltiplas dimensões, ultrapassando o aparente e discernindo o oculto, o qual, na realidade, não se evidencia. O método de pesquisa ressalta a importância de podermos aprofundar significados sociais articulados a uma estrutura onde os sujeitos vivenciam suas vidas, seu trabalho. Por meio dessa metodologia de pesquisa, intencionamos dar vistas a uma perspectiva dialética a fim de descrever interpretações, informações e significados vividos em um cotidiano de trabalho. Nesta relação direta, tentamos dialogar prazerosamente com obras de Marx, a essa ótica, convergindo nossas reflexões e análises e, de forma complementar, encontramos base em autores como Agnes Heller, Kosik, Yamamoto, Faleiros, Martinelli, Minayo, entre outros. Para análise dos dados, buscamos em Mercedes Gagneten o direcionamento. No influxo desse estudo, tentamos subsidiar a área acadêmica, a categoria profissional e ampliarmos conhecimentos junto à Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS - com os resultados desta pesquisa.

24

PEREIRA, Camila Potyara. **Rua sem Saída**: um estudo sobre a relação entre o Estado e a População de Rua de Brasília. 2008. 127 p. Dissertação (Mestrado - Política Social/Serviço Social). Universidade de Brasília, Brasília, 2008. (Orientador Mário Lisbôa Theodoro).

Esta dissertação tem como objeto de interesse a relação entre o Estado e a população de rua de Brasília, concentrando-se nas políticas sociais voltadas para esse segmento social e que foram criadas e implementadas na última gestão do Governo de Joaquim Domingos Roriz no Distrito Federal (2003 - 2007). Para tanto, procura fundamentar o estudo desse objeto partindo de uma abordagem macrossociológica acerca da conceituação de pobreza, diferenciando-a de conceitos correlatos como exclusão social e desigualdade. Ao mesmo tempo, busca oferecer explicações críticas às interpretações codificadas sobre as causas da pobreza no capitalismo, sua reprodução e a sua existência atual. Ao destacar o caso brasileiro e, mais especificamente, a situação de Brasília demonstra como esse fenômeno teve origem e desenvolvimento nas cidades e enfatiza a necessidade de se incluir a pobreza urbana na agenda pública como um fenômeno que exige combate imediato e consistente, bem como políticas eficientes do ponto de vista social. Além disso, apresenta a realidade da população de rua de Brasília, ressaltando as dificuldades inerentes à vida nas ruas e as estratégias criadas para contorná-las. Visando a uma melhor compreensão dessa realidade, procura estabelecer uma comparação com populações equivalentes de outras cidades brasileiras, demonstrando que na Capital Federal esse grupo social possui características únicas e específicas. Concomitantemente, são analisadas as instituições que atuam diretamente com o segmento populacional estudado, tais como albergues, casas de passagem, abrigos infantis e centros de desenvolvimento social, além de órgãos governamentais executores dos programas, benefícios e serviços voltados para o enfrentamento da pobreza urbana na Capital.

25

REIS, Daniela Santos. **O Sistema de Informação da Situação de Rua - SISRUA - Uma Contribuição para a Política de Assistência Social na Cidade de São Paulo.** 2008. 104 p. Dissertação (Mestrado - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008. (Orientadora Marta Silva Campos).

A investigação desta pesquisa situa-se num dos campos específicos de abrangência da Política de Assistência Social, o do atendimento à população de rua, na cidade de São Paulo. Dentro dela, avaliaremos os diferentes momentos de amadurecimento dos sistemas de informação que os vêm acompanhando. Nosso foco principal será o processo de monitoramento e avaliação proporcionados pelo Sistema de Informação da Situação de Rua - SISRUA, desde sua implantação no município. A invisibilidade pelas instituições públicas está fortemente presente nos censos oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística que nunca incluiu a população de rua, alegando inexistência de metodologia apropriada para dimensionar, caracterizar e conhecer as formas de sobrevivência da população de rua. É nesse sentido que colocamo-nos na perspectiva da compreensão do significado, uso e sentido da informação para a Política de Assistência Social, dando ênfase ao trato das informações sobre a população de rua na cidade de São Paulo. O percurso realizado para aprofundar o objeto desta pesquisa assentou-se em um referencial teórico-metodológico, cujos eixos norteadores são população de rua e sistemas de informação como parte do processo da gestão e do monitoramento da Política de Assistência Social.

26

AMARAL, Denise Perroud. **A Rede de Atenção à População em Situação de Rua:** possibilidades de interferência na definição e concretização de uma política pública na cidade de São Paulo. 2010. 162 p. Dissertação (Mestrado - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010. (Orientadora Regina Maria Giffoni).

A necessidade de resolver a complexidade da realidade social da população em situação de rua na cidade de São Paulo vem mobilizando desde a década de 90 diversos atores sociais em redes, principalmente organizações e movimentos sociais, para a discussão e efetivação de uma política pública dirigida a essa população e a organização de serviços para o atendimento socioassistencial de suas necessidades. O objetivo desse estudo foi identificar os arranjos existentes referentes aos atores sociais que compõe a denominada Rede de Atenção à População em Situação de Rua na região central da cidade de São Paulo. O tema redes sociais, propiciou uma aproximação teórica com a análise de autores como Castells (1999), Marques (1999, 2006), Junqueira (2000, 2002 e 2004), Rico e Raichelis (1999), Quandt e Souza (2008), Mizruchi (2006) e Scherer-Warren (1996). O uso de uma abordagem qualitativa, incluindo análise de conteúdo das entrevistas semiestruturadas, o método de amostragem Bola de Neve e a Sociometria, permitiu identificar as relações que os atores estabelecem entre si, nos espaços coletivos e com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, a intensidade dessas relações e a percepção que têm sobre sua capacidade de influir na efetivação da política pública nacional. O estudo revelou uma rede de perfil socioassistencial da sociedade civil, com destaque para organizações tradicionais de caráter religioso que se articulam numa rede política do poder público através de convênios. A rede estudada apresentou duas tríades centrais (subgrupos): uma sob a influência do Fórum Permanente de Acompanhamento das Políticas Públicas da População em Situação de Rua de São Paulo e outra sob a influência da Rede de Atendimento Socioassistencial da SMADS. A primeira tríade sobressaiu-se pela intensidade das relações estabelecidas entre si através de contatos diários, e pela capacidade de articular diversos atores para influir na definição da política pública nacional destinada a essa população. A intermediação que faz a conexão entre essas duas tríades realizada por uma única organização social evitou a constituição de dois subgrupos desconectados com objetivos diferenciados.

27

MEDEIROS, Alessandra. **Pessoas em situação de rua: a saída para a saída** - um estudo sobre pessoas que saíram da rua. 2010. 187 p. Tese (Doutorado - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010. (Orientadora Mariângela Belfiore Wanderley).

O presente trabalho, “Pessoas em situação de rua: a saída para a saída”, de autoria de Alessandra Medeiros, apresenta um estudo sobre pessoas que saíram da rua. Partindo do objetivo geral de conhecer e identificar quais são os fatores que contribuem para a saída da situação de rua, visa a responder a pergunta central desta tese: quais fatores objetivos e subjetivos contribuem para o processo de saída da rua? Dessa maneira, os objetivos específicos desta pesquisa foram: Compreender qual foi o significado da saída dessa condição apontado pelos entrevistados e em que medida a política de assistência social vem colaborando nesse processo; Propor princípios metodológicos que contribuam com o atendimento de adultos em situação de rua, considerando a bibliografia estudada e o olhar daqueles que saíram dessa condição. Este tema justifica-se pelo crescimento do número de pessoas vivendo nessas condições, principalmente nas grandes metrópoles, e ainda pela pouca produção sobre a saída da rua, uma vez que a maioria dos estudos pesquisados discute o processo que leva à situação de rua e não à saída dela. Assim, foram testadas as seguintes hipóteses: • Assim como existem momentos/ fatos (processos) que culminam na “situação de rua”, existem momentos/fatos/estímulos (processos) que incentivam a saída da “situação de rua”; • Esses momentos podem ser estimulados, de acordo com a metodologia de trabalho adotada no atendimento a esse público. Para tanto, foram realizados dois levantamentos. O primeiro, por meio de entrevistas com trabalhadores sociais de alguns serviços que atendem essa população; e o segundo em que foram coletados depoimentos de oito pessoas que saíram da situação de rua, sendo esta uma pesquisa qualitativa. Por tratar-se de um estudo qualitativo, não passível de generalizações, o presente trabalho apresenta a percepção daqueles que saíram da situação sobre o processo que vivenciaram a fim de contribuir para a construção da política pública a esse segmento.